

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

ANDRÉIA CAVALCANTI DE V. ROCHA

**UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA DE ESTRUTURAS
ARQUITETÔNICAS NO ENGENHO MONJOPE**

RECIFE

2015

ANDRÉIA CAVALCANTI DE V. ROCHA

**UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA DE ESTRUTURAS
ARQUITETÔNICAS NO ENGENHO MONJOPE**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre
Orientador: Scott Joseph Allen, Ph.D.

**RECIFE
2015**

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

R672I Rocha, Andréia Cavalcanti de V.
Uma leitura arqueológica de estruturas arquitetônicas no Engenho Monjope /
Cássia Kelly Maria da Cruz. – 2016.
135 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Scott Joseph Allen.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2016.
Inclui referências.

1. Arqueologia - Pernambuco. 2. Usina de açúcar. 3. Construção. 4.
Pernambuco. I. Allen, Scott Joseph (Orientador). II. Título.

930.1 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-71)

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, NO DIA
08 DE JANEIRO DE 2016.**

Aos 08 (oito) dias do mês de Janeiro de dois mil e dezesseis (2016), às 14h, no 10º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da Dissertação intitulada "Identificação de Estruturas Arquitetônicas no Engenho Monjope" da aluna **Andréia Cavalcanti de Vasconcelos Rocha**, na área de concentração Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural no Nordeste, sob a orientação do Prof. Scott Joseph Allen. A mestrandia cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de MESTRE em Arqueologia. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 14/12/2015, na sua reunião ordinária e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.053426/2015-72 em 28/12/2015 composta pelos Professores: ANA CATARINA PEREGRINO TORRES RAMOS, do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); CLÁUDIA ALVES DE OLIVEIRA, do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e FERNANDO ANTÔNIO GUERRA DE SOUZA, do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder à mesma a menção "Aprovada" da referida Dissertação. E, para constar, a Secretária de Pós-Graduação lavrou a presente Ata que vai por ela assinada e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 08 de Janeiro de 2016.

Luciane Costa Borba de Albuquerque Carvalho

BANCA EXAMINADORA

Profª Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Profª Cláudia Alves de Oliveira

Prof. Fernando Antônio Guerra de Souza

*"O homem nasceu livre
e por toda a parte vive acorrentado"*

Jean-Jacques Rousseau

Dedico este trabalho aos meus pais, Antonio Carlos e Ezineyde Rocha, pelo exemplo de vida, dignidade, perseverança e pelo apoio ao meu desenvolvimento intelectual e felicidade. Ofereço também aos meus irmãos, Eziel, Ana Josephina e Diego, à cunhada Fabíola, e esposo Tiago, que também me estimularam, constantemente, no decorrer do meu crescimento. Dedico inclusive ao que tornou possível o desenvolvimento deste trabalho: o amigo e professor Scott. São eles os principais responsáveis por tudo o que eu sou e consegui conquistar até hoje.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Scott J. Allen, que desde a graduação do curso em Arqueologia me apoiou e confiou em minhas palavras, e me incentivou a continuar me dedicando mesmo com todas dificuldades que apareceram no decorrer do curso, estimulando sempre a buscar o melhor e correto.

A todos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia;

Aos colegas de curso, Cássia Kelly, Yuri Menezes, Isaac Lopes, Alexandre Cavalcanti, Fabiano Nascimento, Ilana Elisa e, em especial, a Rebeca Alencar, companheira nas escavações do Monjope, na sala de estudos e confidências.

A Gena e Rodrigo, grandes amigos arquitetos, apoiando nas horas mais difíceis do desenvolvimento da pesquisa, sempre com paciência, sugestões e boas conversas para distrair.

Aos colegas de trabalho da Secretaria de Educação do Ipojuca, principalmente a Margareth Zaponi, Juliana Agostini e Thiago Paixão, grandes incentivadores do crescimento intelectual e profissional. Não há palavras para agradecer tamanho apoio.

Aos colegas Carol, Jamerson, Paloma, Roseane, Lia e Itanajara. Agradeço imensamente pelo apoio à pesquisa, tempo disponibilizado para trabalhos de laboratório e simples conversas.

Às minhas grandes amigas Tuarne, Tine, Izadora, Elys, Maíra, Aline, Rebecca, Julia e Cecília. Sem elas não existiria metade de meu amor, paciência e perseverança.

Ao Camping Club Brasil e Fundarpe, que se disponibilizaram a fornecer informações e documentos essenciais para pesquisa.

Agradeço a uma pessoa em especial, que tive o imenso prazer e sorte de conhecer ao longo do curso de Arqueologia: Jôuldes Matos. Inúmeras vezes foi minha base, meu ombro, meu conselheiro, meu amigo, meu irmão. Mesmo nos momentos de distância ou tensão, foi meu porto seguro.

A meu esposo Tiago Trapp, que manteve a paciência em meus momentos de confusão, estresse, fúria e desespero enquanto desenvolvia a pesquisa. Aos carinhos e pedidos de calma no final do dia.

RESUMO

A presente pesquisa analisa estruturas arquitetônicas descobertas durante escavações arqueológicas nos limites da senzala do Engenho Monjope. Considerando que a disposição espacial atual do engenho não reflete necessariamente os diversos contextos históricos de uso, interessa analisar as remanescentes estruturas arquitetônicas e determinar a que período pertencem, individual ou coletivamente, e que função ou funções que poderiam ter servido. Usando fontes históricas primárias e secundárias, materiais e dados de arquitetura, este estudo procura interpretar e definir as relações entre estruturas arqueológicas existentes a partir de uma perspectiva de espaços remodelados dentro de contextos históricos mutáveis.

Palavras-chave: Engenho de Açúcar; Senzala; Arqueologia da Arquitetura; Técnicas Construtivas; Sistemas Construtivos.

ABSTRACT

The present study analyzes architectural structures uncovered during archaeological excavations in the vicinity of the slave quarters at the Monjope Sugar Mill. Considering that the current spatial disposition of the mill does not necessarily reflect the diverse historical contexts of use, it is of interest here to analyze the remains and determine to which period they belong, individually or collectively, and what function or functions they might have served. Using primary and secondary historical sources, material and architectural data, this study seeks to interpret and define the relations between archaeological and existing structures from a perspective of remodeled spaces within changing historical contexts.

Key Words: Sugar Mill; Slave quarters; The Archaeology of Architecture; Construction techniques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Mapa de aldeias e fazendas de propriedade da Companhia de Jesus.....	20
Figura 02:	Fotografia dos Novelinos reunidos em frente à Capela, 1925.....	23
Figura 03:	Fotografia da época dos Novelinos reunidos em frente à Capela, 1925.....	24
Figura 04:	Fotografia da época de funcionamento do Camping Club	24
Figura 05:	Fotografia da época de funcionamento do Camping Club	29
Figura 06:	Esquema que mostra a construção de uma sequência estratigráfica de um corte arqueológico convencional.....	30
Figura 07:	A imagem mostra um desenho esquemático sobre ações que levam à formação de unidades estratigráficas.....	31
Figura 08:	Senzala em ruínas.....	35
Figura 09:	Senzala em ruínas (Monjolinho), Fazenda Santa Maria do Monjolinho, São Carlos/SP.....	35
Figura 10:	Senzala em ruínas (Monjolinho), Fazenda Santa Maria do Monjolinho, São Carlos/SP.....	35
Figura 11:	Fazenda de Engenho.....	37
Figura 12:	Fazenda de Engenho.....	37
Figura 13:	Paisagem com plantação (O Engenho), por Franz Post (1668)	38
Figura 14:	Senzala segundo Vauthier	43
Figura 15:	Senzala segundo Vauthier	43
Figura 16:	Senzalas tipo cabana ou barracão	44
Figura 17:	Senzala pavilhão sem avarandado	44
Figura 18:	Senzala pavilhão com avarandado	44
Figura 19:	Senzala tipo enxovia	44
Figura 20:	Senzala tipo enxovia	44
Figura 21:	Planta baixa e corte vertical da senzala proposta por P.J. Laboire	46
Figura 22:	Relação dos tipos de fundações usuais em construções	52
Figura 23:	Corte demonstrando fundação, alvenaria, contrapiso e piso interno	53
Figura 24:	Fundação pau-a-pique	53
Figura 25:	Exemplo de fundação tipo baldrame moderna	55
Figura 26:	Exemplo de fundação tipo baldrame utilizando rochas e tijolos	55
Figura 27:	Exemplo de fundação tipo baldrame, com alvenaria de embasamento (no caso, radier) antes da parede de vedação	56
Figura 28:	Exemplo de fundação tipo radier	56
Figura 29:	Construção de Pau á pique, até aproximadamente 1890	57
Figura 30:	Exemplo de construção de pau-a-pique	57
Figura 31:	Exemplo de construção de pau-a-pique	57
Figura 32:	Parede de taipa de pilão	58
Figura 33:	Execução da taipa de pilão	58
Figura 34:	Exemplo de construções em taipa de pilão	59
Figura 35:	Exemplo de construções em taipa de pilão	59
Figura 36:	Engenho da Fazenda Boa Esperança/MG	60
Figura 37:	Alvenaria de cantaria e alvenaria de cantaria mista	60
Figura 38:	Coluna, pórticos, degraus em cantaria. Igreja de são Francisco de Paula e Cadeia, cidades de Ouro Preto e Tiradentes, ambas em Minas Gerais	61
Figura 39:	Coluna, pórticos, degraus em cantaria. Igreja de são Francisco de Paula e Cadeia, cidades de Ouro Preto e Tiradentes, ambas em Minas Gerais	61
Figura 40:	Fabricação de Tijolos em adobe	61
Figura 41:	Fabricação de Tijolos em adobe	61
Figura 42:	Alvenaria em adobe	62

Figura 43:	Tijolos cerâmicos	62
Figura 44:	Queima de tijolos cerâmicos	63
Figura 45:	Esquema da composição de argamassas	63
Figura 46:	Estrutura de coberta com toras de madeira. Senzala da Fazenda Santa Clara-MG	65
Figura 47:	Trabalho Gráfico de Vera Mesquita baseado em planta da FUNDARPE	66
Figura 48:	Vista geral do engenho Monjope, 1937	67
Figura 49:	Vista geral do engenho, no período de funcionamento do Camping Club (data específica desconhecida)	67
Figura 50:	Vista da casa grande do engenho Monjope em diferentes épocas (datas desconhecidas)	68
Figura 51:	Vista da casa grande do engenho Monjope em diferentes épocas (datas desconhecidas)	68
Figura 52:	Área total do sítio Monjope com o setor alvo do estudo proposto destacado	69
Figura 53:	Vista do engenho Monjope - senzala, capela, casa grande e fábrica	70
Figura 54:	Vista Senzala.....	70
Figura 55:	Exemplo de uma porção da grade de controle espacial.....	71
Figura 56:	Peneira.....	72
Figura 57:	Grade para desenho.....	72
Figura 58:	Preenchimento de formulários.....	72
Figura 59:	Levantamento Topográfico.....	72
Figura 60:	Planta com unidades escavadas nos anos 2011-2012.	73
Figura 61:	Vista do lado oeste da senzala; área escavada onde apareceram as estruturas.....	74
Figura 62:	Revelação de Estrutura 1, ainda na Campanha II.....	75
Figura 63:	Mapa unidades foco da pesquisa, no final da campanha IV.....	75
Figura 64:	Exemplo de unidade escavada.....	76
Figura 65:	Exemplo de unidade escavada em decapagem por UE.....	77
Figura 66:	Posicionamento das unidades na malha; Abertura de novas unidades de escavação a fim de investigar as estruturas elucidadas na Campanha III.....	78
Figura 67:	Área total escavada/ final da Campanha IV.....	78
Figura 68:	Área total escavada/ final Campanha IV.....	78
Figura 69:	Mapa com área escavada ao final da Campanha V, no setor A.....	79
Figura 70:	Área geral escavada foco desta pesquisa – ao final da IV Campanha.....	82
Figura 71:	Queima de tijolo.....	83
Figura 72:	Diferentes argamassas.....	83
Figura 73:	Imagem modificada do levantamento Arquitetônico realizado pela FUNDARPE em parceria com CCB em 1975.....	85
Figura 74:	Levantamento Arquitetônico para o Projeto Arqueológico Monjope.....	86
Figura 75:	Estudo sobre espessura da parede.....	86
Figura 76:	Estudo sobre composição da parede.....	87
Figura 77:	Estudo sobre composição do piso.....	87
Figura 78:	Divisão de estruturas escavadas até a IV Campanha.....	88
Figura 79:	Estrutura 1.....	90
Figura 80:	Estrutura 1.....	91
Figura 81:	Estrutura 1 com escala.....	92
Figura 82:	Estrutura 1 com escala.....	92
Figura 83:	Tijolo com escala (comp. e larg.).....	92
Figura 84:	Tijolo com escala (comp. e larg.).....	92
Figura 85:	Espessura tijolo da Estrutura 1.....	93
Figura 86:	Estrutura 2.....	94
Figura 87:	Vista geral da estrutura 2.....	96

Figura 88:	Comprimento de tijolo da estrutura 2.....	96
Figura 89:	Comprimento de tijolo da estrutura 2.....	96
Figura 90:	Dimensões de tijolos da estrutura 2.....	97
Figura 91:	Dimensões de tijolos da estrutura 2/ queima.....	97
Figura 92:	Vista geral da estrutura 2 e assentamento de tijolos cerâmicos em uma fiada sobre o sedimento.....	97
Figura 93:	Estrutura 3.....	98
Figura 94:	Vista da Estrutura 3.....	99
Figura 95:	Dimensão básica de tijolo cerâmico que compõe a Estrutura 3.....	100
Figura 96:	Dimensão básica de tijolo cerâmico que compõe a Estrutura 3.....	100
Figura 97:	Orientação de tijolos da Estrutura 3.....	100
Figura 98:	Estrutura 4.....	101
Figura 99:	UE 64 cantaria, UE 66 alicerce de tijolos cerâmicos.....	102
Figura 100:	UE 64 cantaria, UE 66 alicerce de tijolos cerâmicos.....	103
Figura 101:	UE 64, cantaria, UE 66, alicerce de tijolos cerâmicos.....	103
Figura 102:	Detalhe da UE 64.....	103
Figura 103:	Planta baixa unidades escavadas.....	104
Figura 104:	Perfil estratigráfico.....	104
Figura 105:	UE 64 cantaria, UE 66 e UE 90 alicerce de tijolos cerâmicos.....	105
Figura 106:	UE 64 cantaria e UE 66 alicerce de tijolos cerâmicos.....	106
Figura 107:	Tijolo cerâmico maciço da estrutura 3, com 25 cm.....	106
Figura 108:	Tijolo cerâmico maciço da estrutura 3, com 30 cm.....	106
Figura 109:	UE 90 alicerce de tijolos cerâmicos e materiais arqueológicos associados à UE 92; detalhe de garrafa de vidro enterrada e botão de ferro; e cerâmica utilitária.....	107
Figura 110:	Pederneira associada à UE92.....	107
Figura 111:	Louça associada à UE92.....	107
Figura 112:	Exemplo de visualização de UE de sedimento indicando diferentes tipos/níveis de aterro.....	109
Figura 113:	Perfil.....	110
Figura 114:	Parede com diferentes sistemas construtivos, sem reboco – Casa-grande.....	112
Figura 115:	Conglomerados de tijolos cerâmicos sobre alicerces nas unidades escavadas.....	112
Figura 116:	Área escavada IV Campanha associada à edificação da atual senzala.....	113
Figura 117:	Indicação de piso escavado.....	114
Figura 118:	Cômodo sem camada de cimento, revelando piso de tijolos cerâmicos e ao meio, tipo de alicerce, também de tijolos cerâmicos maciços.....	114
Figura 119:	Croqui com detalhe de alicerce de tijolos.....	115
Figura 120:	Detalhe de tijolos que compõe alicerce.....	115
Figura 121:	Detalhe de tijolos que compõe alicerce.....	115
Figura 122:	Estrutura 4, que utiliza areia e cal como argamassa.....	115
Figura 123:	Panorâmica de aprofundamento de unidades escavadas em campanha anterior a novembro de 2015.....	116
Figura 124:	Perfil de parte da estrutura 4. UE 66 em seu corte demonstra confirmação de estrutura de fundação (profundidade que varia de 35 a 37 cm).....	117
Figura 125:	Panorâmica de aprofundamento de unidades escavadas em campanha anterior a novembro, 2015, a fim de investigar a UE 74 (estrutura 3).....	118
Figura 126:	Panorâmica de abertura de novas unidades de escavação.....	119
Figura 127:	Abertura de novas unidades de escavação que evidenciaram a extensão das estruturas a partir do prolongamento do alinhamento da senzala.....	120
Figura 128:	Detalhe da garrafa junto a UE 90/ baldrame.....	121
Figura 129:	Mapa geral de unidades escavadas ao final da Campanha V.....	122

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENGENHO MONJOPE.....	19
2.1.	Primeiros Registros – Jesuítas, holandeses e o açúcar.....	19
2.2.	Família Cavalcanti de Albuquerque e a Insurreição Praieira.....	21
2.3.	Século XX – Os Novelinos, o Camping Club e a Fundarpe.....	23
2.4.	Pesquisas no Monjope.....	25
3.	BASES CONCEITUAIS.....	27
3.1.	Arquitetura, significado e estratigrafia.....	27
3.2.	Forma, função e necessidade.....	32
3.3.	Elementos formadores do espaço de Engenho.....	36
3.4.	Senzalas.....	39
3.5.	Técnicas e Sistemas Construtivos.....	48
3.5.1.	Fundações	51
3.5.2.	Elementos Verticais / Paredes	57
3.5.3.	Argamassas	63
3.5.4.	Coberturas	64
4.	ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS E METODOLOGIA APLICADA NA ÁREA DE PESQUISA.....	69
5.	ANÁLISE DE DADOS.....	81
5.1.	Descrição das estruturas arquitetônicas e materiais construtivos.....	89
5.1.1.	ESTRUTURA 1	90
5.1.2.	ESTRUTURA 2	94
5.1.3.	ESTRUTURA 3.....	98
5.1.4.	ESTRUTURA 4	101
5.2.	Análise estratigráfica.....	107
5.3.	Relações entre estruturas.....	111

5.4.	Confirmações – Análise parcial de dados da Campanha.....	116
6.	DISCUSSÃO: FORMA, FUNÇÃO E NECESSIDADE NO ENGENHO MONJOPE	123
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa arqueológica deve ser entendida como um campo de conhecimento que se modela e se adapta diariamente a diferentes sítios e vestígios, transitando por inúmeros caminhos, permutando conceitos, métodos e técnicas de outras ciências. Revela-se, assim, como uma ciência multidisciplinar (GUERRA, 2009). Apresenta amplos limites, relacionando com as mais diversas temáticas, oriunda tanto quanto do ambiente acadêmico quanto de fora dela. Dessa forma, abrem-se os leques para que se conheça a história de evolução e modificações na arquitetura e espacialidade de uma propriedade rural do início da colonização em seus diversos contextos.

A Arqueologia Histórica passou e talvez ainda passe por crise de identidade, apresentando diversidade de temas e escopos temporais. Apesar das novas concepções, por muito tempo se definiu, e ainda se define, a Arqueologia Histórica como o estudo de sociedades que possuíam história registrada de forma textual, mesmo que em diferentes tipos de suporte. Foi preciso tempo, expansão de ideias e reflexões sobre pesquisas em diversos países para inclusão de outros tipos de registro histórico, como por exemplo, a oralidade, além de perceber que metodologias de escavações utilizadas na arqueologia pré-histórica poderiam não caber para os sítios históricos (SOUTH, 1988).

Considerando a especificidade dos significados dos objetos em diferentes perspectivas, aplicar os conceitos da Arqueologia Histórica junto à abordagem contextual irá nos guiar ao entendimento dos caminhos e construção dos diversos aspectos do mundo moderno. Observa-se o salto de leituras descritivas para interpretativas, onde a cultura material passa a ser tratada como elemento ativo, e através dela se produz e reproduz relações sociais, abandonando o rótulo de ‘reflexo passivo’ das práticas culturais (HODDER, 1992). Para isso, o arqueólogo histórico deve ter um olhar mais crítico sobre o material arqueológico/histórico disponível no presente, sem necessariamente adotar um “modelo único” de aquisição do conhecimento.

Atualmente, as pesquisas vêm adotando a abordagem contextual, desviando as conclusões dos caminhos únicos da definição de teorias, hipóteses e generalizações. Inicialmente proposta por Hodder, a **abordagem contextual** define que “a utilização de contexto, por mais variada que seja na literatura arqueológica [...] tem em comum o feito de conectar ou entrelaçar as coisas em uma situação concreta ou um conjunto de situações” (HODDER, 1994, p.135 *apud* PANEK Jr, 2006, p. 23).

Há uma necessidade dessa linha de pesquisa onde o artefato seja interpretado junto aos contextos, numa relação hermenêutica, derivando contextos tanto do passado quanto do presente a fim de chegar a interpretações plausíveis (KOSSO, 1991). Assim é possível superar os obstáculos do vício em comparar qualidades comuns, desprezando as suas diferenças e fixando uma só ideia que teoricamente as define. É ir além de descrever e classificar, independentemente do método adotado.

Diversas questões sobre a escravidão no Brasil têm feito parte de temáticas na historiografia e arqueologia, como demografia, família, irmandades, habitações, dentre outras, adotando um caráter interdisciplinar. A partir disso, observa-se a possibilidade de definir as diversas relações sociais e experiências do sistema escravista em uma leitura interpretativa dos vestígios arqueológicos, afirmando, adicionando ou corrigindo a história escrita sobre os trabalhadores escravizados.

Nas décadas de 1960 e 1970, pouco interesse havia para a cultura material ou em conhecer o verdadeiro cotidiano do escravo. Porém a partir dos anos 80 e 90, as experiências dos escravos em diversas dimensões começam a fazer parte das abordagens arqueológicas (COUCEIRO, 2011; GOMES, 2011).

Se poucas são as pesquisas arqueológicas sobre o cotidiano do escravo, o que se dirá então sobre suas habitações? Construídas de formas precárias, ficando à mercê do tempo até chegarem ao estado de ruínas e serem ‘apagadas’ da paisagem, poucas foram as que, após remodeladas, chegaram ao século XXI, podendo, ao menos, terem uma catalogação tipológica de suas formas. Por questão cultural, até dos inventários ficavam de fora, dificultando a delimitação de estruturas remanescentes de diversas propriedades rurais que adotaram trabalhadores escravizados em sua produção.

Segundo Marquese, sobre a inclusão nos estudos das habitações dos trabalhadores escravizados, diz que:

A nova ênfase na agência escrava, por sua vez, permitiu a investigação aprofundada dos temas relativos à cultura material. No que se refere [...] a moradia escrava, pode-se afirmar que, nas três últimas décadas, consolidou-se na historiografia duas vertentes de análise, não raro empregadas simultaneamente pelos pesquisadores. Grosso modo, a primeira se ocupa dos modelos arquitetônicos das moradias escravas, isto é, suas origens, tipologias e técnicas construtivas, enquanto a segunda trata dos usos e apropriações escravas desses espaços. Ainda que as pesquisas disponíveis tratem de lugares e épocas variadas, nos últimos tempos vem se construindo certo consenso interpretativo sobre a questão. Os historiadores apontam que, quando tiveram oportunidade para tanto, os escravos configuraram suas moradias baseando-se em formas e técnicas

africanas, exercendo assim considerável grau de autonomia na conformação de sua vida material (MARQUESE, 2005, p. 166).

O patrimônio edificado é considerado uma das formas de cultura material que se destaca devido à sua relação direta com atividades desenvolvidas pelo homem. Será através dos aportes da arqueologia histórica, estudando as estruturas arquitetônicas, que se abordará o espaço edificado como uma materialização do pensamento, buscando compreender as finalidades que ali existiram, sem descartar a possibilidade de individualidade, refletidas no meio físico.

Um importante tema na Arqueologia Histórica, a Arqueologia da Arquitetura tem proporcionado estudos com abordagens que, de acordo com Ramalho, elaboram a história de um edifício adicionando metodologia mais rigorosa, crítica e complexa aos métodos da leitura arqueológica, histórica e arquitetônica:

O conceito da Arqueologia da Arquitetura é abrangente, podendo abarcar leituras estratigráficas de alçados, análise de materiais construtivos, propostas de intervenção no âmbito de projetos de conservação e restauro ou reabilitação, análises arqueométricas, estudos sociais, de espacialidade e de utilização de áreas internas, ou outros estudos de caráter geral, efetuados sobre áreas e cronologias específicas [...] (RAMALHO, 2011).

Apesar das pesquisas no âmbito da Arqueologia da Arquitetura estarem comumente ligadas aos trabalhos de arqueologia de contrato e principalmente a projetos de restauro, tal fato contradiz com o grande número de sítios arqueológicos históricos que apresentam remanescentes arquitetônicos relacionados à história de engenhos, aguardando serem estudados e analisados além de uma simples catalogação tipológica. Geralmente as pesquisas sobre a utilização do espaço e da própria espacialidade dos engenhos, salvo exceções (ver BENICASA, 2003; WEIMER, 2014), acabam por apenas descrever demasiadamente e tecnicamente, sem relacionar (ou atribuir significado) entre estruturas e ‘humanização’ do espaço.

O estudo sobre as propriedades rurais no âmbito da arquitetura, espacialidade, funcionalidade e sistemas construtivos das edificações de engenhos é escasso, tanto pela falta dos remanescentes estruturais como pela dificuldade no acesso a documentos como iconografia dos primeiros séculos de colonização. As edificações que compõem um Engenho, com fins religiosos, comerciais e de moradia ficam à mercê de exaustivas descrições e classificações, geralmente de forma isolada, fato observado nas considerações do próprio Geraldo Gomes (1998). São vagas as menções, definições, interesses e até mesmo

descrições sobre técnicas e sistemas construtivos dos edifícios e suas correspondências à época das fazendas e engenhos coloniais, principalmente no que se refere às senzalas.

O Engenho guarda em si uma história que vai além da propriedade agrícola produtora de cana-de-açúcar e derivados. Relatada ainda do século XVII, se enquadrava inicialmente como fazenda jesuíta, que passou por diversas transformações, tanto simbólicas, quanto físicas, até por fim, usos mais modernos como o Camping Club, até ser desativado.

O Engenho Monjope, está localizado no Município de Igarassu-PE, e suas documentações textual, iconográfica e até mesmo oral acerca da sua espacialidade, edificações e tecnologias utilizadas nos primeiros séculos são breves, perderam-se ao longo do tempo ou simplesmente inexistem. A documentação atualmente disponível sobre o Monjope não aborda as construções do período colonial, restringindo-se às reformas do Camping Club, e à proposta de restauração do Engenho, incluídos no processo de tombamento pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe¹.

É de inquietar como em um curto espaço de tempo (aproximadamente 400 anos) a quantidade de informação histórica, tecnológica e arquitetônica que se perde, fazendo existir enormes lacunas e interrogações sobre como evoluiu e funcionou determinado espaço. A propriedade em questão apresenta todas as edificações (GOMES, 1990) que compõe um engenho produtor de açúcar: casa grande, capela, moita e senzala. Representa um dos poucos engenhos que ainda mantém todas principais edificações, mesmo que em estado crítico de conservação. Por esse privilégio, possui um grande potencial em oferecer informações sobre o funcionamento e dinâmica de um engenho que, aliando-se aos documentos históricos, mesmo insuficientes ou até mesmo irrelevantes, a Arqueologia irá buscar respostas para inúmeras perguntas da existência da propriedade Rural do Monjope.

Desde 2011 são conduzidas escavações arqueológicas concentradas na área da senzala, definida como setor A, cujos objetivos surgiam conforme se evidenciavam as escavações. Essa dinâmica é completamente aceitável diante das ‘surpresas’ que um sítio arqueológico pode apresentar. No momento, interessa analisar a distribuição de estruturas arquitetônicas/ arqueológicas da área limitada na escavação, com o objetivo principal de interpretá-las e inseri-las em uma paisagem construída. Para isso, as generalizações dos modelos arquitetônicos podem não ser convincentes ao adotar a ideia de que as estruturas

¹ A Fundarpe foi criada em 17 de julho de 1973, na forma jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação visa, além do incentivo à cultura, a preservação dos monumentos históricos e artísticos do Estado. Tem como objetivo principal a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação e a difusão das identidades e produções culturais de Pernambuco de forma estruturadora e sistêmica, focada na inclusão social.

seriam reflexo indireto da sociedade, mas sim inseridas, de forma histórica, em um conjunto específico de ideias, crenças e significados (HODDER; HUTSON, 2003).

Considerando que os remanescentes arquitetônicos elucidados nas escavações parecem não fazer parte do atual contexto e que o espaço se modela às necessidades de cada época e da atividade do homem, interessa aqui apresentar ou sugerir em **que contexto as estruturas arquitetônicas se encaixariam, com a hipótese da possibilidade de ser uma extensão da atual edificação da senzala**, observando a disposição arquitetônica atual do Engenho Monjope. Dentre os objetivos específicos, estão: 1. Descrever as estruturas arquitetônicas, incluindo a tecnologia utilizada, elucidadas na escavação; 2. Identificar e analisar a sobreposição das estruturas, na tentativa de traçar uma cronologia; 3. Propor correlações entre estruturas escavadas e entre as estruturas e a senzala existente; 4. Interpretar os resultados diante os contextos da história do Monjope.

Para isso, a pesquisa busca identificar as estruturas arquitetônicas de forma a entender ou a sugerir sua função, analisando a disposição espacial e sobreposições até destruição e descarte de estruturas da paisagem, tidos como frutos de hábitos, necessidades, estilos, preferências, costumes idealizado no espaço por determinado grupo. Procura-se compreender sua implantação, espacialidade e composição de materiais a fim de abrir meios de investigação de sua forma e função, evidenciando a existência de estruturas sobrepostas e que devem ser analisadas inicialmente de forma isolada e por fim em conjunto com as demais, na tentativa de traçar uma ordem cronológica.

Junto a uma minuciosa leitura estratigráfica e análise contextual das estruturas evidenciadas, a pesquisa arqueológica estará norteadas a estudar os remanescentes construtivos, apresentando dados de pesquisa para identificação, descrição e interpretação do espaço. Assim, o estudo apresenta um enorme potencial interpretativo, na medida em que, segundo Ian Hodder:

[...] a unidade de análise deixa de ser uma cultura arqueológica para se tornar a própria materialidade dispersa nos sítios, e como esta materialidade está vinculada à própria paisagem em que foi produzida, manipulada e descartada. O valor desta abordagem, aos sítios arqueológicos está no fato que apresenta padrões de disposição da cultura material [no caso da presente pesquisa, as estruturas arquitetônicas], possibilitando interpretações sobre a ocupação do espaço” (HODDER, 1989 *apud* SALDANHA, 2005, p. 10)

O corpo da dissertação está dividido em cinco capítulos, estando no primeiro capítulo, pesquisa e análise das documentações bibliográfica, iconográfica e depoimentos, apresentando o contexto histórico do Engenho Monjope, incluindo os trabalhos já realizados

no engenho. No segundo capítulo, serão discutidos temas norteadores e que dão base para análise de dados da pesquisa: arquitetura, estratigrafia e significado; forma, função e necessidade; elementos formadores do espaço de engenho; senzalas; e técnicas e sistemas construtivos.

O terceiro capítulo apresenta o desenvolvimento da pesquisa arqueológica contendo os dados sobre o desenvolvimento da campanha arqueológica e dos registros. O quarto capítulo complementa o anterior fazendo uma análise dos dados ali obtidos. E finalmente o quinto capítulo, em que é apresentada uma discussão sobre forma, função e necessidade no Engenho Monjope, a fim de reunir os elementos sugestivos e as conclusões levantadas através dos dados trabalhados e avaliados.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENGENHO MONJOPE

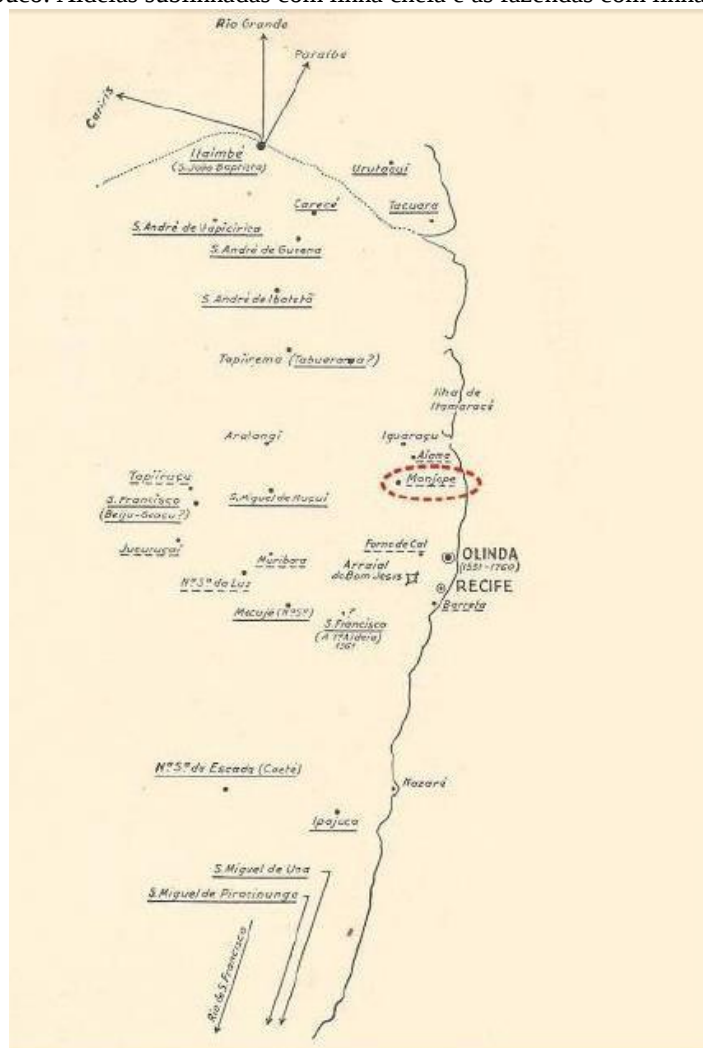
2.1. Primeiros Registros – Jesuítas, holandeses e o açúcar

Sobre a utilização das terras que fazem parte atualmente do Engenho Monjope, há registros desde 1540, no Livro do Tombo do Mosteiro de Olinda, no qual Duarte Coelho (donatário de Pernambuco) passou um lote de terras a Vasco Fernandes de Lucena (Alcaide da Vila de Olinda). Vasco de Lucena dividiu essas terras entre ele e seus três filhos, e segundo a historiadora Virgínia Almoedo, entre alguma dessas partes localiza-se o Engenho Monjope (MATOS, 2009).

A pesquisa histórica revela dados sobre a origem e formação dessa propriedade, em que as primeiras notícias documentadas sobre o Engenho Monjope iniciam-se no início do século XVII, em 23 de outubro de 1600, num termo de doação de terras aos Jesuítas do Colégio de Olinda, por Antônio Jorge e Maria Fernanda Farinha, proprietários do Engenho Inhamã. Essas terras, localizadas na então Vila de Igarassu, eram conhecidas à época como **Tajepe** e ficavam nos limites de Igarassu, sendo utilizadas para pastagem de gado (MESQUITA, 2005; MATOS, 2009).

Segundo Almoedo (2005) e Serafim Leite (1945), em sua obra “*Artes e Ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*”, as terras posteriormente conhecidas como Monjope seriam a união dessas terras doadas por Antônio Jose e Maria Fernanda Farinha e as que foram adquiridas pelo Padre jesuíta Diogo Martins quando era Procurador do Colégio de Olinda, por volta de 1598. Serafim Leite fala de um mapa de 1630, antes da invasão holandesa, contendo a presença das terras denominadas de Monjope, propriedade dos padres jesuítas.

Figura 01: Mapa de aldeias e fazendas de propriedade da Companhia de Jesus na Capitania de Pernambuco. Aldeias sublinhadas com linha cheia e as fazendas com linha tracejada.



Fonte: SERAFIM LEITE. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. In: MATOS, 2009, p.114.

Segundo Mesquita (2005), Adriaen van der Dussen descreve uma lista dos engenhos de Igarassu e seus respectivos donos e nela não há referências ao Monjope num documento apresentado à Câmara de Amsterdã, em 1640. Habitado pelo padre Guilherme Lynch, em 1666, o Monjope foi tido como o mais famoso dos engenhos dos Jesuítas (SERAFIM LEITE, 1945), em que as notícias sobre as construções no Engenho datam de 1679, inclusive com uma construção que servia de casa de vivenda.

No intervalo de 1679 a 1701 o engenho é relatado como residência autônoma com cerca de cem escravos, além de produtor de milho, mandioca e legumes. No final desse período, já existiam a casa grande, uma igreja, a fábrica e a olaria, sendo utilizado provisoriamente como moradia rural onde os estudantes do Colégio Jesuíta de Olinda poderiam passar as férias (MATOS, 2009).

No ano de 1722, sem atender às necessidades da cultura da cana-de-açúcar, o engenho apresentou uma baixa produtividade em relação às expectativas, sendo necessário investimento, como em 1732, na reforma da fábrica do Engenho (MATOS, 2009). Assim no ano de 1742 encontrava-se em alta produção, constando como o único engenho do Colégio de Olinda. A atual capela, dedicada a São Pedro, foi construída em 1756, restaurada em 1816 e posteriormente remodelada em 1929.

Com a expulsão dos Jesuítas, determinada pelas Cartas Régias de 23 de agosto de 1759 e 22 de outubro de 1761, ficou acordado que os bens da Companhia de Jesus fossem entregues à tesouraria geral da Capitania em 2 de janeiro de 1770. Posteriormente, esses bens, incluído o Monjope, foram vendidos.

2.2. Família Cavalcanti de Albuquerque e a Insurreição Praieira

O comprador do Monjope foi o Capitão Manoel Cavalcanti de Albuquerque, que já residia no engenho em 1785. No ano de 1790, o capitão solicitou à rainha de Portugal, D. Maria I, provisão para demarcação e tombamento das terras do engenho. Em 25 de outubro de 1798 (BARRÊTO, 2009) – ou em 1800, segundo Mesquita (2005) – já havia sido nomeado coronel e permaneceu no engenho até sua morte em 12 de abril de 1812, sendo sucedido por seu irmão, Coronel Christovão de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que ampliou as dimensões do engenho a partir da compra da propriedade Utinga do Perú, em 18 de setembro de 1818. Christovão morreu em 14 de julho de 1829. Seu herdeiro foi João Cavalcanti de Albuquerque, o mais velho dos seus nove filhos, e relata-se que neste período o engenho possuía 114 escravos.

Segundo Bezerra, as edificações do engenho são descritas de forma simples no inventário de Christovão de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, datado de 04 de setembro de 1829:

O engenho de fazer açúcar denominado Monjope moente e corrente e de água com todos os seus utensílios, a saber: quatro tachas de ferro e uma de cobre, máquina de ferro, serra d'água, capela de pedra e cal com todos os seus ornamentos, imagens com todos os seus resplendores, casa de vivenda de sobrado de pedra e cal, casa de engenho, de purgar com todos os seus pertencentes, senzalas de pedra e cal, destilação com um alambique de cobre grande e mais casas pertencentes ao mesmo engenho com três pomares de diversas frutas, com todas as terras que se achavam na posse do seu falecido pai e pertences ao manejo do mesmo engenho, cujo engenho disseram os avaliadores louvados que pleno conhecimento... do mesmo tinha o avaliavam na quantia de 44:000\$000 (BEZERRA, 2009, p.41).

Em novembro de 1849, o mesmo João Cavalcanti foi nomeado Coronel da Guarda Nacional de Igarassu, gerando protestos por parte dos pertencentes à Insurreição Praieira², pois esses declaravam o Coronel culpado por cinco mortes. O próprio engenho foi por diversas vezes utilizado como sede das forças legais para conter o movimento separatista. Contudo, Mesquita (2005, p.72) afirma que o engenho funcionou como base militar contra a Revolução Praieira somente quando o Monjope passou para as mãos de Manoel Joaquim da Cunha, após a morte do Coronel. Mesmo assim, com medo de sofrer algum atentado por parte dos insurretos, João Cavalcanti mudou-se para Lisboa, onde faleceu.

Antônia Cavalcanti de Albuquerque, filha de João Cavalcanti e Maria Archanja da Cunha, conseguiu administrar o engenho com a ajuda da mãe. Antônia se casou com seu tio materno, Dr. Manoel Joaquim Carneiro da Cunha, a quem Maria Archanja passou sua parte no Monjope em escritura pública lavrada em 02 de abril de 1857 (BARRÊTO, 2009). O Dr. Manoel Cunha, formado em Direito pela Academia de Olinda recebeu o título de Barão de Vera Cruz após recepcionar D. Pedro II em visita a Igarassu buscando abrandar os ressentimentos deixados pela Revolução Praieira. O barão faleceu vítima de gastro-hepatite no Recife em agosto de 1868. A baronesa tentou se manter como administradora do engenho, apresentando uma renda anual de doze contos de réis e possuindo oitenta e quatro escravos. Com o falecimento da filha, a baronesa passa a residir no engenho de Tamataúpe de Flores, que herdou do pai, mas continuou a exercer a administração do Monjope, tanto que há registro da compra de um sítio na Cruz de Rebouças por um conto e duzentos e um mil réis, sendo posteriormente anexado ao engenho.

Em 1890 a propriedade teria sido hipotecada à Companhia do Beberibe com a finalidade de instalar no engenho um serviço de captação de água para a cidade do Recife. A Companhia perdeu a propriedade, que à época media 6.400 hectares (MESQUITA, 2005), mas buscou indenização judicialmente, conseguindo êxito. Depois disto, o afilhado da baronesa, José Syndulpho de Paiva Vianna, assumiu a administração do Monjope. Após a morte da baronesa Antonia Cavalcanti em 1896, seu herdeiro universal foi o filho de sua prima, Manoel Carneiro Saint Clair de Gaston. O Monjope foi a leilão duas vezes em

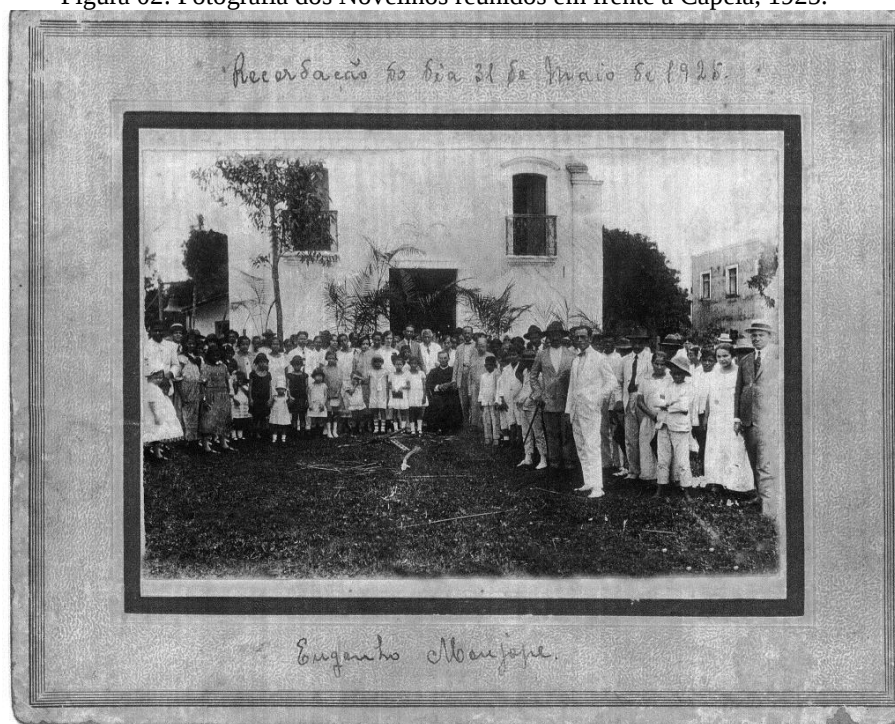
² A Revolução Praieira, também chamada Insurreição Praieira, ocorreu na província de Pernambuco entre os anos de 1848 e 1850. Foi uma das muitas revoltas ocorridas na antiga província e possuía caráter socialista e anti-monarquista, que procurava mudar radicalmente o cenário político e social do Brasil.

novembro de 1898, sem haver interessados na compra (MESQUITA, 2005). Gaston também morreu sem filhos e deixou a propriedade para sua cuidadora, Eulália de Moura Matos.

2.3. Século XX – Os Novelinos, o Camping Club e a Fundarpe

Entre 1904 e 1905, o Monjope foi leiloado por 66:000\$000 (sessenta e seis contos de réis). O comprador, o Capitão da Guarda Nacional, Vicente Antônio Novelino, iniciou várias intervenções, entre elas a recuperação da roda de ferro e a construção dos tanques de água, mais elevados, aproveitando o canal de abastecimento anterior, para garantir a chegada da água na roda. Em 1926, Adelaide Novelino, viúva de Vicente, move uma ação de demarcação de terras contra os irmãos Lundgren pela posse de Utinga do Perú, onde a fábrica de Tecidos Paulista estava explorando madeira (MESQUITA, 2005).

Figura 02: Fotografia dos Novelinos reunidos em frente à Capela, 1925.



Fonte: Acervo do grupo DCEC.

A senzala era habitada pelo filho de Vicente Novelino, também chamado Vicente, e seu irmão Artur, sendo a casa grande ocupada pelo outro irmão, Humberto. Consta que o engenho ainda produzia açúcar em 1925, mas já havia parado em 1940, quando se dedicou exclusivamente à produção da aguardente Monjopina. Segundo Mesquita (2005), o equipamento do engenho teve de ser mudado já que a produção de aguardente necessita de

aparelhagem diferente daquela destinada ao açúcar, e a roda d'água passou também a alimentar um gerador que fornecia energia à serraria da propriedade, responsável pela produção das caixas de embalagem da cachaça.

Em 1962, instalou-se Camping Club que, em 1974, através de convênio, tomou posse das terras do Engenho Monjope e realizou reformas na moita para utilização como restaurante, cantina e salão de jogos. Na senzala foram instalados banheiros, lavanderias e lava pratos, e o sistema hidráulico foi utilizado para piscinas.

Figura 03: Fotografia da época de funcionamento do Camping Club.

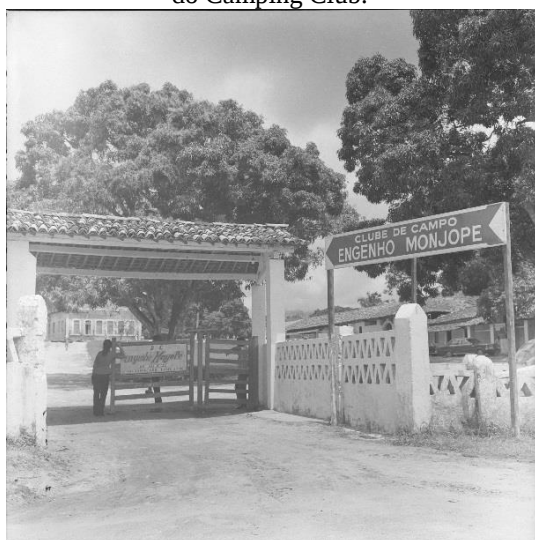


Figura 04: Fotografia da época de funcionamento do Camping Club.



Fonte: Grupo DCEC.

Em 1974, começaram as primeiras negociações entre o Clube e a Fundarpe para recuperação do engenho, a fim de incluí-lo no Programa Integrado de Restauração das Cidades Históricas do Nordeste, da SEPLAN/PR, o que não se concretizou. Somente em 1986 o tombamento foi iniciado, atribuindo a propriedade ao Camping Club do Brasil. Durante o processo, porém, verificou-se que as terras ainda poderiam ser pertencentes aos Novelinos, fato comprovado pelos protestos dos herdeiros.

No ano 2000, o Governo Estadual, com o decreto nº 22.279, declarou as terras com área de 7.391,56 m² do Monjope de utilidade pública para fins de desapropriação, sendo emitida a posse da área em 25 de outubro do mesmo ano.

2.4. Pesquisas no Monjope

O Engenho Monjope tem sido alvo de pesquisas diversas, envolvendo áreas da história, arquitetura e arqueologia. A dissertação de Vera Lúcia Menelau de Mesquita (2005), analisa como se deu a adaptação da fábrica do Engenho Monjope para a produção da cachaça, no início do século XX, buscando subsídios para reconstituir a organização espacial, através das escavações arqueológicas, utilizando a interdisciplinaridade como método de pesquisa. Mesquita consegue demonstrar que para a produção industrial da cachaça e sua comercialização em grande escala, a fábrica do Engenho Monjope sofreu modificações físicas, e necessárias para que atendessem a nova tecnologia.

A pesquisa de Almir do Carmo Bezerra, intitulado “Da olaria para a fábrica, cerâmica e produção açucareira no Engenho Monjope, Igarassu, Pernambuco” do ano de 2009 trata sobre exemplares cerâmicos, dentre eles, vários fragmentos de fôrma de açúcar, cuja interpretação remete para a atividade de produção açucareira. Apresenta basicamente algumas características tipológicas e tecnológicas comuns. A partir da análise do tamanho de abertura e espessura da borda, espessura do bojo, diâmetro da abertura do furo no fundo da peça e tratamento das cerâmicas oriundas das escavações arqueológicas, estabeleceram-se dois tipos distintos. Sobre a procedência das peças, sendo produzidas ou não *in loco*, adotaram-se técnicas de análise físico-química para caracterização, determinadas pela difração de raio-X (DRX) e a composição química pela fluorescência de raios-X (FRX).

Desde 2011 são concretizadas pesquisas arqueológicas que serviram como base de monografias e dissertações através do Projeto Arqueológico Monjope, sob a coordenação de Scott J. Allen. A dissertação de Hebert Moura, em 2013, fez uma análise de painéis de barro oriundos da escavação do Engenho Monjope, e também de relatórios técnicos de pesquisas arqueológicas realizados em Pernambuco, em documentação histórica e em centros produtores de cerâmica. Este estudo reconheceu quais são os tipos de utensílios que formam esse padrão e verificou que as tradições alimentares que não apresentaram mudanças, puderam manter a morfologia dos painéis de barro.

A monografia de Andréia Rocha, também de 2013, teve como objetivo o estudo das fases construtivas da senzala do Engenho Monjope, que possui referências do início do século XVII. Procurou-se reconstituir suas fases construtivas para melhor entender seu espaço, identificar suas formas, funções, técnicas construtivas e os materiais utilizados para direcionamento mais acurado de futuras pesquisas arqueológicas, como também futuras

ações interventivas. A partir dos subsídios oferecidos pelo método da matriz de Harris, das caracterizações físicas, e da maneira em que partes da estrutura se relacionam entre si, pôde ser obtida uma cronologia relativa de partes da senzala, marcadas pelas adaptações, correções, demolições e abandono.

Discutido mais detalhadamente abaixo, o registro arqueológico no setor A (senzala), tem se apresentado bastante revelador. A monografia de Jessiane Montenegro, em 2014, objetivou utilizar a matriz de Harris e os processos *N-Transforms* e *C-Transforms* de Schiffer para uma melhor compreensão do registro estratigráfico na área da senzala do engenho e identificar as três principais fases de ocupação pelas quais passou.

O trabalho de dissertação de Manuela Xavier de Gomes Matos, de 2009, foi realizado na casa grande do engenho com o intuito de desenvolver um modelo para análise de técnicas e processos construtivos, auxiliando na compreensão dos momentos porque passaram a referida edificação histórica. Apesar de ter um viés arqueológico, é muito mais voltado ao restauro e à conservação.

Atualmente, está sendo desenvolvido o trabalho de conclusão de curso de Jamerson Medeiros, no qual visa discutir as relações entre as fontes escritas e os materiais arqueológicos, compreendendo suas formas de relação, relevância e quais resultados podem ser obtidos a partir do cruzamento dessas informações, utilizando os dados obtidos das últimas campanhas no Engenho Monjope.

3. BASES CONCEITUAIS

3.1. Arquitetura, significado e estratigrafia

A abertura de uma porta, o levantamento de um muro, a modificação de uma fachada, todas essas transformações são, ao mesmo tempo, fatos concretos e simbólicos, testemunhando o espaço em movimento e podendo ser consideradas como uma atividade contínua de construir o espaço (SILVA, 2006, p. 32). De acordo com Reis Filho:

Em cada época, a arquitetura é produzida e utilizada de um modo diverso, relacionando-se de uma forma característica com a estrutura urbana em que se instala. [...]. Todavia, as transformações permanentes dos diferentes fatores de influência, sejam tecnológicos, sejam econômicos-sociais, exige uma adaptação permanente daquelas relações (REIS FILHO, 2000, p. 15).

As diversas construções carregam consigo uma grande diversidade de significados que, ao serem interpretadas, revelam aspectos da sociedade que as construiu e utilizou. O derrubar e levantar uma parede, fechar ou abrir uma janela apresenta caráter dinâmico estreitamente associadas às necessidades, vontades e manifestações do mesmo, sofrendo ao longo do tempo diversas ampliações, adequações, reformulações, demolições e reparos antes de seu completo abandono. Para melhor compreender as características dos remanescentes arquitetônicos, torna-se imprescindível fazer, além do exercício de identificação, uma análise dos dados gerados na escavação relacionados com as estruturas e edificações.

Segundo Quirós Castillo (2002) a morfologia espacial pode ser identificada através de interpretações estratigráficas da edificação, de análise dos materiais construtivos, área de captação de material, propostas de intervenções, exames arqueométricos, analogia de tipos e estilos, etc. Já Santos afirma que:

Contrariando a tendência tradicional de interpretar o edificado do ponto de vista da Arquitectura ou da História de Arte, o edifício é visto como contexto arqueológico e analisado do ponto de vista da Arqueologia, o que permite adicionar à interpretação histórica novos dados, mais rigorosos, efectuando para tal leituras estratigráficas de alçados, análises arqueométricas e de materiais construtivos, estudos sociais, de espacialidade e utilização de áreas internas, ou outros estudos de carácter geral (SANTOS, 2013, p.1).

Trabalhada junto com a Arqueologia, a Arquitetura apresenta um desafio inovador adotando métodos de abordagem do edifício em toda sua complexidade, para assim

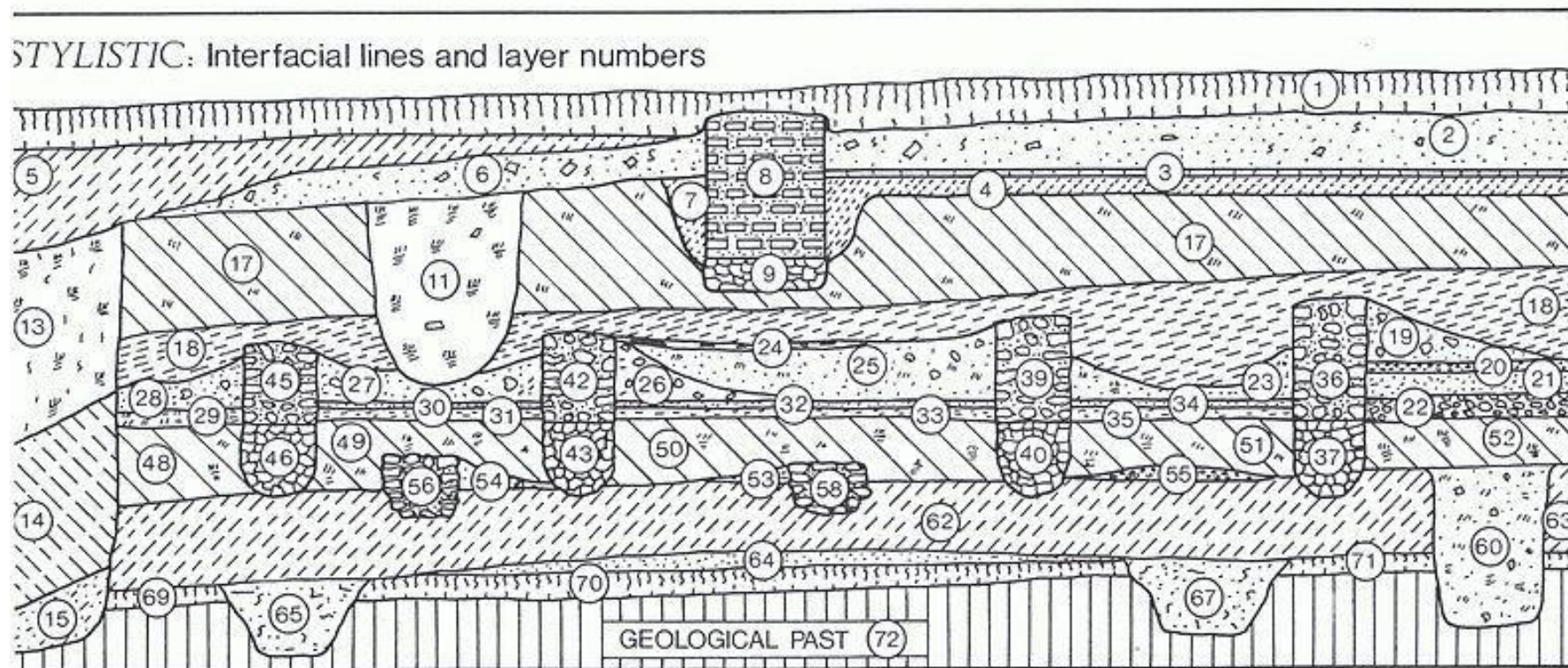
compreender sua história, única e irrepetível; busca conjugar dados históricos e arqueológicos, estudos patológicos, comportamentais (da estrutura), materiais construtivos e outros, possibilitando um conhecimento profundo do passado da edificação através de um método coerente, objetivo e sistemático, que vem sendo testado há anos pela arqueologia revelando resultados extraordinários (RAMALHO, 2007).

Considerando que as estruturas arquitetônicas inseridas no contexto arqueológico possuem uma estratigrafia a ser analisada em si própria, além da possibilidade de estarem encobertas por camadas de sedimentos, na busca da definição funcional e espacial das estruturas, faz-se uma análise minuciosa da estratigrafia, neste caso, uma consequência da ação do homem. Com isso, objetiva-se elucidar a sobreposição, a acumulação e a sucessão de estruturas, delimitando-as espacialmente tanto quanto possível.

As Leis da Estratigrafia estão presentes em todas as ciências que estudam a terra, procurando determinar os processos e eventos que formam as rochas, os sedimentos e suas camadas, seguindo os princípios de deposição, sobreposição, sucessão e continuidade (HARRIS, 1991). Ao se tratar da análise estratigráfica relacionada às estruturas arquitetônicas, a noção de escavação vinculada ao conceito de estratificação do solo definido pela Geologia deve ser aplicada com cautela, já que, ao analisar muros, seus estratos estariam geralmente acima do solo, além de terem passado por grande modificação humana.

Segundo Ramalho (2007), nas edificações, as camadas (estratos) são também reconhecíveis, a exemplo de demolições, reconstruções, sobreposições etc. A estratigrafia surge como resultado das ações construtivas ou destrutivas (naturais ou intencionais), ao longo da história do edifício, determinando a forma como ele surge aos nossos olhos na atualidade. A conceituação dada na Geologia, aplicada à Arqueologia, segue o princípio da sobreposição, a qual, conforme Renfrew e Bahn (1996), estabelece que em um conjunto de camadas, em suas deposições originais, as unidades superiores de estratificação são mais recentes e as inferiores são mais antigas. Como sequência arqueológica, as camadas comportam-se como uma sobreposição dinâmica de unidades estratigráficas ou contextos. Tratando-se de construções, há de lembrar que a estratigrafia pode apresentar estratos com datações invertidas, sendo o estrato mais profundo o mais recente.

Figura 05: Exemplo de uma estratigrafia arqueológica unidades estratigráficas (descrição original: *An example of Layer and Feature Interfaces with numbered layers*).



Fonte: E. C. Harris, Principles of Archaeological Stratigraphy (London – San Diego 1979)

As escavações arqueológicas adotaram as leis da estratigrafia principalmente a partir da primeira metade do século XIX e atualmente o método tornou-se indispensável nas pesquisas de âmbito arqueológico, com destaque aos pesquisadores Wheeler (décadas de 1920 e 1950) e Harris, já na última fase (décadas de 1970 e 1980), desenvolvendo e aperfeiçoando o sistema de documentação dos registros (HARRIS, 1991).

Figura 06: Esquema que mostra a construção de uma sequência estratigráfica de um corte arqueológico convencional. A) Corte estratigráfico hipotético.

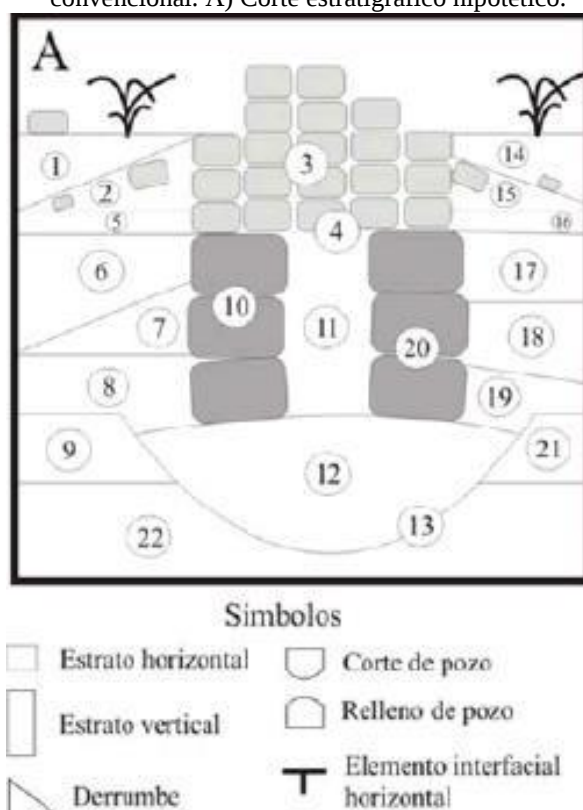
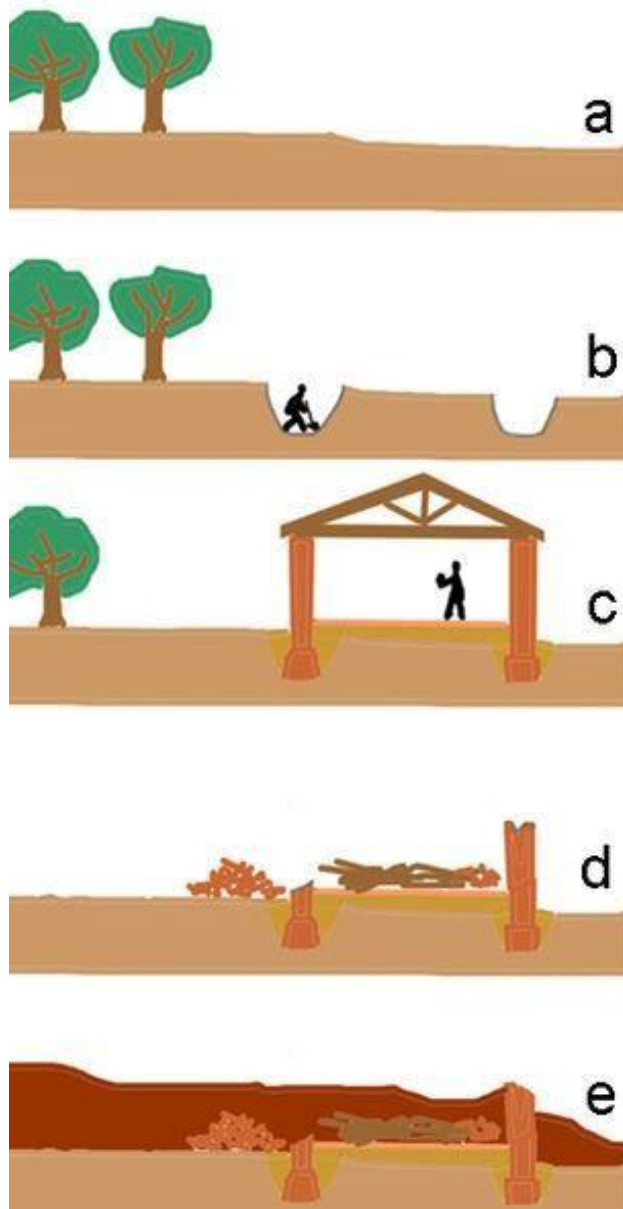


Imagem modificada pela autora. Fonte: D'AMORE, Leandro. *Narrar las prácticas del pasado: el potencial narrativo de la estratigrafía arqueológica como representativa de prácticas sociales*.

Para casos que envolvem movimentações de terra com fins construtivos, podem aparecer depósitos interpretados como “aterros³” que, divididos de acordo com suas características e período, podendo ou não encobrir estruturas em desuso. As diversas camadas de sedimentos possuem o fim de nivelar e encobrir estruturas que não são mais úteis ou desejáveis para a necessidade de determinada época. Para além da forma que o espaço irá tomar, há sempre uma intenção por trás, refletindo a ideia de como as atividades humanas são realizadas.

³ O termo **aterro** utilizado para esta pesquisa refere-se ao local onde são depositadas porções de terra ou entulho com objetivos diversos, sendo o mais comum, tornar plano um terreno originalmente em declive (queda ou caída) ou com depressão (buraco, valeta, rebaixo, etc.), conhecido também como processo de terraplanagem.

Figura 07: A imagem mostra um desenho esquemático sobre ações que levam à formação de unidades estratigráficas (traços no chão) positivo (acúmulo de material) ou negativo (remoção de material). Esquema da formação de uma unidade estratigráfica: a - Situação natural inicial; b - Ação humana de remoção de material: escavação de duas valas de fundação (unidades estratigráficas negativas destacadas por linhas escuras); c - Ações humanas de acúmulo de material: as paredes com suas fundações são construídas nas fundações, as valas são preenchidas ao nível do solo e o terreno nivelado; são construídos o pavimento e o telhado (unidades estratigráficas positivas); d - Colapso do edifício (unidades estratigráficas negativas do colapso das paredes, com destaque para as linhas escuras, e unidades estratigráficas positivas do colapso dos materiais); e - Depósito aluvial ou lenta acumulação de material transportado pelo vento (unidade estratigráfica positiva).



Fonte: [http://www.territorioscuola.com/enhancedwiki/?title=Stratigrafia_\(archeologia\)](http://www.territorioscuola.com/enhancedwiki/?title=Stratigrafia_(archeologia))

3.2. Forma, função e necessidade

O poder e a influência de ideais acabam por determinar a paisagem, que se modifica com o tempo. Para além da forma que o espaço irá tomar, há sempre uma intenção subentendida, refletindo a ideia de como as atividades humanas serão realizadas.

Para definição de *Paisagem*, enfrentam-se várias dificuldades conceituais e sobreposições, disseminadas por instituições e pesquisadores de vários países. O conceito é pode ser encarado de forma abrangente, o que permite leituras subjetivas. De acordo com José Aguiar e Rita Gonçalves, do *International Council of Monuments and Sites (ICOMOS)*⁴ de Portugal:

Todas as paisagens possuem interpretações culturais pois todas são afectadas pela percepção ou por acções directas do homem. As paisagens fornecem informação acerca das relações que se estabeleceram ao longo do tempo entre as sociedades e o meio natural, podendo como tal contribuir para a compreensão da história, da ciência, da antropologia, da técnica, da literatura, etc. É nesta perspectiva que faz sentido designar paisagens como património cultural, na medida em que se trata de bens em constante evolução que se herdaram, se utilizam e se legam às gerações vindouras (AGUIAR; GONÇALVES, 2007).

De acordo com Costa, citado por Marquese, os historiadores da arquitetura no Brasil trabalham com a categoria programa de *necessidades*⁵ para entender de que modo os espaços construídos são determinados pelos usos funcionais a que se destinam. Tal ferramenta se mostra bastante útil na compreensão de relações entre a atividade e a implantação dos edifícios que compõem o espaço, porém em alguns casos não é o suficiente, pois:

[...] unidades rurais escravistas foram erigidas articulando de modo estreito as preocupações funcionais com os efeitos simbólicos que pretendiam produzir nos diversos grupos sociais nelas envolvidos – senhores, trabalhadores livres, escravos e comunidade externa à *plantation*. Para demonstrá-lo, é preciso antes de tudo examinar as demandas criadas pelos processos produtivos desses artigos sobre a implantação das fazendas e engenhos (MARQUESE, 2006, p.15).

⁴ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em língua inglesa (ICOMOS), é uma associação civil não-governamental, ligada à ONU, através da Unesco. Tem sede em Paris, na França.

⁵ Espaço arquitetônico definido de acordo com o conjunto de atividades sociais e funcionais nele exercido e com o papel que representa para sociedade. Os programas arquitetônicos modificam-se no tempo segundo as novas necessidades criadas pelo homem. 2. Classificação, em termos genéricos ou minuciosos, do conjunto de necessidades funcionais correspondentes à utilização do espaço interno e à sua divisão de ambientes, recintos ou compartimentos, requerida para que um edifício tenha determinado uso (ALBERNAZ E LIMA, 1998).

Analisar e interpretar a função da arquitetura é um processo complexo independente do contexto em que se insere, de forma individualizada ou não. A modificação do edifício para determinado fim pode se apresentar de diversas formas e dimensões, podendo ser uma mudança em algo pontual (alguns cômodos) ou em sua totalidade, mudando por completo a função para a qual foi projetado. São diversos os motivos da mudança, passando pelos ideais e necessidades da época e até mesmo descarte de estruturas ‘irrecuperáveis’.

Puls (2006) afirma que a funcionalidade na arquitetura vai além da relação simples entre o indivíduo que determina a finalidade e a própria finalidade, relação da qual se deduzam direta e necessariamente as formas e a organização do edifício. Pontua ainda ideias de Mukarovsky (1979), em que as funções do edifício são determinadas pela sua finalidade atual e pela finalidade como fato histórico. Ou seja, a construção de um edifício com função específica obedece, além dos critérios práticos atuais, a um conjunto de normas fixas levando em conta sua evolução ao longo do tempo.

Para estudos sobre espacialidade e edificações de engenhos e propriedades rurais no Brasil, nota-se a apresentação de interpretações que se repetem e resultados de característica óbvia, além da fragmentação da propriedade quanto a supervalorização de algumas edificações frente outras (ver MEDEIROS, 2005). Há necessidade de buscar compreender a implantação arquitetônica da unidade, amplamente relacionada a sua função, a seu motor e produção e a que período se contextualiza.

Para os padrões técnicos gerais apresentados nas unidades rurais de Pernambuco e da Bahia, desde o início do século XVII, existia a importância de se atender a um programa de necessidades devido à complexidade apresentada na construção do engenho (GAMA, 1983; MARQUESE, 2006). O processo produtivo acaba, por fim, impondo suas necessidades sobre a arquitetura apresentada, derivada das diversas etapas de produção, articuladas entre si. Marquese aponta que:

A imposição das necessidades do processo produtivo açucareiro sobre a planta arquitetônica das unidades rurais escravistas acentuou-se ainda mais após 1830, com a revolução tecnológica ocorrida no setor [...]. Quebrando com o caráter de manufatura orgânica, o engenho de açúcar adquiriu nessas regiões o estatuto de verdadeira indústria no campo. [...]. Tudo isso implicou a revisão profunda da planta arquitetônica dos engenhos. Criou-se a necessidade, antes de qualquer coisa, de um enorme alargamento da área de cultivo (MARQUESE, 2006, p.19).

Logo, percebe-se que o quesito “necessidades” da planta arquitetônica e disposição espacial de uma edificação, ou conjuntos de edificações, modifica-se ao longo do tempo por

variados motivos: aumento ou diminuição de produção, que afeta todo o processo produtivo; adoção de novas tecnologias, desprezando a presença de alguns setores obsoletos; mudança ou fragmentação de uso, modificando todo gênero e finalidade, etc. Todos esses motivos podem levar à remodelação ou até à reconstrução de todo o espaço.

O espaço pode ser compreendido como a organização tridimensional dos elementos, absorvendo significados que formam um lugar (DEZEN-KEMPTER, 2010). Ao se delimitar diferentes contextos das estruturas edificadas, busca-se definir e compreender a existência ou não de relações entre elas. De caráter orgânico e se relacionando diretamente com o homem, a arquitetura:

[...] organiza o espaço humano levando em conta todas as funções físicas e psíquicas que cada edifício deve satisfazer. Essas funções não são infinitas: os edifícios não se destinam a todos os tipos de atividade ao mesmo tempo. Há todo um conjunto de gêneros arquitetônicos, dos quais cada um envolve uma determinada limitação e funcionalidade. Esses diferentes gêneros não são isentos de relações e influências mútuas, e somente o conjunto de todos os gêneros arquitetônicos de cada época determinada e de cada ambiente determinado é que caracteriza o aproveitamento total da esfera funcional da arquitetura nessa época e nesse meio (MUKAROVCKY, 1979, p.156 *apud* PULS, 2006, p. 536).

Para as unidades rurais no Brasil colonial, que compreendiam as terras cultivadas e instalações voltadas para a produção de bens a serem comercializados, a modificação de sua essência ou gênero motiva a invenção de novas formas e não das necessidades pré-existentes. Uma senzala extensa era necessária diante de um regime escravista na grande produção do engenho. Entretanto, com o desuso, mudanças sociais, tecnológicas, funcionais e estéticas, uma edificação em estado precário de preservação pode não ser útil, sem fim e até mesmo sem vantagens de recuperação, podendo ser fadada a desaparecer da paisagem.

Logo, percebe-se a possibilidade de deslocamento de função e forma do edificado, modificando parcialmente ou totalmente os fins, e até mesmo o significado que terá, conveniente a cada época, transparecendo fisicamente na paisagem em que se insere.

A senzala poderia apresentar algumas particularidades, como exposto no capítulo seguinte: subdivisões, cabanas isoladas e até reformas posteriores a fim de descartar áreas deterioradas ou desinteressantes para o novo programa de necessidades. As construções possuem fluidez e rigidez em seus diversos aspectos estéticos e tecnológicos, remodelando conforme exige o contexto em que se encontra.

Com a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, as senzalas perderam a razão de ser, com a grande maioria de seus ocupantes abandonando os cubículos. Elas, assim,

puderam receber outros ocupantes que, conseqüentemente, fariam algumas reformas, como abertura de portas e janelas. Por serem construções precárias, como descreveu o engenheiro Vauthier, “desmoronando aqui e acolá”, em sua maioria, acabaram por se desfazer na paisagem, apenas as reformadas com materiais mais sólidos sobreviveram, diante das novas funções, até a atualidade.

A vida social evolui, e apesar de conservar certos hábitos e preconceitos, consegue remodelar também a rígida organização espacial.

Figura 08: Senzala em ruínas.

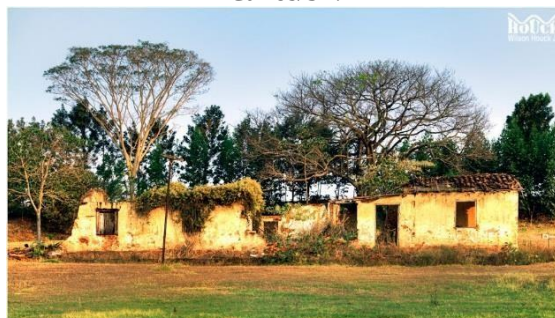


Fonte: BENICASA, V.

Figura 09: Senzala em ruínas (Monjolinho),
Fazenda Santa Maria do Monjolinho, São
Carlos/SP.



Figura 10: Senzalas em ruínas (Monjolinho),
Fazenda Santa Maria do Monjolinho, São
Carlos/SP.



Fonte: [HTTP://www.panoramico.com/photo/749394992](http://www.panoramico.com/photo/749394992)

3.3. Elementos formadores do espaço de Engenho

A história de ocupação do Brasil, desde os primeiros séculos, está estreitamente ligada ao ciclo do açúcar e da cachaça. O engenho tradicional, com moenda movida pela força da água ou de animais foi o responsável pela produção de açúcar até meados do século XIX, sendo aos poucos substituído pela usina.

Há de fato uma complexidade na arquitetura dos engenhos, sendo o primeiro tipo de construção a se multiplicar no Brasil, organizando-se em torno da produção de bens (principalmente a cana-de-açúcar). Possui um caráter tipológico dinâmico, sendo resultado, e ao mesmo tempo, condição de uma determinada sociedade, onde sua forma e distribuição acabam resultantes de um único processo, ou até mesmo de revitalizações, reformas e adaptações de estruturas antigas.

Referindo-se aos engenhos, sua distribuição e técnicas das edificações no espaço, Mesquita diz que:

A combinação de formas espaciais, e de técnicas correspondentes são constituintes do atributo produtivo de um espaço. Do ponto de vista do processo de distribuição das edificações de um engenho, das técnicas de construções empregadas, e dos meios de produção empregados, pode-se fazer um estudo comparativo e, através de um enquadramento, estabelecer padrões ou correlações, que estão correlacionadas em outras experiências existentes no Estado e no País. Essas aproximações podem ser encontradas desde que se reconheçam as suas limitações, considerando as diferenças das regiões, das peculiaridades do local e da tecnologia a empregada. Esses padrões podem ser utilizados como os parâmetros iniciais, dentro da pesquisa como parte da abordagem metodológica (MESQUITA, 2005, p. 33).

De acordo com Gomes (1998), o fator que mais influenciou a localização dos primeiros engenhos foi, sem dúvida, a proximidade à água corrente e perene. Em segundo lugar, o tipo de solo, que, no caso de Pernambuco, predominava o massapê, a proximidade às matas para a extração da madeira para as fornalhas e, por último, a distância de localização dos índios. Foi um privilégio de poucos obterem essas condições ideais para a instalação de um engenho. E quando não era possível a localização próxima a um rio, passou-se a utilizar a força animal.

O engenho retrata bem a sociedade do Brasil colonial, que contava com o apoio do donatário ou do Governo Geral. Segundo Freyre (2006), essas famílias rurais se desenvolveram de forma patriarcal e aristocrática, assim como a sociedade portuguesa, podendo ter se tornado grandes proprietárias rurais mesmo sem tradições agrícolas,

possuindo essências patriarcais, elitistas, escravistas e de imobilidade social. A propriedade era composta pela capela, onde se realizavam as missas; a casa grande, onde morava o senhor de engenho e sua família; a máquina do engenho (fábrica/moita), onde se moía a cana e se fabricava açúcar; e a senzala, onde ficavam os escravos, em péssimas condições de conforto e higiene.

Quanto à distribuição espacial, observou-se que nas obras de Post e Wagener existia uma lógica para a implantação de cada edificação: geralmente, a fábrica era instalada na parte inferior do terreno já que se fazia o aproveitamento da água para movimentação da moenda. Segundo Taunay (1839), os edifícios de um engenho ou fazenda *podem formar os três lados de um grande retângulo, cuja área formaria um curral para todos os usos e serviços*. Um desenho de Vauthier da primeira metade do século XIX também mostra a implantação de um engenho:

Figura 11: Fazenda de Engenho.

1- Capela; 2-Casa Grande (Proprietário); 3-Hóspedes; 4-Casa do engenho; 5-Cavalariças; 6- Casa do bagaço; 7- Forno; 8- Cocheira; 9- Refinaria-destillaria; 10- Olaria; 11- Senzalas; 12; Casa do feitor.

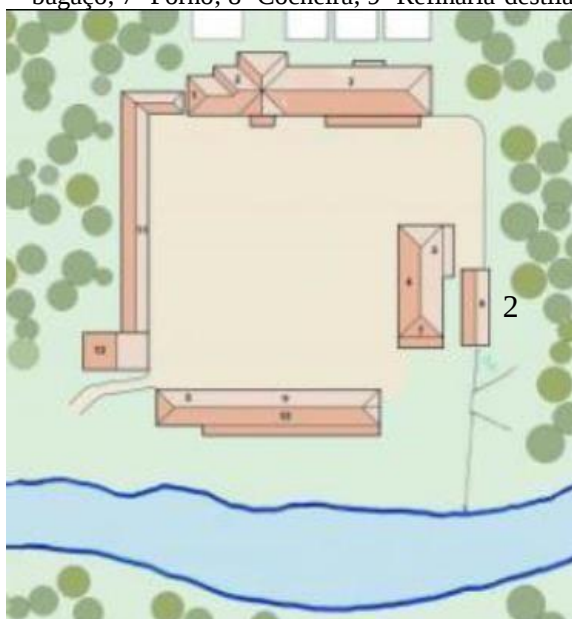
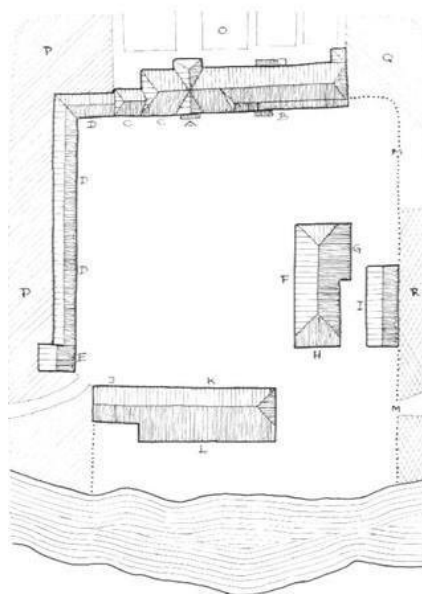


Figura 12: Fazenda de Engenho.



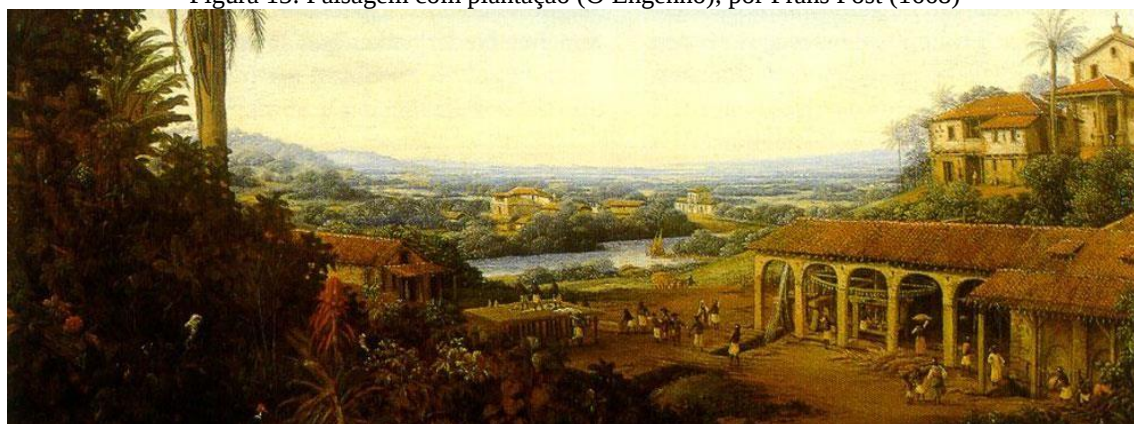
Fonte: VAUTHIER, 1975, <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com>

Benicasa (2003) aponta esse arranjo ao redor de pátios como uma característica trazida pelo português, ainda no século XVI observada nos primeiros complexos agrícolas do Brasil, em terras nordestinas. Verifica-se que quase sempre as edificações se dispõem ao redor de um pátio, que possuía diversas funções, desde moagem de grãos, guarda de gado e

até para facilitar a circulação, sendo dito nos manuais⁶ como o modelo ideal para uma propriedade rural.

Outro tipo de disposição espacial das edificações encontradas nas pesquisas foi a de que havia uma hierarquização, onde a capela ficaria mais ao alto, seguindo-se a casa grande, posteriormente a fábrica e finalmente a senzala, sem seguir necessariamente uma forma quadrangular/retangular. Pode-se notar esse exemplo em algumas obras do pintor Frans Post.

Figura 13: Paisagem com plantação (O Engenho), por Frans Post (1668)



Fonte: http://correiogourmand.com.br/images/cg_acucar_144_1000y.jpg

Nesta imagem, da segunda metade do século 17, observa-se o tripé constituído por engenho, casa grande e capela. Ao fundo, veem-se casas dispersas na paisagem - moradias de escravos e de lavradores de cana radicados próximos aos engenhos.

As casas grandes dos engenhos pernambucanos possuem uma vasta diversidade no que diz respeito a sua morfologia, onde em seus primeiros exemplares se conformavam de forma simples, como uma adaptação arquitetônica aos materiais disponíveis na nova colônia. Inicialmente a sua conformação espacial e construtiva eram simples, com plantas quadras ou retangulares, usando da taipa de pau-a-pique, tijolos cerâmicos ou até adobe em suas paredes, com telhados de palha. Só com o tempo e enriquecimento dos senhores, o uso de taipa, pau a pique e adobe foram sendo substituídos e se refinando nos materiais e técnicas, passando a representar o poder de quem ali vivia.

⁶ Exemplos de manuais: “Cultura e Opulência no Brasil”, escrito em 1711 pelo Padre Jesuíta André João Antonil, destacando a complexidade de funções que são necessárias para por um engenho em perfeito funcionamento; “Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro”, escrito em 1847 pelo Barão de Paty do Alferes dedicado ao seu filho Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, onde descreve minuciosamente, todas as ações necessárias para que se torne um bom fazendeiro

A fábrica (ou moita), até meados do século XIX possuía sua moenda movida a água ou animais e era responsável pela produção de açúcar, provenientes da cana-de-açúcar. Possuíam em sua concepção, materiais mais duráveis e técnicas mais apuradas, devido à grande importância da edificação, por ser o ‘motor’ central do engenho. As modificações sofridas, em sua maior parte, foram devidas às adaptações para melhoria da produção, e até mesmo adição de fabricação de novos produtos, como a cachaça.

As capelas, feitas para resistir ao tempo, foram as que menos sofreram modificações com o passar do século, tanto em questão de espaço quanto de estética se tornando indispensáveis ao complexo do Engenho, representando um tipo de controle social afirmando a fé católica de todos os indivíduos que ali habitavam.

Questões como hierarquia e durabilidade influenciaram diretamente na escolha do tipo de material e a técnica empregada em cada construção, absorvendo e expondo de forma física os valores da estrutura social. Salta à vista a imponência das casas grandes e capelas e, considerando que nenhuma monumentalidade é por acaso, a solidez dessas construções servia para desempenhar o papel de valorização e agigantamento de seus ocupantes que, no caso, objetivando passar imagem de invulnerabilidade (WEIMER, 2014).

3.4. Senzalas

Poucas são as descrições detalhadas sobre as senzalas, mas é observável que em muitos momentos tenha havido a reutilização de materiais para sua construção. Porém, em sua maioria, eram materiais de pouca resistência que com o tempo acabaram sendo demolidas ou reaproveitadas como alojamentos em residências para trabalhadores e administradores em épocas mais recentes. Dentre poucas descrições, sabe-se que eram quase inexistentes as preocupações com higiene e conforto, sofrendo algumas poucas melhorias com as recomendações higienistas do século XIX.

Até o século XVIII, as fontes iconográficas que englobam os relatos paisagísticos não revelam a existência de qualquer tipo de edificação que se destinasse especificamente à habitação coletiva dos trabalhadores escravizados, não obstante houvesse a presença de pequenas casas ao redor do conjunto arquitetônico restante. Os modelos das moradias escravas até final do século XVIII são relatados como “choças dos negros”, ou senzala tipo cabanas, vista mais adiante e, como afirma Marquese, “com efeito, são poucos os indícios disponíveis sobre a normatização da moradia escrava pelos proprietários rurais das diversas

regiões de *plantation* do Novo Mundo antes do final do século XVIII” (MARQUESE, 2005, p.168)

Somente com a leitura dos dados do século XIX se consegue registrar uma pequena variedade na arquitetura e localização das senzalas nas regiões da grande lavoura (AZEVEDO, 1990; GOMES, 1998; SCHWARTZ, 1988 *apud* SILVA, 2006), que pode ser observada nos manuais agrícolas publicados nesse período, atentando para uma normatização dos espaços de moradias das fazendas (MARQUESE, 2005). Com o fim da escravidão, as senzalas ficaram obsoletas, e as que não foram reaproveitadas e reformadas de forma mais sólida, desapareceram da paisagem. Gilberto Freyre levantou questões e olhares dos sociólogos às senzalas, na década de 1930, em sua obra *Casa Grande & Senzala*. Lá, o autor fixava os elementos que pudessem apresentar dados sobre sua feitura e utilização, inclusive pela metáfora do próprio título em corresponder à estrutura patriarcal nordestina. Freyre incentivou e despertou o interesse pela busca do entendimento e compreensão da sociedade patriarcal, da ampla divulgação das cartas de Vauthier e de trabalhos voltados aos mocambos recifenses.

De acordo com Weimer (2014), etimologicamente, foram as *sanzalas*⁷ que deram origem às senzalas brasileiras, tendo variações e adaptações em seu material construtivo. As senzalas passaram então a se subordinar e integrar-se a um conjunto de edificações diversificadas (engenhos, fazendas, arraiais de mineração, etc.). Para Stein, sobre modificações das habitações dos cativos:

As senzalas pouco mudaram quando do remodelamento da fachada da fazenda: um telhado feito de telhas, às vezes um corredor externo para refrescar, fechado por sólidas barras de madeira. Nunca assoalhado. Os estreitos cubículos sem janelas dos escravos casados – escravos solteiros, homens e mulheres viviam em senzalas separadas – continham o pouco que um escravo podia ter: uma cama ou tarimba de tábuas apoiadas sobre dois cavaletes de serraria, coberta com uma esteira de capim trançado, talvez um pequeno baú de madeira, e na parede alguns prendedores e diversas cuias para guardar feijão, arroz ou gordura de porco (1990 *apud* WEIMER 2014, p.173).

Inicialmente, deve-se pensar em senzalas como construções em sua maioria monofuncionais para a “guarda” dos trabalhadores escravizados ao final do dia. Talvez essa singularidade se justifique pela resistência à multifuncionalidade das construções do próprio

⁷ Segundo Weimer (2014), o termo *sanzalas* (grifo do autor) refere-se as habitações africanas. Idioma de origem banto, grupo étnico que se impôs por toda a África subequatorial, determinando um vasto território linguístico.

senhor de engenho. Apenas com a mudança da essência da unidade rural produtora e das próprias mudanças sociais as senzalas passam a adquirir outras funções.

De acordo com Laborie (1798), “as casas [...] devem ser de maneira situadas, que possa o senhor ver tudo, ouvir e dar ordem. A exaço, e cuidado da manufatura, o serviço do hospital, que se deve guardar de dia, e de noite, a polícia das senzalas, e o cuidado do gado de toda a casta, inteiramente dependem da presença e vigilância do senhor” (LABORIE *apud* MARQUESE, 2005, p.170). Logo, o posicionamento das unidades habitacionais escravas em pavilhões únicos, retilíneos, simétricos e em torno de um pátio, tinha o propósito de potencializar o controle senhorial sobre a morada dos cativos (MARQUESE, 2005).

De acordo com Santos (2004), por muito, a moradia escrava no Brasil do período colonial e do Império foi retratada como um galpão onde os escravos eram trancados ao anoitecer, para que não fugissem. Em contrapartida, trabalhos mais recentes sobre as habitações dos escravos mostram que as senzalas apresentam uma variação do modelo arquitetônico. Os relatos dos viajantes que estiveram no Brasil, sob um olhar mais crítico, foram de grande importância para o redimensionamento do estudo sobre a moradia escrava. As observações desses visitantes junto às outras fontes documentais (mesmo que em pouco número), permitiram mudanças fundamentais no tratamento dado pela historiografia à senzala.

Adiciona-se uma pluralidade de tipos arquitetônicos às pesquisas sobre senzalas, diferindo da ideia de um único galpão comprido, sem divisórias, a fim de enclausurar os trabalhadores escravizados. Admitiu-se a flexibilidade que possuíam em conceber e construir habitações isoladas e até mesmo subdivisões internas aos compridos barracões. Questões sociais adentram nas pesquisas sobre o espaço destinado e utilizado pelo escravo. Santos afirma:

A nova historiografia apontou que o estudo das senzalas possibilita uma compreensão mais profunda das articulações do sistema escravista no mundo rural, já que a moradia escrava (entendida como um dos elementos que compõe a condição física e material do tratamento dado aos escravos) não pode ser entendida desassociada do trabalho exercido pelo cativo e, das diferentes formas de interação social e cultural experimentadas por esses escravos. A senzala deixou de ser um modelo analítico preconcebido, para tornar-se um dos campos de estudo da cultura material escrava (SANTOS, 2004, p.1).

Geraldo Gomes (1998) realizou um levantamento de engenhos no estado de Pernambuco, encontrando apenas seis edificações identificadas como senzalas, e justificou a falta delas na maioria das propriedades rurais devido a sua fragilidade na construção.

Conforme esse levantamento a maioria dos engenhos segue a constituinte disposição espacial de Taunay. De acordo com esse autor, não há variedade de tipos de senzala, sendo a distância até a casa grande o que difere uma das outras: algumas são tão próximas, quase contínuas, e outras tão distantes que poderia se afirmar a possibilidade de existência de duas senzalas em um único engenho. O único tipo encontrado se baseia numa construção comprida, com uma série de cubículos contínuos em linha, feita com uma das técnicas de utilização do barro, taipa de pau-a-pique ou alvenaria de tijolos maciços, com a varanda coberta com telha de barro.

A presença de varanda deve ser considerada com uma variante, pois em algumas senzalas, é inexistente. Gomes define que o vão entre os cubículos variavam sempre em torno de 3 metros de comprimento e o telhado composto por telha tipo canal era sempre de duas águas. Os cubículos poderiam ainda apresentar subdivisões.

Azevedo (1990) em sua descrição das senzalas, observa dois tipos: a que se formava por um grande pavilhão constituído por cubículos de aproximadamente 6 m², que se estendiam pela parede da fachada, ventilados apenas pelas aberturas que se davam a ela; e o segundo tipo, pavilhão alongado entre a casa-grande e a fábrica, com telhado de duas águas, no qual uma destas se prolonga para varanda sustentada por pilares de madeira.

Na descrição de Vauthier⁸:

Quanto ao comprido telheiro que se prende à casa, já sabeis o que é. Essa multiplicidade de portas baixas e estreitas, as paredes de barro, desmoronando-se aqui acolá, trapos dependurados aos esteios que sustentam o telhado e formam, na frente da construção, uma pequena galeria coberta, negrinhos pulando ao sol, uma ou outra cabeça encarapinhada que se mostra por instantes à sombra de uma porta, tudo vos dirá claramente que estas são as habitações dos escravos, e que é aqui que tens de procurar a cabana do Pai Tomás. [...] Vamos agora, porém, lançar um olhar às senzalas, apesar do espanto que isso causará ao dono da casa, diante a manifestação desta estranha curiosidade. Dificilmente uma habitação humana poderá ser reduzida a uma expressão mais simples. A terra nua constitui o seu piso. As dimensões de cada cubículo atinge apenas 3 ou 3 metros e meios em quadra. A porta que abre sobre a pequena galeria externa é a única abertura que foi prevista. As paredes são de pau-a-pique. Pequenas estacas de madeira com casca, de 5 a 6 centímetros de diâmetro, fincadas na terra, suportam um tramado horizontal, formando quadrados de 20 a 25 centímetros de lado, cheios de barros grosseiramente alisado pela parte de fora. Nenhum reboco protege este enchimento, por isso a ação das chuvas e do calor o deteriora prontamente, praticando ali aberturas suplementares através das quais penetra no cubículo um pouco de luz e de frescura. Cada um destes compartimentos estreitos contém, quer uma família inteira, quer dois ou três solteiros. Esteiras e cobertas de lã verde para

⁸ Engenheiro francês contratado pelo governo de Pernambuco para tratar de obras públicas em Recife. Desembarcou em setembro de 1840, permanecendo por 6 anos, voltando para França. Redigiu 4 cartas a seu editor, na França, e deixou um diário, que serviram de base para umas das obras de Gilberto Freyre. Com apoio do SPHAN essas cartas foram traduzidas e divulgadas.

noite; a um canto, uma panela de barro assentada sobre três pedras formando o fogão; alguns recipientes feitos de cabaça serradas ao meio, tal é o mobiliário que aí se encontra. Às vezes, entretanto, algum negro caprichoso ou negra vaidosa acrescenta, como objeto de luxo, um cabide preso à parede, para pendurar as peças novas do traje dado pelo amo ou os enfeites com que se adornam nas grandes ocasiões (VAUTHIER, 1975, p. 79 / As cartas do engenheiro foram publicadas no ano de 1853).

Figura 14: Senzala segundo Vauthier.

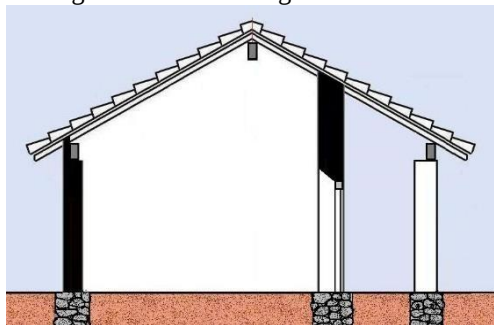
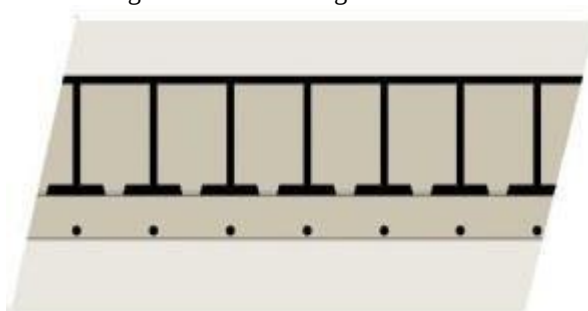


Figura 15: Senzala segundo Vauthier.

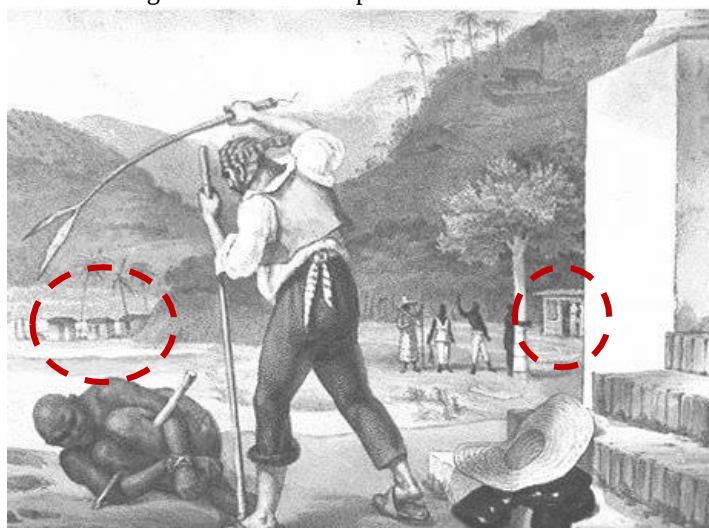


Fonte: Colin, 2011.

Em certos aspectos, os trabalhadores escravizados conseguiram manter alguns dos seus costumes nas construções, que só com o passar do tempo acabaram por ser modificados. Weimer (2008) divide as tipologias arquitetônicas afro-brasileiras em: a) senzala tipo cabana ou barracão (casas isoladas); b) senzalas tipo pavilhão; c) enxovias (‘prisão subterrânea’). Apesar dos quilombos⁹ serem enquadrados como um quarto tipo por Weimer, para esta pesquisa, não serão considerados.

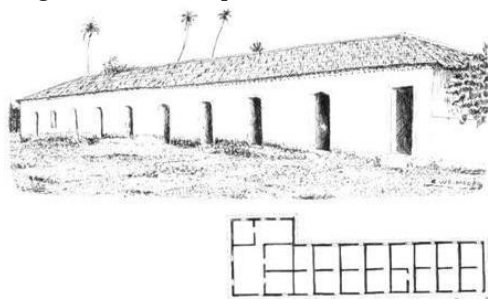
⁹ Segundo Gaspar (2009), quilombos são : “comunidades necessariamente isoladas ou compostas por um tipo de grupo social. As comunidades quilombolas foram constituídas por processos diversos, incluindo, além das fugas para ocupação de terras livres, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, compra ou a permanência em terras que eram ocupadas e cultivadas em grandes propriedades. Dependendo da área geográfica onde estão localizadas, são também conhecidas como mocambos ou terra de preto”.

Figura 16: Senzalas tipo cabana ou barracão.



Fonte: Pintura de Debret modificado pela autora

Figura 17: Senzala pavilhão sem avarandado



Fonte: Gunter Weimer, 2008.

Figura 19: Senzala tipo enxovia.

Figura 18: Senzala pavilhão com avarandado



Figura 20: Senzala tipo enxovia.



Fonte: Gunter Weimer, 2008.

A tipologia descrita por Slenes (1999), baseado nos relatos de viajantes ao longo do século XIX, é dividida em três categorias: as senzalas pavilhão (com subdivisões para casados e solteiros), as senzalas barracão (escravos solteiros separados em recintos por sexo), e as senzalas cabana (casados ou solteiros do mesmo sexo). R. Slenes não enquadrrou em sua classificação enxovias e quilombos descritos por Weimer.

Benicasa (2003), em seu trabalho, divide as senzalas em três tipos: alojamento alinhado em uma única direção, retilíneo; o quadrado, edificação retangular em torno de um pátio; e nos porões da casa-grande. Weimer (2014) critica o do tipo quadrado, já que só foi encontrado apenas um exemplar, e mesmo assim “pela metade”, que prefere caracterizar como uma adaptação da senzala alongada. Já Marquese (2005), considera que R. Slenes deixou passar despercebido o arranjo de moradia escrava em forma de quadra, adotadas em várias fazendas de café do Brasil, baseados nas novas normativas desse tipo de moradia.

Segundo Weimer:

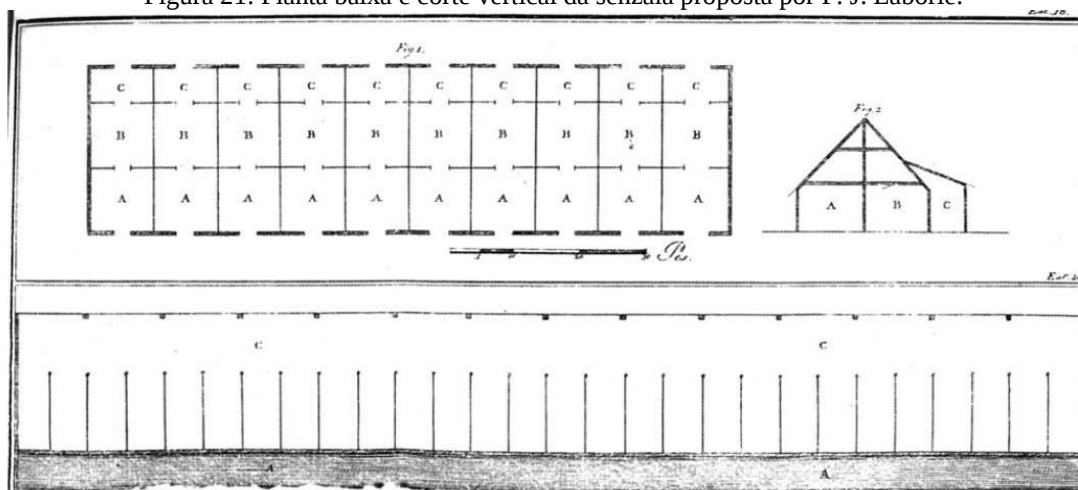
Por mais que nos empenhássemos na procura de documentos sobre as senzalas dos dois primeiros séculos, nossos esforços tiveram escassos resultados. Aparentemente, as habitações dos negros não foram matéria de considerações até mesmo dos inventariantes que têm se mostrado serem os documentos mais pródigos em informações. Se as construções dos escravocratas desse período, muitas vezes, eram muito precárias, é possível imaginar a ainda maior precariedade das habitações da mão de obra escrava (WEIMER, 2014, p.174).

Azevedo (1990) e Gomes (1998) também pontuaram sobre a falta de notícias e remanescentes sobre a moradia dos trabalhadores escravizados nos séculos XVI e XVII, não havendo sequer algumas tímidas aparições na iconografia de pintores holandeses.

As de tipo pavilhão possuem referência desde o século XIX, e foram as que resistiram ao tempo, mesmo com o fim da escravidão, se adaptando aos novos usos para servirem como residências de homens livres ou até mesmo depósito, pois a produção de cana não deixou de existir. Sofreram diversas modificações, porém a maioria se restringiu às ampliações de ambientes, aumento do número de aberturas (portas/janelas) e até demolição de áreas muito degradadas.

Laborie (1798), em seu manual *The Coffee Planter of Saint Domingo*, aborda a escolha e preparo dos terrenos para o plantio, a construção e distribuição dos edifícios, a cultura e processamento dos grãos e administração dos escravos. Propôs a construção das senzalas em linha, divididas em cubículos, cada qual reservado para três escravos. Interessa observar que os cubículos propostos em planta eram subdivididos em três cômodos: um para fogo, um para dormir e outro para aves, sendo este último de construção facultativa.

Figura 21: Planta baixa e corte vertical da senzala proposta por P. J. Laborie.



Fonte: LABORIE, 1798.

Em geral, apresentam forma retangular e divisões internas em cubículos (variando um pouco a mais ou a menos de 3m de largura, como observado na maioria dos relatos) cada qual com uma saída individual, podendo ainda apresentar subdivisões. Existia a possibilidade de possuírem ainda uma única porta, que dava para o terreiro, fato que permitia o maior controle dos escravos por parte do feitor ou senhor de engenho. Não há registro sobre a existência de janelas, no lugar, poderiam existir aberturas de aproximadamente 30 a 40 centímetros abaixo do teto, o que permitia a ventilação e iluminação interna.

O Barão de Pati do Alferes¹⁰ escreveu entre suas recomendações, brevemente, sobre construção da senzala:

A estas obras [casa de morada, engenho de serrar madeira, e o moinho] deve suceder a construção das machinas que forem reclamadas pela natureza da cultura a que o lavrador se dedicar, e a das habitações do pessoa livre e escravo, devendo estas ser voltadas para o poente ou para o nascente, divididas em compartimentos de vinte e quatro palmos {medida de comprimento que se obtém com a mão toda aberta, medindo do dedo polegar ao mínimo, cuja distância gira em torno de 22 centímetros} quadrados {aproximadamente 5m²}, e tendo na frente uma varanda de oito palmos de largo {aproximadamente 1,80m}.” (WERNECK, 1985, p.4, comentários entre {} nosso).

¹⁰ O fazendeiro Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Pati do Alferes nasceu em Pati do Alferes em 1795. Estudou Humanidades no Rio de Janeiro e voltou a Pati para dedicar-se à lavoura. Tornou-se grande fazendeiro e foi um representante de seu grupo. Em 1847, escreveu um livreto dedicado ao seu filho Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, que chegando da Europa, bacharel em teologia, casado, vem se tornar fazendeiro sem nenhuma experiência deste trabalho. O Autor descreve como deve ser construída uma sede de fazenda, os terrenos escolhidos para a lavoura, madeiras que se deve fazer uso, obrigações do administrador, escravatura ferramentas e cultura. Este item ele subdivide em café, chá, cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz, mandioca, tapioca, guandos, cará, mangaritos, inhame, batata doce de lastro, amendoim, mamona. Fala da boiada, tropa, porcos, ovelhas, cabras etc.

Em diversos relatos, como o citado acima pelo Barão, nota-se a existência da separação entre homens e mulheres, salvo os casos de casados, que possuíam seu próprio cubículo junto aos filhos. De acordo com Weimer (2014) cada cubículo era também intitulado como ‘senzala’, o que trouxe muita confusão ao termo, principalmente quando um grupo ou família de escravo ganhava uma ‘nova’ senzala, que, no caso, seria um cubículo separado. As portas geralmente dão para um alpendre (varanda) comum ao longo de toda a senzala, salvo aquelas que possuíam apenas uma porta, como citado anteriormente.

As condições de higiene nas senzalas eram péssimas; não possuíam compartimentos sanitários e os escravos faziam suas necessidades por trás das cubatas. Eram mal construídas, apertadas e sem ventilação adequada, tendo sua porta trancada à noite pelo feitor, ficando os escravos recolhidos até o dia seguinte. Não possuíam muita variação e conforto em seu mobiliário, que normalmente se resumia às redes, camas tarimbas (armadas sobre pau), esteiras de palha, alguns baús e compartimentos para comida. Apenas no século XIX, com a ampliação da necessidade de reformas para higiene a fim de evitar a proliferação de doenças, que alguns senhores realizaram modificações nas edificações, diminuindo a umidade e aumentando a ventilação. Afinal, o escravo, propriedade do senhor de engenho, valia o suficiente para evitar que o mesmo adoecesse, morresse ou estivesse impossibilitado de trabalhar. As condições de higiene são mencionadas no manual de Werneck (1878), o Barão de Paty Alferes:

Comquanto a architectura rural não tenha ainda constituído entre nós regras fixas, todavia é fora de duvida que tal ou qual elegância não é incompatível com a economia que deve presidir a todas as construcções que houverem de ser levantadas em uma fazenda. Por outro lado as prescripções de hygiene não elevarão, por certo, o custo das obras. Assim, a humidade sendo um dor inconvenientes do nosso clima, é forçoso que o lavrador procure situar as habitações no logar mais secco e enxuto do estabelecimento, e constituindo os escravos a máxima parte de sua fortuna, como de ordinário acontece, deve elle reflectir que na conservação desses e na sua saúde e bem-estar é que consiste a prosperidade da sua industria. Entretanto alguns agricultores, não attendendo a seus interesses, conservão seus escravos em cloacas humidas e mal ventiladas, onde adquirem moléstias ou incommodos insidiosos, que posteriormente os levão ao tumulo (WERNECK, 1985, p.5).

Correspondentes às descrições de Vauthier, Burmeister descreve as senzalas que encontrou no Vale do Paraíba, por volta de 1851, época em que se proibia a imigração forçada de cativos no interior do estado do Rio de Janeiro:

Em cada fazenda encontramos pavilhões compridos, com andar térreo apenas, separados por cubículos de 8 à 10 pés (aproximadamente de 2,6m à 3,3m) de largura, tendo cada um uma saída para o pátio. É lá que moram os escravos; os casados, juntos num cubículo, os solteiros, 2 ou 3 em cada peça, os homens separados das mulheres. Os escravos não possuem casa nem cozinha, a não ser os que têm filhos. Esses recebem os mantimentos necessários (BURMEISTER, 1851 *apud* WEIMER, 2014, p. 193 , parênteses no original)

As informações ainda se complementam com as descrições de Ribeyrolle, que viveu no Rio de Janeiro entre 1858 e 1861:

Os negros da fazenda, casados ou não, habitam compartimentos alinhados em fila ou por grupos, os quais a noite, após a ceia, são fechados pelo feitor. [...] Essas casas construídas de barro, sem janelas e cobertas de palha, chamam de senzala na linguagem da região, e cada negro tem a sua. De ordinário, mal asseadas, infectas, desprovidas de mobiliário [...] (RIBEYROLLE *apud* WEIMER, 2014, p.186).

Em cada época a arquitetura é reproduzida e utilizada de modo diverso, relacionando-se de acordo com as estruturas da sociedade em que se insere. Os engenhos coloniais que sobreviveram até atualidade estão estruturados sob concepções originais, sofrendo mudanças aqui e acolá, mas preservaram, em certo ponto, sua espacialidade original. Afinal, a arquitetura de um edifício (sua aparência) é muito mais adaptável às modificações para atender as reflexões econômicas e sociais que a modificação do terreno, do latifúndio, do lote de terra.

Nota-se que as senzalas pouco mudaram ao longo do tempo (em referência às que sobreviveram até os dias atuais), a não ser por pequenas reformas ‘higienistas’ e posteriormente à lei áurea, onde o sentido da senzala muda completamente. Não seriam mais habitações de cativos, mas sim de homens livres, se continuassem a ser habitadas.

3.5. Técnicas e Sistemas Construtivos

As primeiras construções feitas no Brasil durante a colonização seguiam os modelos de casas de morada da Europa Ocidental, principalmente oriundas de Portugal. Contudo, além do modo de vida diferente, as técnicas construtivas também não se comparavam e faltavam materiais. Logo, as técnicas de construção se adaptaram ao clima e principalmente à matéria prima disponível.

Madeira, palha e pedra foram os materiais que os colonizadores encontraram nas habitações dos nativos e, adicionando o barro para completar a lista de materiais, os

portugueses adaptaram suas formas de construir. Tais formas variaram das da Europa, mesclando-se com as técnicas construtivas de povos conquistados, e dependendo da região, que definiam os materiais disponíveis para construção.

Os colonos adotaram adaptações em suas edificações, tanto devido à falta de material, como ao clima diferente e à mão de obra disponível, fatores que acabavam por influenciar no estilo, padrão e técnica construtiva. Misturavam-se, assim, técnicas portuguesas, indígenas e africanas, resultando na arquitetura local.

Assim que as condições econômicas permitiram, os colonos buscaram melhorias na qualidade das construções. Apesar de características estéticas simples, as construções nos primeiros séculos da colonização poderiam ser executadas por mão de obra de qualidade, sendo os mestres de obra portugueses já conhecedores de técnicas como o pau-a-pique e a alvenaria de pedra ou tijolo.

Inicialmente, as construções possuíam um caráter provisório e assim que possível foram substituídas por outras de materiais mais duráveis. Como nas construções urbanas, os sistemas construtivos e materiais empregados no engenho variavam de acordo com a natureza da construção e os usos que o proprietário faz dele. Segundo Matos (2009), não era raro encontrar mais de uma técnica em um só edifício, resultante de obras de ampliações, modificações e da disponibilidade de material, a fim de servir a estadias mais prolongadas e confortáveis do proprietário no engenho.

É muito provável que as primeiras construções dos engenhos tenham sido de taipa de pilão, que é uma construção de barro mais sólida por apresentar uma estrutura de madeira interna, de paredes largas de terra socada, que, se revestidas, acabam por possuir uma boa duração. Com a chegada dos holandeses, aparecem os registros iconográficos, as técnicas e materiais empregados evoluem, porém pouco ou quase nada se alterou na forma de construir.

Sobre o conjunto de edifícios que compunham os engenhos, Vauthier (1960) o descreve de forma detalhada. Para as casas dos proprietários dos engenhos, os materiais empregados nem sempre eram os mesmos, porém o preferido era o tijolo, algumas vezes se utilizando a pedra argamassada com barro. A casa grande, descrita por ele, era composta de mais de um pavimento. Os engenhos, que costumavam ter sua própria olaria para fabricação de tijolos e telhas, possuíam tijolos que variavam em seu tamanho, porém em sua maioria eram retangulares, tendo em média 0,40m de comprimento, 0,20m de largura, por 0,10m de espessura. Também se fabricavam tijolos para piso (tijoleira), podendo haver variação

quanto ao modelo. Já a utilização de pedra nas construções era mais comum aos edifícios de status maior, como as igrejas e capelas.

Sobre a fabricação do tijolo em Pernambuco, diz Vauthier:

O tijolo que é utilizado para as paredes externas tem em geral grandes dimensões. Dão-lhe 44 centímetros de comprimento por 22 de largura e 6 a 7 de espessura. Esses tijolos são freqüentemente mal feitos; a argila é mal desembaraçada dos cascalhos mais grossos e a queima não é de maneira alguma satisfatória (VAUTHIER, 1960, p.154).

Henry Koster¹¹ descreve a casa usual dos proprietários de engenho, a fábrica e senzala no século XIX: “A residência é no estilo usual da região, tendo apenas o pavimento térreo e sem forro, mostrando as viga e telhas [...] O edifício e todos os outros que citei, são geralmente construídos com tijolos. A casa é freqüentemente (sic) feita de madeira e de barro [...]” (KOSTER, 1978).

Sobre as técnicas, sistemas e modelos das senzalas, a documentação escrita e iconográfica existente é restrita, além da própria escassez de exemplares conservados de edifícios desse tipo, que se deve basicamente a fragilidade do material empregado, à abolição da escravidão e à posterior reocupação, sofrendo reformas, adaptações e até mesmo demolições para reconstrução. De acordo com Silva:

A questão das técnicas construtivas utilizadas nas Senzalas estava vinculada à própria função dessas edificações [...] a grande incidência nos faz mencionar a utilização de materiais como a taipa de pau-a-pique, a aplicação de alvenaria de tijolos e, em casos mais específicos, o soerguimento (sic) de paredes em pedra e cal. A terra nua constituía o seu piso, no entanto, em construções um tanto mais refinadas e salubres, viam-se ladrilhos no chão. E, no que concerne à estrutura das cobertas, podemos dizer que resumia-se a terças de madeira escoradas nas divisórias, caibros roliços e ripas de embira. As cumeeiras podiam apoiar-se também em forquilhas tendo seu recobrimento de frondas de palmeiras ou telhas de barro do tipo canal, em duas águas caindo para os lados mais compridos da casa (SILVA, 2006, p.107).

¹¹ Considerado um dos mais importantes cronistas sobre o nordeste brasileiro, Henry Koster viajou para o Brasil em busca de clima tropical para curar uma tuberculose. Nascido em Portugal, chega ao Brasil em setembro de 1809. Em 1810 viaja para Paraíba e Ceará, retornando a Recife em fevereiro de 1811, viajando novamente, desta vez para o Maranhão, de onde regressou para Inglaterra. Em dezembro de 1811 retorna ao Brasil e faz uma viagem ao sertão pernambucano. Arrenda o engenho Jaguaribe, na Ilha de Itamaracá e torna-se agricultor e senhor de engenho. Anotava com detalhes tudo que via em suas viagens e no seu dia-a-dia, inclusive sobre os costumes brasileiros. Retornando para Inglaterra em 1815, escreve um livro sobre o Brasil e o publica em Londres, com o título de *Travels in Brazil*, em 1816. A primeira edição brasileira do livro, traduzido por Luis da Camara Cascuco é publicada em 1942, com o título “Viagens ao Nordeste do Brasil”.

Quanto à argamassa usada para as construções, existia uma variação na sua composição como: a areia com a cal; o barro com cal; óleo de baleia para dar liga; o próprio melaço com o barro e; muitas vezes, empregava-se o barro puro, e a argamassa era usada como o reboco. Nos relatos de Vauthier em sua passagem por Pernambuco, o concreto não era conhecido pelos pedreiros, assim como era rara a fundação sobre madeiramentos ou estacas.

Segundo Mesquita (2005), tanto a técnica de pau-a-pique quanto a de taipa foram bem desenvolvidas a ponto de conhecer formas estruturais aperfeiçoadas. A utilização da pedra costumava se restringir as construções mais nobres, casas dos proprietários e igrejas, enquanto os tijolos eram mais empregados nas edificações que formavam o engenho.

O Brasil passou por várias mudanças no final do século XIX e início do XX. A revolução industrial, abertura de estradas e construção de locomotivas sob trilhos de ferro alavancaram o desenvolvimento, acessibilidade e disseminação de técnicas construtivas modernas.

Logo, o resgate e caracterização das técnicas e materiais construtivos utilizados em uma edificação se tornam de extrema importância ao tentar traçar relações, a fim de conhecer a edificação em sua totalidade, junto à complexidade de sua história. Esse conhecimento permite identificar algumas cronologias, dependendo do material utilizado, característico de certa época. Contudo, em hipótese alguma, deve ser descartado o fato da reutilização e mistura de materiais construtivos, dificultando a definição de uma cronologia específica. Então, a caracterização morfológica, estética e tipológica da construção poderá ajudar a refutar ou afirmar com mais clareza sobre os períodos da construção. A seguir, algumas das técnicas e materiais utilizados nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX de acordo com a historiografia.

□ *Fundações*

Fundações são elementos estruturais com função de transmitir as cargas da estrutura ao terreno onde ela se apoia (AZEREDO, 1977). Existem vários tipos, classificadas como rasas e profundas e, em sua escolha, devem ter resistência adequada para suportar as tensões causadas pelos esforços acima dela.

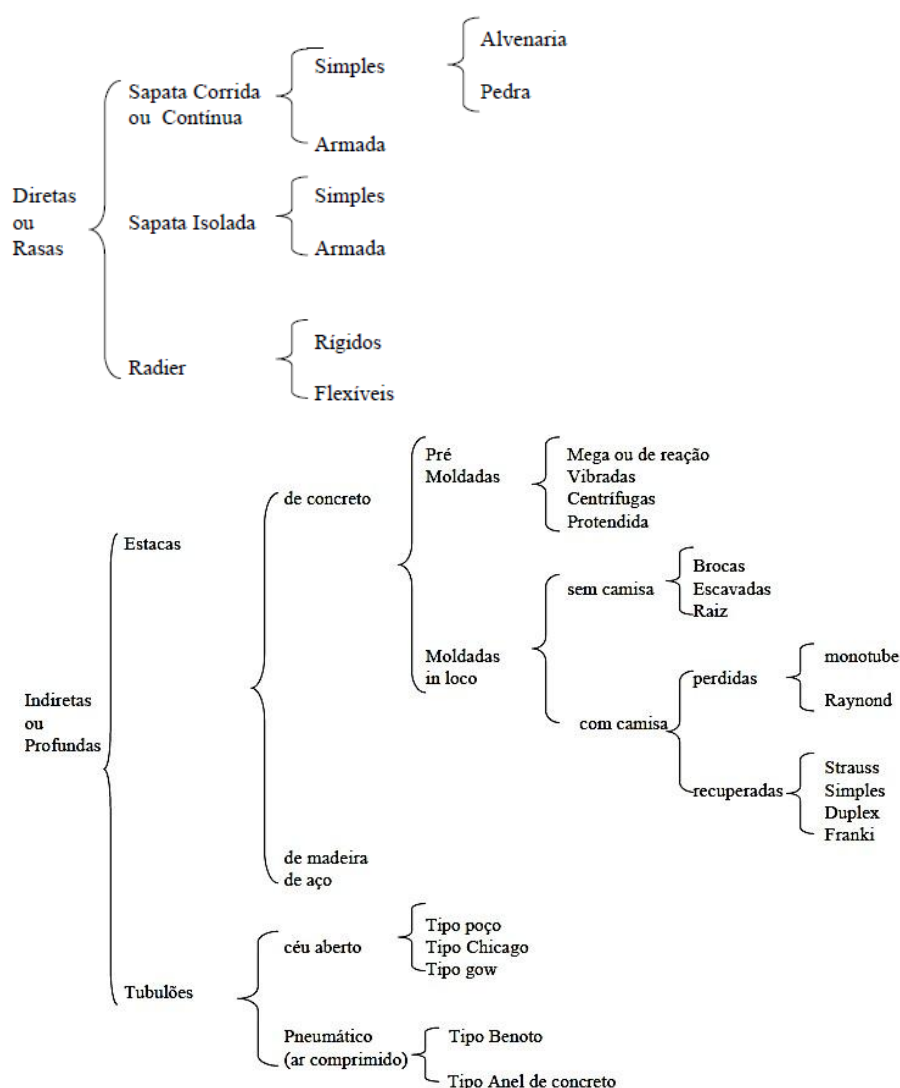
Segundo Colin (2000), nas construções coloniais eram utilizadas sempre fundações diretas, qualquer que fosse o tipo de parede. A exceção fica com as construções estruturadas

com esteios – o pau-a-pique e o enxaimel¹², onde as toras de madeira formam um esteio enterradas no chão, a parte enterrada é popularmente conhecida como *nabo*, geralmente queimada, afim de evitar que a umidade subisse às paredes.

De acordo com Ribeiro:

No período colonial as fundações quase que invariavelmente eram executadas em vala corrida, algumas vezes em poço, muito raramente utilizava-se o estaqueamento. A profundidade das fundações, que até então dificilmente ultrapassava 1 metro, passou a ser função da carga da edificação e da resistência do terreno (RIBEIRO, 2005, p.3).

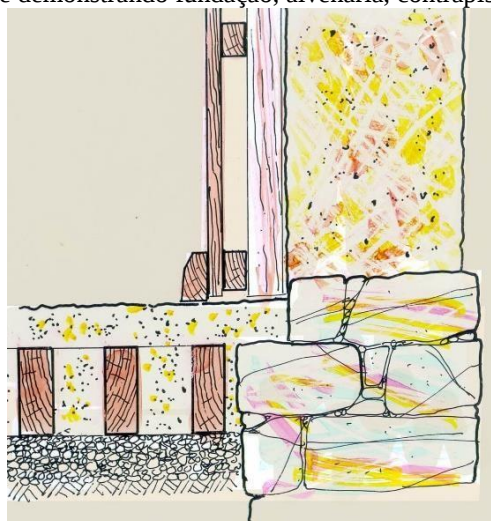
Figura 22: Relação dos tipos de fundações usuais em construção.



Fonte: MILITO, 2009

¹² Segundo Colin (2000), enxaimel é uma técnica milenar utilizada na Europa medieval, muito popular na região sul do Brasil. É uma técnica de construção onde as paredes são montadas com hastes de madeira encaixadas entre si em posições horizontais, verticais e/ou inclinadas, e os espaços entre si são preenchidos por pedras ou tijolos.

Figura 23: Corte demonstrando fundação, alvenaria, contrapiso e piso interno.



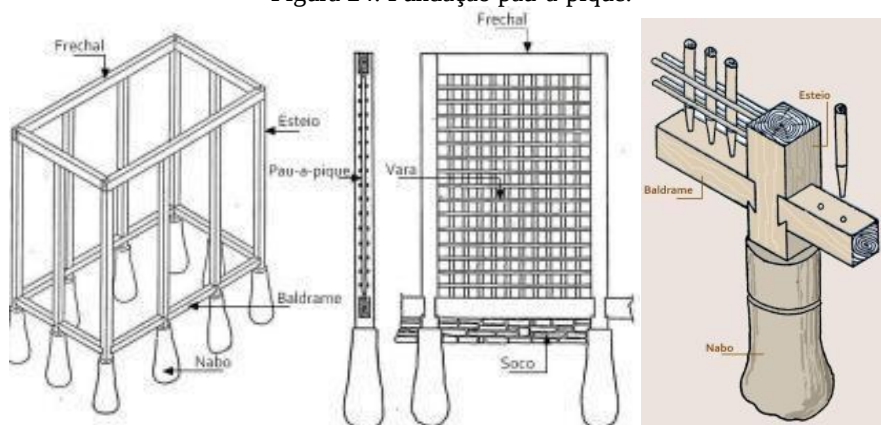
Fonte: Editado de COLIN, 2000.

Para presente pesquisa, serão consideradas apenas as fundações rasas, diretas ou superficiais, com escavações próximas à superfície do solo (profundidade inferior à 3,00m). São aquelas em que sua profundidade não ultrapassa sua largura, logo abaixo da estrutura, onde as camadas do subsolo são capazes de suportar as cargas.

FUNDAÇÃO TIPO PAU-A-PIQUE

Para fundações do Brasil Colonial, difundiu-se principalmente a técnica do pau-a-pique, que consistia no fincamento de varas ou toras, muito próximas, com a base queimada para evitar o apodrecimento gerado pela umidade do terreno.

Figura 24: Fundação pau-a-pique.



Fonte: Editado de SANTOS, 1951.

FUNDAÇÃO TIPO BALDRAME

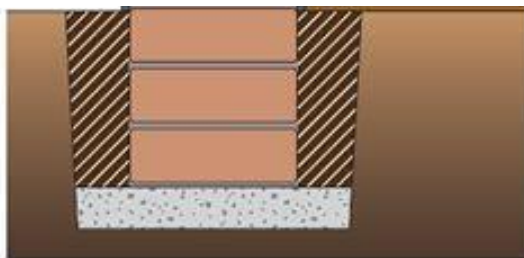
Conhecida como fundação corrida, o baldrame pode ser confeccionado de pedras brutas ou tijolos, dispostos em uma cava de largura variável por aproximadamente 1,50m de profundidade, aplicada a fim de receber paredes autoportantes, com cargas distribuídas. Foi largamente utilizada no período colonial e atualmente, adotando materiais atuais e mais resistentes (concreto magro ou cimento), continua presente na construção civil.

De acordo com o Dicionário da Arquitetura Brasileira, o baldrame é:

Designação genérica aplicada aos alicerces de alvenaria em geral ou às vigas de concreto armado que correm as fundações de qualquer tipo. Também chama-se baldrame a peça de madeira deitada ao longo dos alicerces de alvenaria, que recebe o vigamento dos soalhados. É a viga de madeira ensamblada nos esteios sobre a qual se apoia uma parede de vedação, desde a de taipa de mão até a de alvenaria.” (CORONA; LEMOS, 1972, p.64)

É o tipo mais comum de fundação empregada em construções de cargas leves como residência sobre solo firme. Sua execução se resume basicamente em: **1. Abertura de vala** com profundidade de aproximadamente 40cm e largura entre 45cm (parede de 1 tijolo) e 40cm (parede de 1/2 tijolo); **2. Apiloamento**, feito de forma manual com o objetivo de conseguir a uniformização do fundo da vala; **3. Lastro de concreto ou rochas** (quando não existia cimento/concreto ou seu acesso era difícil) sobre o fundo das valas; **4. Alicerce de alvenaria** semiembutido no terreno com espessura maior do que a das paredes devendo estar acima do nível do terreno, a fim de evitar o contato das paredes com o solo; **5. Cinta de amarração** no respaldo dos alicerces e acima é efetuada a impermeabilização; **6. Reaterro das valas** (MILITO, 2009).

Figura 25: Exemplo de fundação tipo baldrame moderna.



Fonte: <http://equipedeobra.pini.com.br/construcao-reforma/>

Para o período colonial, costumava-se abrir uma vala retilínea no terreno e assenta-se pedras brutas (atualmente conhecida como pedra rachão), ou um arranjo de tijolos, sendo em ambos casos podendo estarem assentados com algum tipo de argamassa (barro, cal ou conglomerante).

Figura 26: Exemplo de fundação tipo baldrame utilizando rochas e tijolos, Sítio Grupo Velho/RJ.



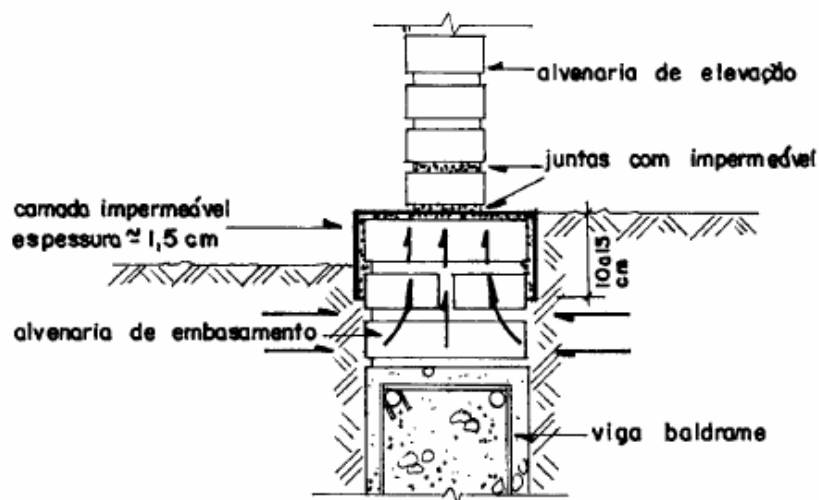
Fonte: SEDA, 2013

FUNDAÇÃO TIPO RADIER

O radier é um tipo de fundação que funciona atualmente como uma laje que abrange toda a área da construção. Não existe uma norma ou dicionário que defina bem esse tipo de

fundação, o que o acaba confundindo com o alicerce de paredes, semelhante ao baldrame. Ou, até mesmo, associando-o ao embasamento que corre entre o baldrame e a alvenaria de vedação em construções simples.

Figura 27: Exemplo de fundação tipo baldrame, com alvenaria de embasamento (no caso, radier) antes da parede de vedação.



Fonte: MILITO, 2009.

Milito define a fundação tipo radier da seguinte maneira:

Quando todas as paredes ou todos os pilares de uma edificação transmitem as cargas ao solo através de uma única sapata, tem-se o que se denomina uma fundação em radier. Os radiers são elementos contínuos que podem ser executados em concreto armado, protendido ou em concreto reforçado com fibras de aço (MILITO, 2009, p.42).

Atualmente, por corresponder a uma área extensa, o radier está mais sujeito a fissuras.

Figura 28: Exemplo de fundação tipo radier.



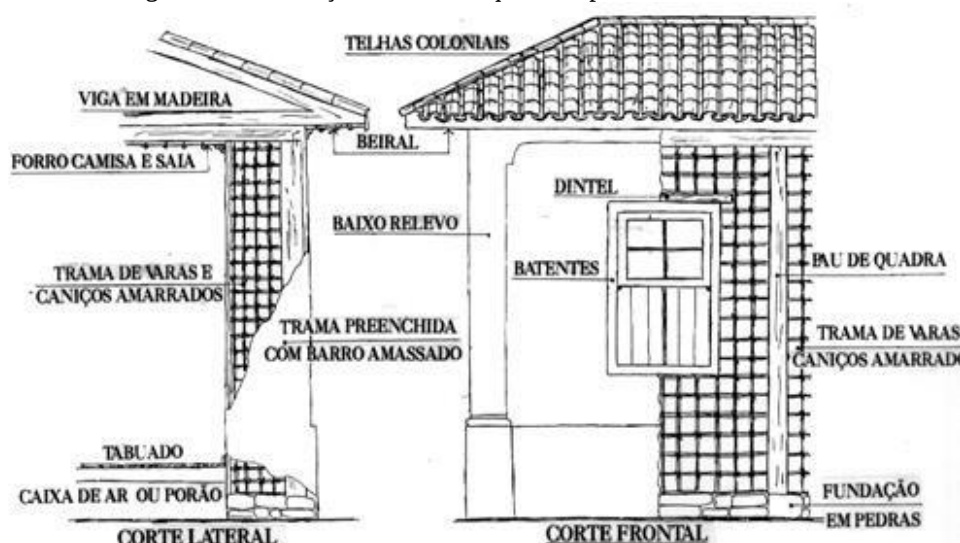
Fonte: <http://www.bricka.com.br/novo/images/paginasdetexto/images/radier.jpg>

□ Elementos Verticais / Paredes

PAU-A-PIQUE

Também conhecida como taipa de mão, na técnica do pau-a-pique, o edifício era armado em madeira semelhante a uma gaiola, com as toras de madeira cravadas na terra e interligados por vigas horizontais (semelhante a um baldrame¹³). A trama de toras é, então, preenchida por barro.

Figura 29: Construção de Pau à Pique, até aproximadamente 1890.



Fonte: <http://www.cidadeaventura.com.br/tecnicas-construtivas-2/>

Figura 30: Exemplo de construção de pau-a-pique.



Figura 31: Exemplo de construção de pau-a-pique.



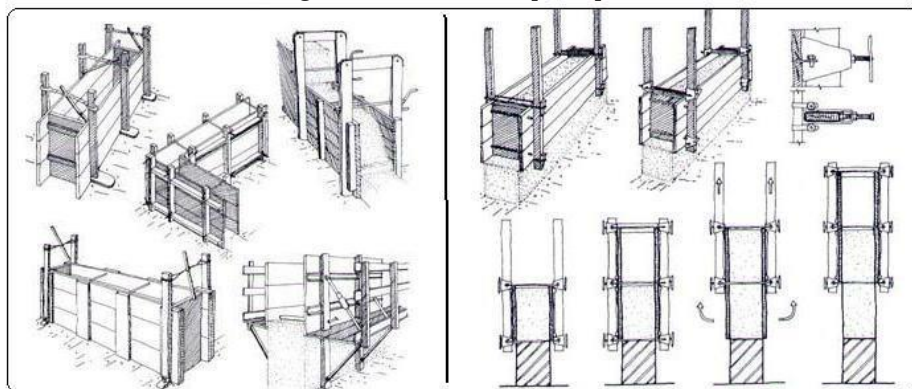
Fonte: <http://ocepaearquiteturaemterra.blogspot.com.br>

¹³ Segundo o dicionário da construção civil, baldrame é a designação genérica dos alicerces de alvenaria. Conjunto de vigas de concreto armado que corre sobre qualquer tipo de fundação. Peças de madeira que se apoiam nos alicerces de alvenaria e que recebem o vigamento do soalho. Para Colin (2000), são muros contínuos de fundação; não devendo ser confundidos com a peça de madeira também chamada de baldrame nas paredes de pau-a-pique.

TAIPA DE PILÃO

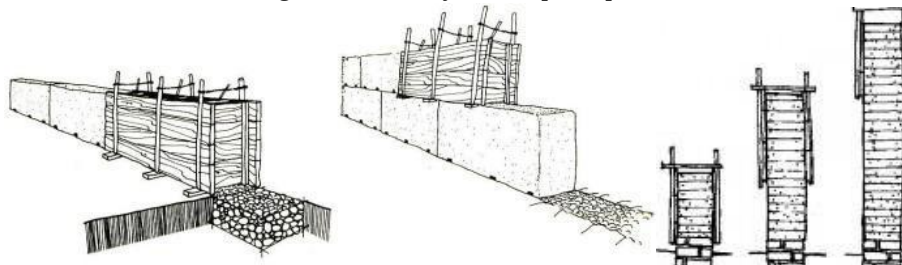
As paredes desse tipo eram levantadas sobre alicerces, dentro de uma forma de tábuas móveis, de formato retangular onde colocava-se barro feito com terra peneirada e água. Socava-se com os pés ou pilão, até o barro estar compactado. As formas variavam em torno de 40 cm de altura, onde após de socado, barro passava a uma altura de 20cm.

Figura 32: Parede de taipa de pilão.



Fonte: <http://colecaotaipadepilao.yolasite.com/a-tecnica-da-taypa.php>

Figura 33: Execução da taipa de pilão.



Fontes: BARDOU, 1981; <http://www.ecoeficientes.com.br/taipa-de-pilao/>

Figura 34: Exemplo de construções em taipa de pilão.



Figura 35: Exemplo de construções em taipa de pilão.



Fonte: <http://www.rotamogiana.com/2012/01/taipa-de-pilao.html>

Sobre a técnica da taipa de pilão, Mesquita afirma que:

[...] São técnicas de paredes de terra socada, de sessenta a oitenta centímetros de largura, que devidamente revestidas, têm uma boa duração, quando protegidas da água. Provavelmente, foram esses modelos os adotados para as primeiras construções dos engenhos. Fato que dificulta ou impossibilita achar os vestígios dessas edificações [...] Como os portugueses não deixaram registros iconográficos, a lacuna vem a ser, depois de algum tempo de ocupação, preenchida pelos pintores holandeses como Frans Post. Já, então, as edificações eram mais evoluídas. Outros registros foram feitos por visitantes estrangeiros que procuraram escrever as suas experiências no Brasil, como Vauthier e Koster [...] (MESQUITA, 2005, p.39, comentários entre {} nosso).

ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA

A alvenaria em pedra é uma técnica de confecção de muros utilizando pedras de mão, aglutinados entre si por meio de uma argamassa. No período do Brasil colonial as argamassas mais utilizadas eram de cal e areia ou de barro, e na atualidade o cimento.

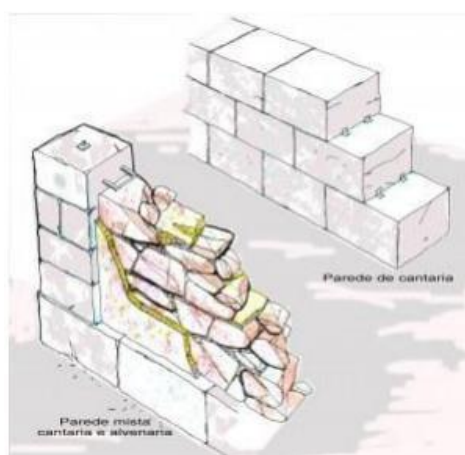
De acordo com Santos (1951), a pedra proporciona grande resistência aos muros e dava razão a sua utilização na construção de fortificações, igreja e monumentos oficiais. Os mesmos carregavam em si o significado da imponência e, devido ao preço e à disponibilidade, a pedra acabada se restringindo às construções nobres.

Figura 36: Engenho da Fazenda Boa Esperança/MG.



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.144/4344>

Figura 37: Alvenaria de cantaria e alvenaria de cantaria mista.



Fonte: <http://www.ceap.br/material/MAT02092011153107.pdf>

O tamanho das pedras era variado, podendo ser de acabamento irregular, sem qualquer trabalho de aparelhagem, ou ser pedra lavrada de maneira precisa, ajustando-as perfeitamente umas sobre as outras, às vezes com encaixes ‘macho-fêmea’, sem utilizar argamassa, conhecida como cantaria.

Segundo Colin (2000), para o assentamento rigoroso havia a necessidade de grampos metálicos e, às vezes, óleo de baleia como adesivo, auxiliando na vedação. Exige profissional qualificado para realizar o talhamento e no Brasil, assim como em Portugal, devido à dificuldade de se encontrar esse tipo de mão de obra associado ao alto custo, a cantaria passava a fazer parte apenas de algumas partes do edifício como nos frontispícios, soleiras, pilastras, cornijas, portais, janelas e cunhais.

Figura 38: Colunas, pórticos, degraus em cantaria. Igreja de São Francisco de Paula e Cadeia, cidades de Ouro Preto e Tiradentes, ambas em Minas Gerais.



Figura 39: Colunas, pórticos, degraus em cantaria. Igreja de São Francisco de Paula e Cadeia, cidades de Ouro Preto e Tiradentes, ambas em Minas Gerais.



Fonte: <http://cronicasmacaenses.com/>

ALVENARIA EM ADOBE E TIJOLOS CERÂMICOS

A alvenaria em adobe ou tijolos é uma técnica de confecção de muros utilizando tijolos, lajotas ou pedras de mão, aglutinados entre si por meio de uma argamassa. No período do Brasil colonial as argamassas mais utilizadas eram de cal e areia ou de barro.

Tanto a alvenaria de adobe quanto a de tijolos cerâmicos utilizam a mesma matéria prima: a argila/barro. No entanto, os tijolos se diferenciam pelo tamanho e muitas vezes pelo cozimento. O adobe possui dimensões de aproximadas 20x20x40 cm, sendo compactados manualmente em formas de madeira, associando ao barro, fibras vegetais e água, secando à sombra durante certo número de dias e depois ao sol.

Figura 40: Fabricação de tijolo em adobe.



Figura 41: Fabricação de tijolo em adobe.



Fonte: <http://sustentarte.org.br/>

Figura 42: Alvenaria em Adobe.

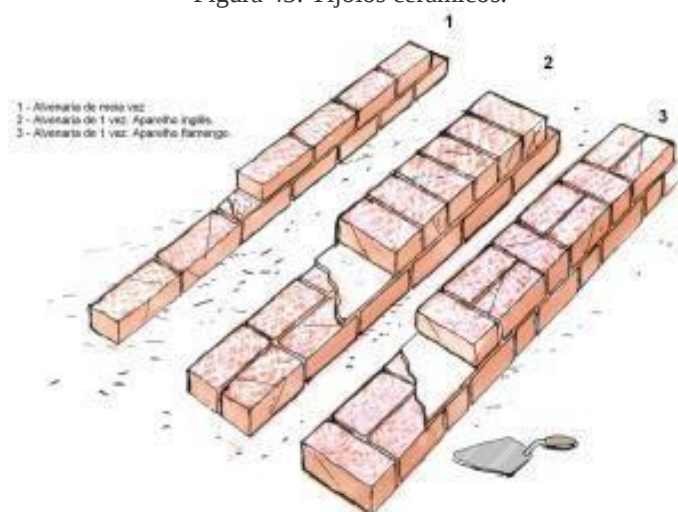


Fonte: Carlos Lima/APMOMG/Maio-2011

O tijolo cerâmico difere tem suas dimensões menores e é cozido em fornos ou fogueiras, a altas temperaturas. Sua durabilidade o rivaliza com a pedra. Colin afirma que:

Desde o século XVII, o tijolo era comumente empregado na Bahia e em 1711 já existe registro de uma olaria em Ouro Preto. A precariedade de condições, entretanto, reservava a maior parte da produção das olarias para telhas. As alvenarias de tijolos somente vão se tornar comuns no século XIX. Nos séculos precedentes perde, em importância para a taipa de pilão, a pedra e cal, e mesmo o adobe. Encontramos, entretanto, fiadas de tijolos associadas à pedra em muros de pedra e cal (COLIN, 2000, p.8).

Figura 43: Tijolos cerâmicos.



Fonte: COLIN, 2000

Figura 44: Queima de tijolos cerâmicos.



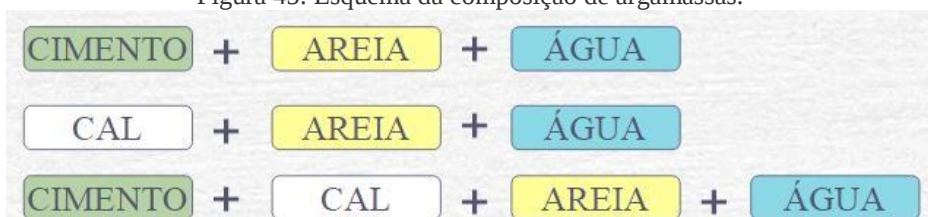
Fonte: www.osimpactosdebelomonte.com.br/

Tanto as lajotas de adobe quanto os tijolos cerâmicos são assentados com argamassa, podendo também ser revestidas. Os materiais mais comuns são o barro e argamassa de areia e cal.

□ *Argamassas*

As argamassas, junto com os elementos de alvenaria, são os componentes que formam a parede de alvenaria não armada, sendo composta por aglomerantes, agregados minerais e água. Possuem elasticidade recém preparadas, porém após de seca, apresenta rigidez, resistência e aderência. No primeiro século de colonização no Brasil, a argamassa, utilizada para assentar alvenaria era constituída basicamente de cal, podendo também conter óleo de baleia como aglutinante. Têm a função de unir os elementos de alvenaria distribuindo uniformemente as cargas, além de vedar as juntas, impedindo infiltração de água, absorver deformações naturais da alvenaria, entre outros.

Figura 45: Esquema da composição de argamassas.



Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/336047/>

O cimento, ou cimento *Portland*, é o principal insumo da construção civil moderna e seu desenvolvimento começa antes do século XVIII, concretizando-se em meados de 1780, quando pesquisadores europeus se empenharam em descobrir a fórmula perfeita para se obter o ainda pouco desenvolvido cimento hidráulico. Apenas por volta de 1830, o inglês Joseph Aspdin patenteou o processo de fabricação de um ligante, resultando no cimento conhecido mundialmente até hoje.

Sabe-se que a produção do cimento no Brasil se desenvolveu de forma tímida no início do século XX, inicialmente em São Paulo, no ano de 1926. Antes disso, o país chegou a importar 40 mil toneladas da Europa. A produção nacional só ultrapassou a importação a partir de 1933 e, nos anos 1970, finalmente a indústria brasileira de cimento se impulsionou através dos inúmeros projetos habitacionais e de infraestrutura da época (KIHARA; VISEDO, 2014)

Apesar da popularização do cimento, deve ser levado em consideração que, mesmo em edificações modernas não é raro encontrar ainda a utilização de argamassa de areia e cal.

□ Coberturas

A estrutura de assentamento das telhas era sempre de madeira, formada por tesouras, caibros e ripas, de execução manual/ artesanal. A cobertura ficou à mercê da disponibilidade do material da região, sendo no primeiro momento a larga utilização de palhas, folhas de palmeira e até capim, todos secos e amarrados ao madeiramento, assim como as habitações dos índios nativos.

Segundo Zorraquino:

Os telhados inclinados, o elemento mais característico da moradia brasileira, e executado também com vigamentos de madeira nobre, às vezes de grandes dimensões, formando estruturas simples de vigas, caibros e ripas, com cobertura final de telha cerâmica ou telha canal, às vezes tomadas com argamassa. O telhado inclinado, na sua forma mais simples de duas águas, sempre conforma na planta, térreo ou no sobrado, no encontro com as paredes e como prolongação dele, os beirais para a proteção do sol e da chuva e as grandes, estreitas e compridas varandas ou galeria (ZORRAQUINO, 2006, p.20).

Figura 46: Estrutura de coberta em toras de madeira. Senzala da Fazenda Santa Clara-MG.



Fonte: <http://www.fotolog.com/sergioaraujo/7655735/>

Com a necessidade de construções mais duradouras, houve a implantação de olarias para fabricação de tijolos e telhas. Geralmente, as habitações urbanas dispunham do telhado em duas águas, e em quatro para as rurais, se estendendo em um avarandado.

Como visto inicialmente, o engenho Monjope, em suas primeiras notícias, ainda no início do século XVII, constava nos registros históricos como fazenda dos jesuítas, sendo produtor de açúcar apenas após a invasão holandesa a Pernambuco, na segunda metade do século XVII. Até meados do século XIX o engenho Monjope foi responsável pela geração de produtos provenientes da cana-de-açúcar. Atravessou grandes processos e realizações, incluindo o período de transformações tecnológicas industriais que se prolongou até 1960 e, após a morte do seu proprietário, passou por diversas transformações funcionais, como a presença do Camping Club, até o abandono e ruínas.

Atualmente, é um dos poucos que ainda conserva as quatro edificações principais: a capela, a casa-grande, a moita e a senzala, um legado material construído que representa uma autêntica tradição cultural. Os desníveis de altura, na localização, têm uma gama de intenções reguladoras e de significados: o posicionamento da casa-grande na parte mais alta, juntamente com a capela, dava ao senhor do engenho, além da visão fiscalizadora das atividades, à distância, reforço na relação de poder.

No arranjo espacial das edificações, nota-se certa semelhança com a disposição proposta por Taunay, observando também uma disposição a partir da hierarquização de

Figura 48: Vista geral do engenho Monjope, 1937.



Fonte: Fotografia de Julien Mandel. GDC-86 (12 X 18 cm). CCB.

Figura 49: Vista geral do Engenho, no período de funcionamento do Camping Club (data específica desconhecida).



Fonte: Acervo DCEC.

De acordo com Mesquita:

Esta unidade de continuidade e de descontinuidade do processo histórico materializa-se na estruturação espacial. A combinação de formas espaciais, e de técnicas correspondentes são constituintes do atributo produtivo de um espaço. Do ponto de vista do processo de distribuição das edificações de um engenho, das técnicas de construções empregadas, e dos meios de produção empregados, pode-se fazer um estudo comparativo e, através de um enquadramento, estabelecer padrões ou correlações, que estão correlacionadas em outras experiências existentes no Estado e no País. Essas aproximações podem ser encontradas desde

que se reconheçam as suas limitações, considerando as diferenças das regiões, das peculiaridades do local e da tecnologia a empregada. Esses padrões podem ser utilizados como os parâmetros iniciais, dentro da pesquisa como parte da abordagem metodológica (MESQUITA, 2005, p.33).

Figura 50: Vista da casa grande do Engenho Monjope em diferentes épocas (datas desconhecidas).

Figura 51: Vista da casa grande do Engenho Monjope em diferentes épocas (datas desconhecidas).

Percebem-se mudanças entre o ‘dentro-fora’ pela construção e pela demolição do muro e pelo agenciamento do caminho: ora necessário para passagem de carros grandes e ora desnecessária, devido a mudança no agenciamento de veículos. Pouco ou nada mudou quanto à estética do edifício, a noção de preservar a casa grande e sua imponência já devia ter sido levantada.



Fonte: Acervo do grupo DCEC.

A presente pesquisa busca entender o espaço delimitado nas escavações do Projeto Arqueológico Monjope – setor A da senzala, no qual é possível observar diversas fases de modificação. Através da consolidação dos conceitos anteriormente expostos, há a intenção de identificar o contexto das estruturas arquitetônicas através da disposição espacial apresentada adiante.

Sobre a edificação da senzala existente, é interessante ressaltar que só existem referências com tipologia feito pavilhão a partir do século XVIII, o que indica fortemente que, antes, poderiam existir pequenas casas próximas umas das outras destinadas aos trabalhadores escravizados, conforme expressas na literatura.

A senzala e os remanescentes arquitetônicos passam a se tornar objetos de estudo da cultura material escrava, e a principal questão levantada é se houve a adaptação em sua forma e quais são esses limites. As condições da edificação relatam aspectos como a posição, situação econômica e relevância dos moradores do engenho.

Sendo assim, a análise e interpretação das estruturas arquitetônicas a seguir, tratados como cultura material, possibilitará uma leitura além da descrição e definição da funcionalidade, permitindo a reconstrução da história do local e seu significado produzido para sociedade.

4. ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS E METODOLOGIA APLICADA NA ÁREA DE PESQUISA

A área de pesquisa é foco de escavações desde a III Campanha do Projeto Arqueológico Monjope, que ocorre no setor A/Senzala desde 2011, nas atividades didáticas do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, sendo o foco do ensino de Métodos e Técnicas de Pesquisa Arqueológica 3 (Arqueologia Histórica). Serão utilizadas mais adiante, na análise dos dados, as plantas oriundas da Campanha I, como o levantamento arquitetônico da senzala, produto de monografia (ROCHA, 2012).

Figura 52: Área total do sítio Monjope com o setor alvo do estudo proposto destacado.



Fonte: Projeto Monjope. Relatório de Escavação – 2011-2012

Desde a campanha I do Projeto Arqueológico Monjope, o objetivo era a compreensão do cotidiano dos trabalhadores escravizados no contexto do engenho, e houve a tentativa de localizar áreas propensas a conterem vestígios, artefatos e estruturas relacionados a eles. Fizeram-se prospecções visuais e geofísicas, antecedendo a abertura das unidades de escavações. Estas foram inicialmente posicionadas na parte posterior da senzala, compreendida como uma área mais reservada (fundos da senzala), onde os trabalhadores escravizados poderiam desenvolver suas atividades, com base nos trabalhos desenvolvidos por Theresa Singleton (2001).

Figura 53: Vista do engenho Monjope - senzala, capela, casa grande e fábrica.



Fonte: Modificado de Rocha, 2012.

Figura 54: Vista Senzala.



Fonte: Rocha, 2012.

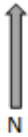
As escavações empregam metodologias e técnicas derivadas dos principais manuais para arqueologia histórica (ROSKAMS, 2001; HARRIS, 1991), adaptadas às particularidades do sítio. Para o controle horizontal e vertical, emprega-se uma grade espacial a partir de um *datum* designado N1000 L1000. Trata-se de um plano cartesiano básico cujos eixos são as linhas Norte-Sul (eixo y) e Leste-Oeste (eixo x). O movimento ao longo de qualquer eixo aumentaria ou diminuiria o valor da coordenada Norte ou Leste, obviamente sendo o intervalo de um (1) metro a medida principal. Inicia-se o *datum* com um valor maior que a distância das extremidades sul e oeste do sítio para o sul e ao oeste para evitar que se alcancem ‘valores negativos’, nesse, caso designações ‘S’ ou ‘O’ (sul e oeste).¹⁵

O plano cartesiano serve para fins de levantamento planialtimétrico, cotas e proveniência de materiais, além de designar cada unidade de escavação (1,00 x 1,00 m) com

¹⁵ Trecho retirado de relatório parcial das escavações do Projeto Arqueológico Monjope: 2013-2014.

um número único¹⁶. A vantagem desse método de divisão espacial do sítio consiste na facilidade de exportar dados para diversos programas com AUTOCAD, GIS, SURFER, etc. As unidades de escavação são nomeadas pelo ponto sudoeste do quadrado (ponto definidor da unidade) e de acordo com a distância do *datum* N1000 L1000.

Figura 55: Exemplo de uma porção da grade de controle espacial.



N1002 L998	N1002 L999	N1002 L1000	N1002 L1001
N1001 L998	N1001 L999	N1001 L1000	N1001 L1001
N1000 L998	N1000 L999	N1000 L1000	N1000 L1001
N999 L998	N999 L999	N999 L1000	N999 L1001

Fonte: Projeto Arqueológico Monjope: 2013-2014.

A escavação decorreu por decapagens de unidades estratigráficas (UE), sem a escavação simultânea de outras UEs no mesmo quadrado (unidade de escavação). Para cada UE existiu um formulário a ser preenchido, contendo todas as informações necessárias para posterior análise e interpretação, e todo sedimento escavado passou por processo de peneiramento. Além dos formulários de cada UE, existem diversos outros a fim de assegurar que nenhuma informação sobre a escavação se perca: *Controle de Unidade de Escavação*; *Controle de Decapagens por UE*; *Planta Baixa*; *Perfil*; e *Blocos de Materiais*.

¹⁶ ‘Unidade de Escavação’, ou simplesmente ‘unidade’ e ‘quadrado’, são termos utilizados para designar a área mínima de escavação, geralmente 1m². Unidade estratigráfica (UE) é uma designação para identificar cortes, depósitos e estruturas que compõem a estratigrafia do sítio, também chamados de *contextos*.

Figura 56: Peneira.



Fonte: Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 57: Grade para desenho.



Fonte: Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 58: Preenchimento de formulários.



Fonte: Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 59: Levantamento Topográfico.

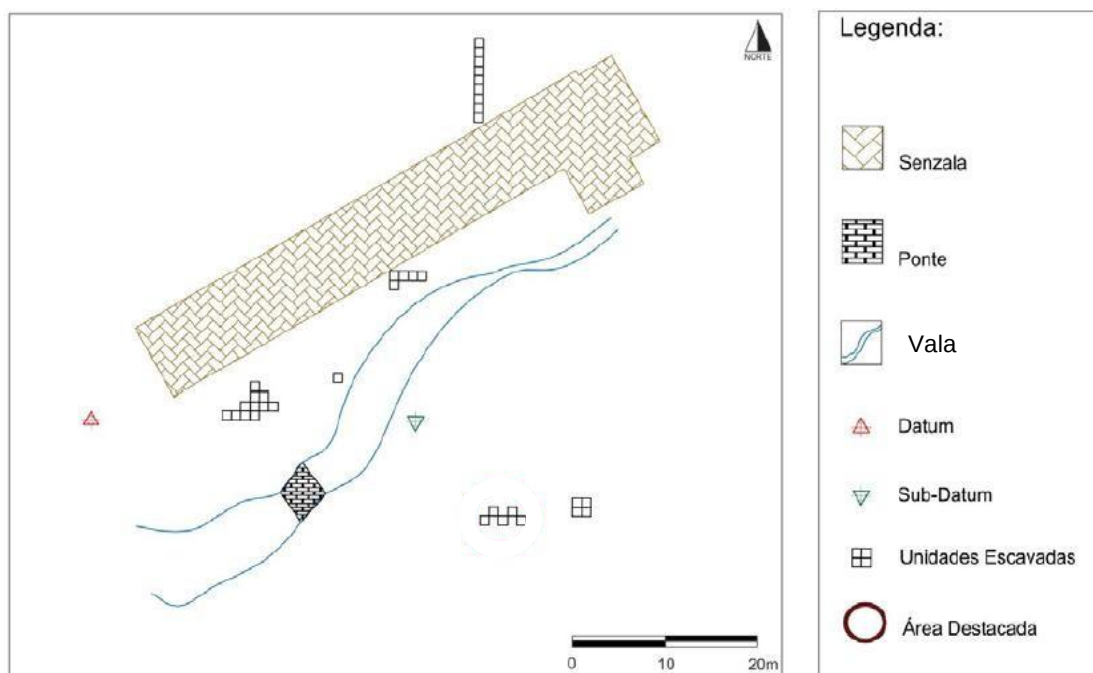


Fonte: Projeto Arqueológico Monjope.

O registro visual foi realizado através de croquis elaborados à mão e fotografias digitais, feitas no início e fim de cada UE, através das quais são feitas as vetorizações. O processamento, análise e curadoria dos materiais arqueológicos se iniciam ainda em campo, coletados por UE e agrupados de acordo com material (cerâmico, metal, vítreo e etc.).

Antes de se iniciarem as escavações, foi realizada a limpeza da superfície e a delimitação da unidade de escavação, identificada pelo ponto sudoeste da malha, registrados de forma topográfica. Durante as campanhas realizadas entre 2011-2012, foram escavadas 32 unidades (1x1m), cujo material arqueológico foi coletado e, posteriormente, analisado em laboratório, além da realização de atividades educativas com a comunidade.

Figura 60: Planta com unidades escavadas nos anos 2011-2012.
Engenho Monjope - Setor A - Área da Senzala
 Unidades Escavadas



Fonte: Modificado de Projeto Monjope. Relatório de Escavação – 2011-2012

Inicialmente, as unidades de escavação foram posicionadas ‘por trás da senzala’ e próximas a edificação atual da senzala no intuito de identificar possíveis atividades sociais dos trabalhadores escravizados, entender a dinâmica do pacote sedimentar e até da edificação. Ainda nas primeiras campanhas, não se descartava a possibilidade da identificação de outras edificações, e até mesmo outra edificação de senzala, fato inclusive pontuado pelo pesquisador Barreto (2009) ao analisar o inventário de 1829 do Coronel Christovão Holanda Albuquerque descrito em capítulo anterior, no qual menciona “senzalas de pedra e cal”.

Ficou claro que o sítio estaria perturbado (veja Projeto Monjope – Relatório de escavação 2011-2012), identificando diversos aterros antrópicos na área escavada, nos quais apresentaram materiais contemporâneos associados aos mais antigos, coletados em camadas profundas, como também nas mais superficiais. Evidenciou-se grande mistura e diversidade em materiais como: plásticos, construtivos, cerâmicos, entre outros.

Os estudos arqueológicos no sítio realizados durante o primeiro período da pesquisa (2011-2012) indicaram que o registro arqueológico passou por profundas transformações que dificultaram consideravelmente a revelação de contextos não perturbados, ou os que pudessem ser reconstruídos de forma confiável. Assim sendo, as escavações subsequentes

visaram resolver algumas questões básicas, todas voltadas à melhor compreensão do registro arqueológico nos arredores da senzala atual (ALLEN; ROCHA, 2015).

Figura 61: Vista do lado oeste da senzala; área escavada onde apareceram as estruturas.



Fonte: Modificado de Projeto Arqueológico Monjope

As unidades de escavação foco da presente pesquisa, localizam-se no lado oeste da senzala, sendo o início de investigação dessa área desde a II Campanha (2013-2014), especificamente quatro (04) unidades escavadas (N1016 L999, N1016 L1000, N1017 L999, N1017 L1000) que revelam a estrutura de um pilar, denominada nessa pesquisa como Estrutura 3, vista mais adiante.

Figura 62: Revelação de Estrutura 1, ainda na Campanha II.

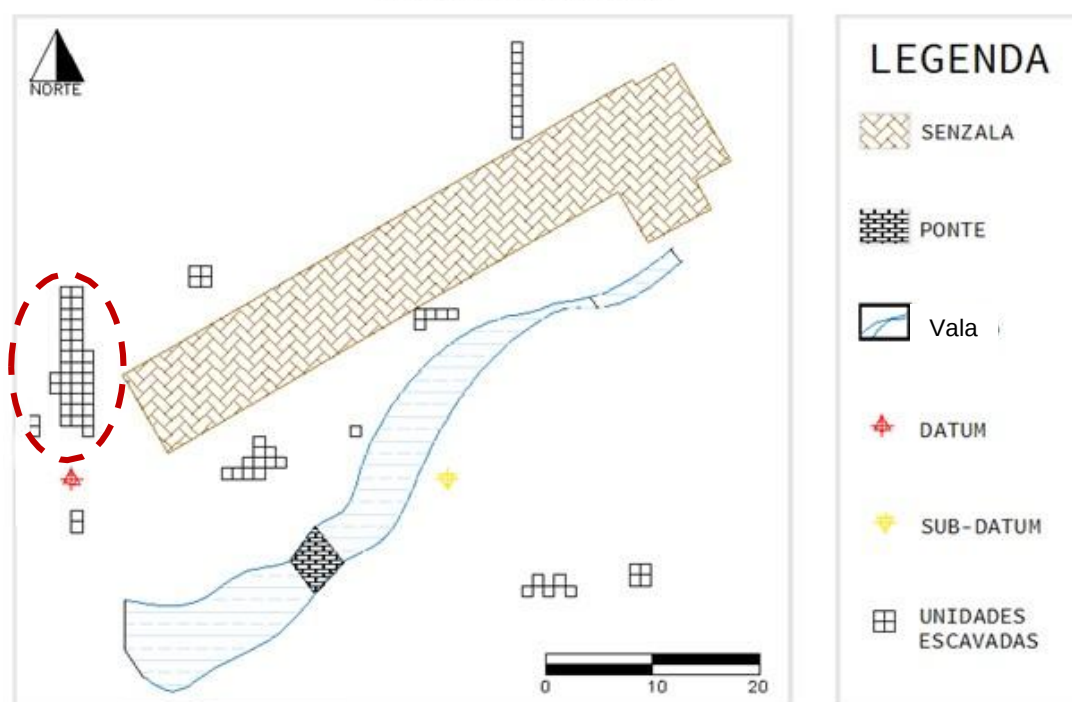


Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope

No final da Campanha III (janeiro de 2014), foram reveladas novas estruturas arquitetônicas que se configuravam como um pátio/piso de tijolos. A área foi expandida na Campanha IV (novembro, 2014) revelando mais estruturas arquitetônicas, e as escavações também confirmaram a existência de diversos aterros antrópicos.

Figura 63: Mapa unidades foco da pesquisa, no final da campanha IV.

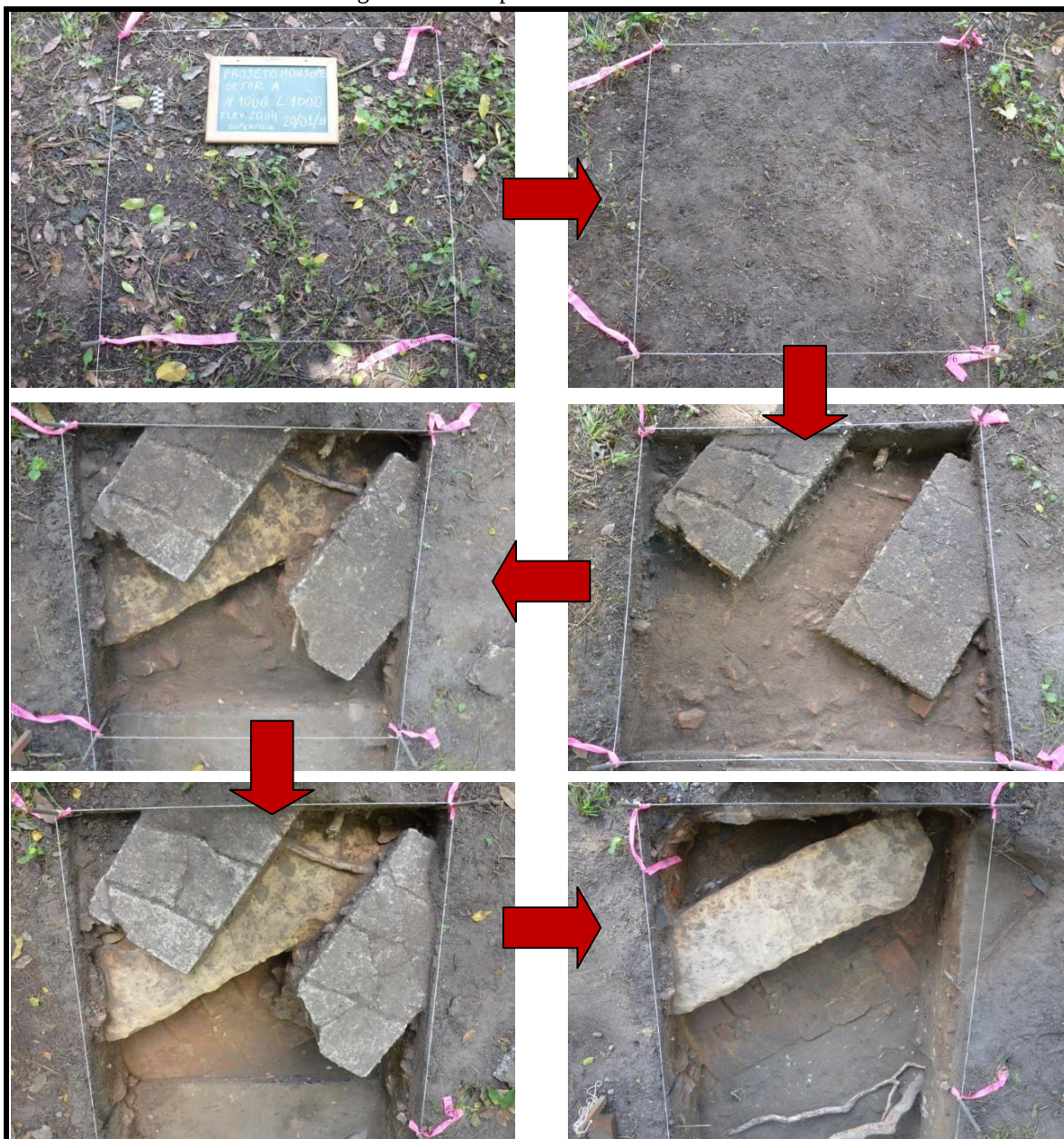
ENGENHO MONJOPE – ÁREA DA SENZALA
UNIDADES ESCAVADAS



Fonte: Projeto Arqueológico Monjope.

Para as campanhas (janeiro, 2014 e novembro, 2014) os objetivos traçados pela escavação destacou a elucidação das novas estruturas que surgiam a medida de retirada do sedimento (UE), compreendidas como diversos aterros com fins de modificação da paisagem.

Figura 64: Exemplo de unidade escavada.

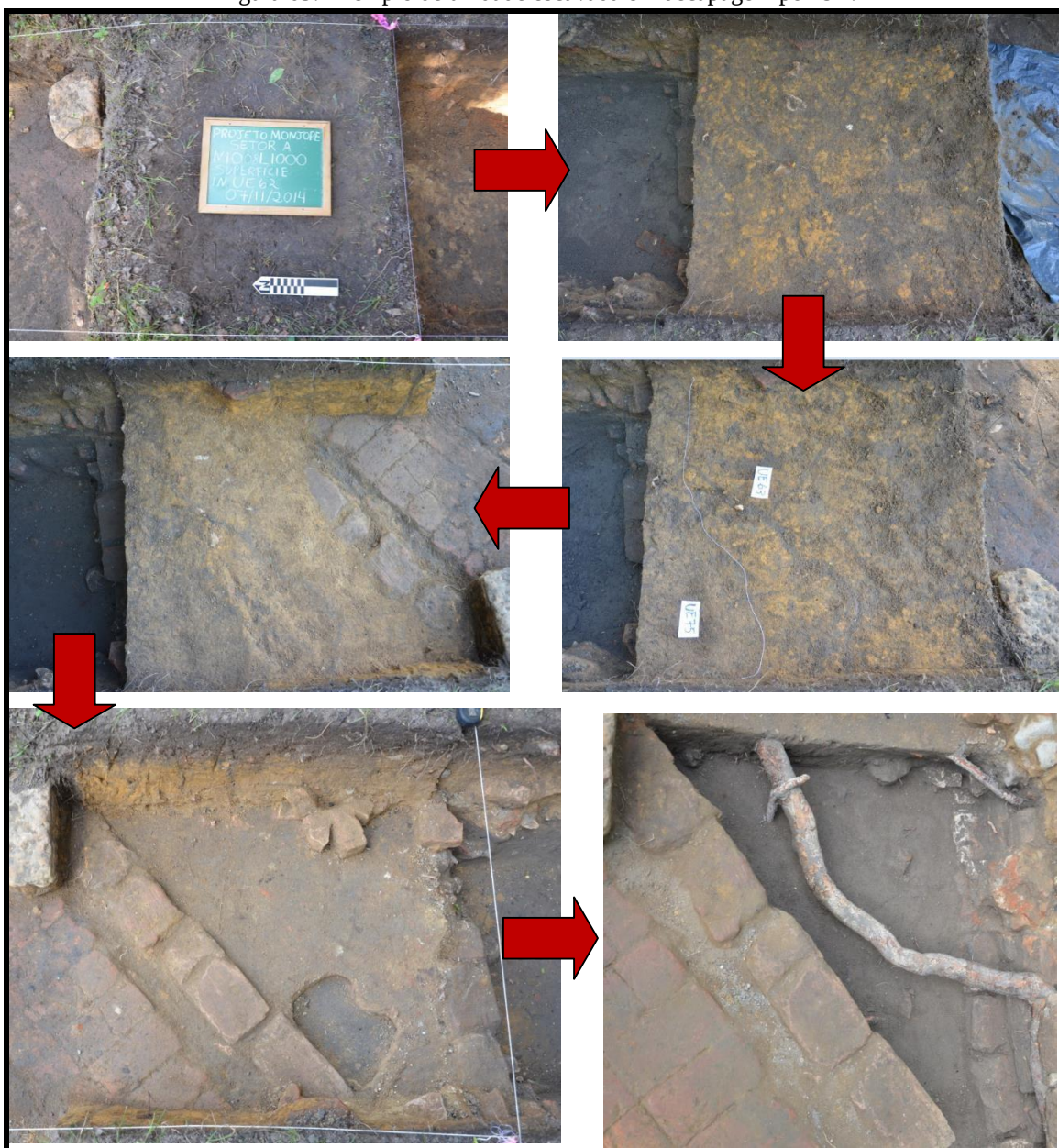


Fonte: Projeto Arqueológico Monjope.

As unidades passaram a ser escavadas na tentativa de abarcar o delineamento de tais estruturas, e o material arqueológico recuperado foi analisado a fim confirmar a presença de

aterros. Foi feita uma cronologia relativa, onde a sequência foi analisada baseada em objetos e estruturas de cada UE (contexto estratigráfico), fixando alguns limites temporais de cada camada/aterro. O método utilizado é conhecido como *terminus post-quem* (do latim “data após de que”), onde um período orienta a datação, indicando uma data mínima a qual um artefato deve ter sido depositado, ou seja, os dados/ objetos arqueológicos mais recentes identificados nas UEs datarão a camada/ depósito (SOUSA, 2011).

Figura 65: Exemplo de unidade escavada em decapagem por UE.



Fonte: Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 66: Posicionamento das unidades na malha; Abertura de novas unidades de escavação a fim de investigar as estruturas elucidadas na Campanha III.



Fonte: Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 67: Área total escavada/ final da Campanha IV

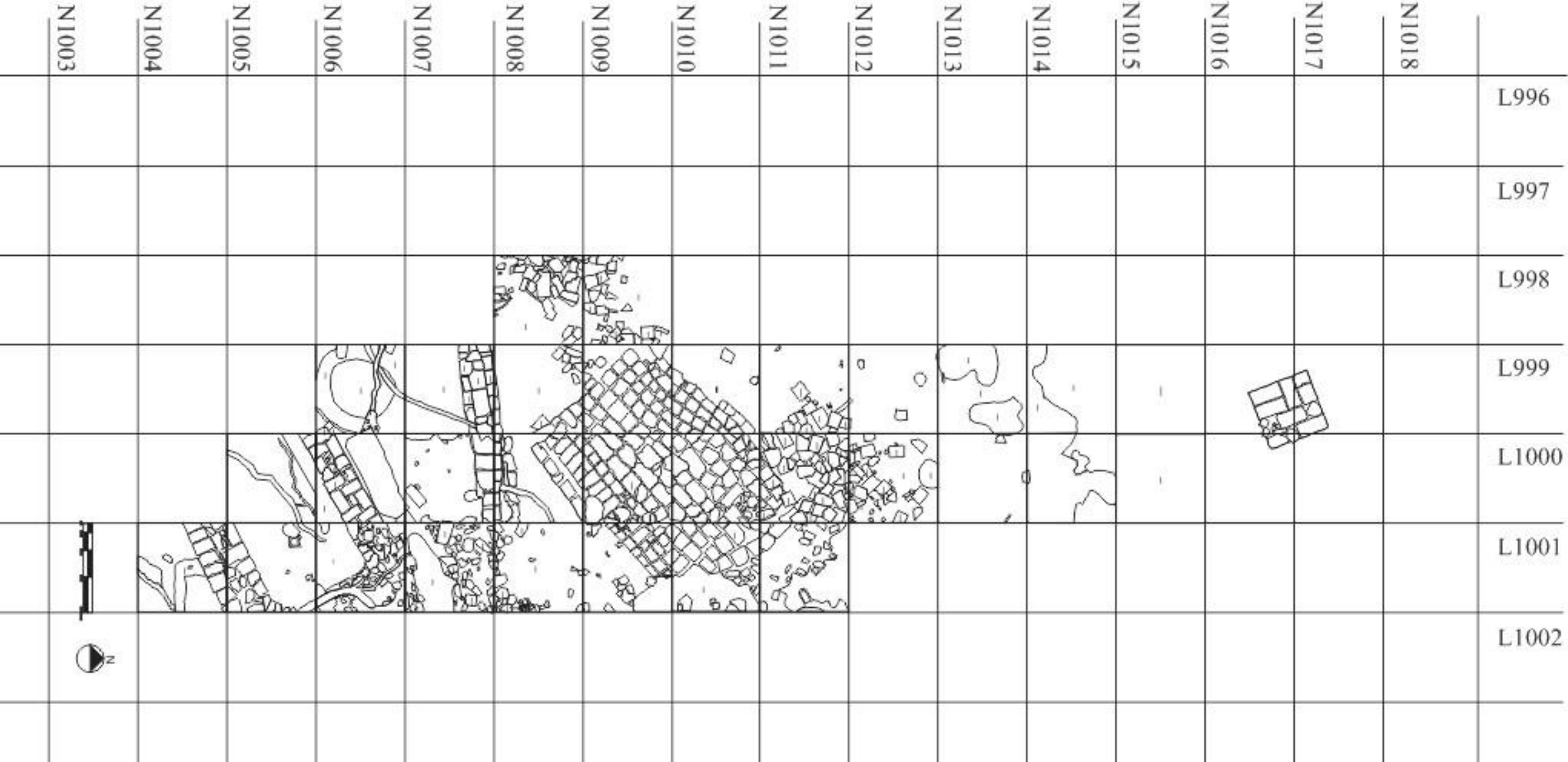


Figura 68: Área total escavada/ final Campanha IV.



Fonte: Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 69: Mapa com área escavada ao final da Campanha V, no setor A.



Fonte: Modificado de Relatório parcial das escavações 2013-2014 / Projeto Arqueológico Monjope.

No intuito de compreender o contexto das novas estruturas, adotaram-se diversos conceitos e métodos de análise contextual das estruturas arquitetônicas e suas tecnologias, além de uma leitura da estratigrafia apresentada. Observaram-se a disposição dos materiais entre si, de forma vertical, identificando materiais e técnicas construtivas e em plano, identificando seu agenciamento e possíveis relações entre estruturas.

Reconhecer as técnicas construtivas ajuda a entender o caráter planejador do comportamento construtivo de uma comunidade, como visto na pesquisa de Matos:

Conhecer a disposição das juntas possibilita, por exemplo, identificar a existência ou não de uma ideia prévia sobre o produto que será resultado da ação (planejamento). E, observar se as alvenarias estão ou não no prumo e se os materiais estão ou não apurados, alinhados e nivelados entre si, possibilita ainda identificar atitudes que seguem regras pré-estabelecidas (MATOS, 2009, p.87).

Utilizaram-se dados históricos, arqueológicos e arquitetônicos, adotando uma perspectiva da remodelação do espaço de acordo com as necessidades da organização e apresentação físicas do conjunto relacionadas ao processo de ocupação e reocupação da propriedade.

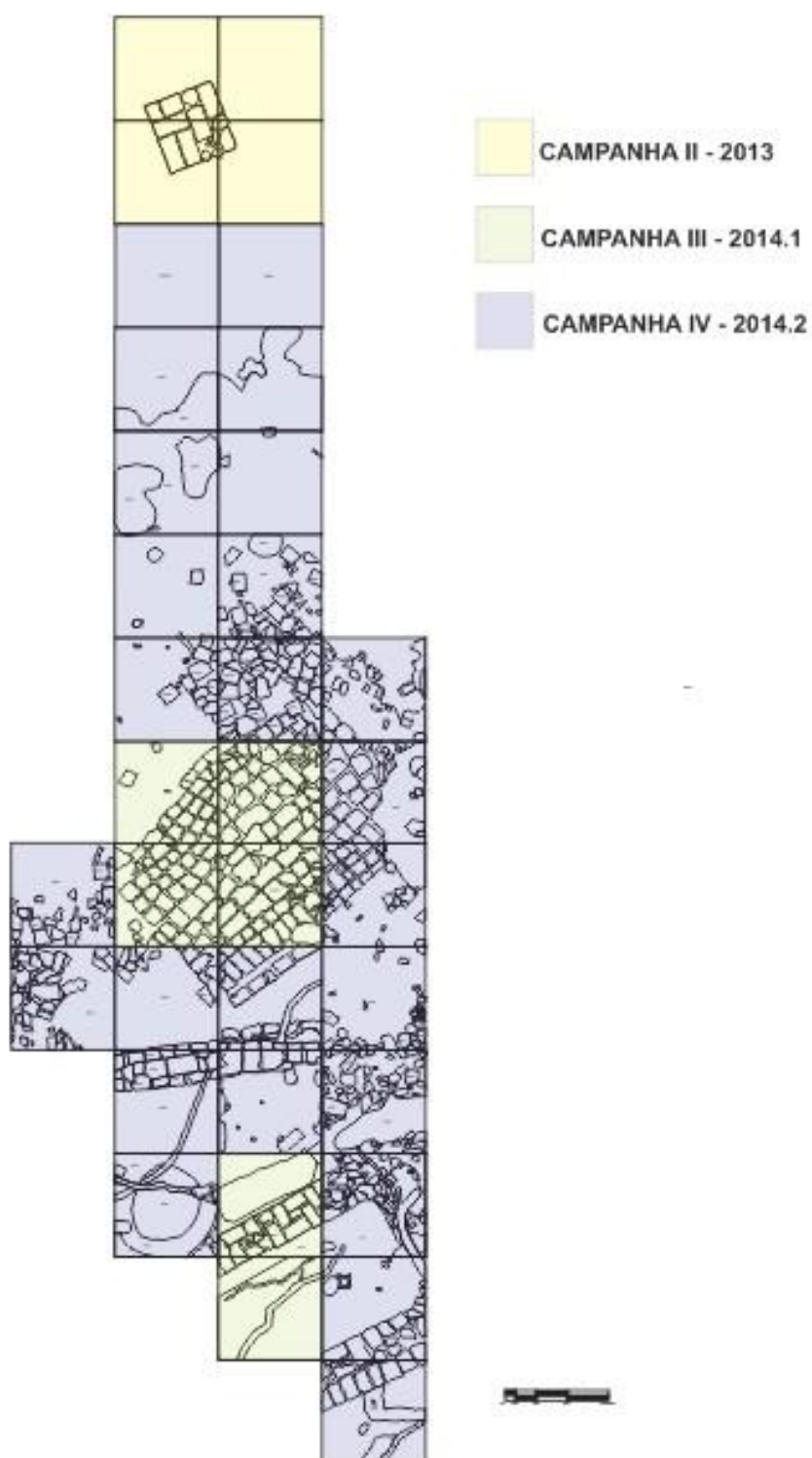
Sendo assim, buscou-se, na medida do possível, interpretar as estruturas arquitetônicas e o conjunto edificado existente. Para tanto, foram anteriormente apresentadas algumas características da análise do espaço construído, envolvendo os princípios básicos da análise estratigráfica, do estudo das edificações e tecnologia e, principalmente, sua relação com o conceito de espaço.

5. ANÁLISE DE DADOS

A percepção e interpretação das mudanças e também as diferenças funcionais e tecnológicas observadas entre as estruturas deve ser feita sem se estabelecer grau de superioridade, pois os sistemas e técnicas construtivas, apesar de poder possuir data de início de utilização, não necessariamente desaparecem em certo período, como as faianças por exemplo. Novas condições econômicas podem simplesmente justificar a mudança, ou até mesmo uma questão de gosto pessoal, criando uma obra ‘particularizada’.

As unidades escavadas, foco desta pesquisa, apresentam remanescentes arquitetônicos aparentando estruturas de fundação, de paredes, pátios/terraço e pilares, indicando a existência de edificações antigas. Para análise dos dados procurou-se delimitar e definir as estruturas arquitetônicas nas mediações da senzala, distinguindo, quando possível, as diversas intervenções ou momentos de ocupações/ reformas ao longo de sua existência. Através disso, a interpretação e inserção no contexto cultural, possibilitará esclarecer algumas lacunas na história da existência da senzala e do sítio em geral.

Figura 70: Área geral escavada foco desta pesquisa – ao final da IV Campanha; nota-se as estruturas no plano, em forma de planta baixa, indicando o agenciamento e posição de seus materiais construtivos.



Fonte: A Autora.

No que se refere aos materiais construtivos, há uma grande quantidade e variedade de tijolos, tanto cerâmicos como de adobe, observados mais adiante na análise das estruturas. Mesquita afirma que os holandeses incentivaram a produção de tijolos nos engenhos e ainda se refere às grandes reservas de barro e aos restos construtivos da região, e que os tijolos encontrados durante a escavação da moita “são de fabricação manual, do tipo utilizado desde o século XVI no Brasil; são de diferentes pastas e de diferentes graus de cozimento, fato natural nesse tipo de fabricação” (MESQUITA, 2005, pp. 130-131).

Do mesmo modo, foi observado nas escavações, que as diferenças de composição e cozimento são visíveis a olho nu, assim como sua utilização na argamassa. Os remanescentes da alvenaria poderiam ser de material reaproveitado, assentados com argamassa de barro, sendo os entulhos de tamanhos e formas variadas.

Figura 71: Queima de tijolo.



Figura 72: Diferentes argamassas.



Fonte: Projeto Arqueológico Monjope

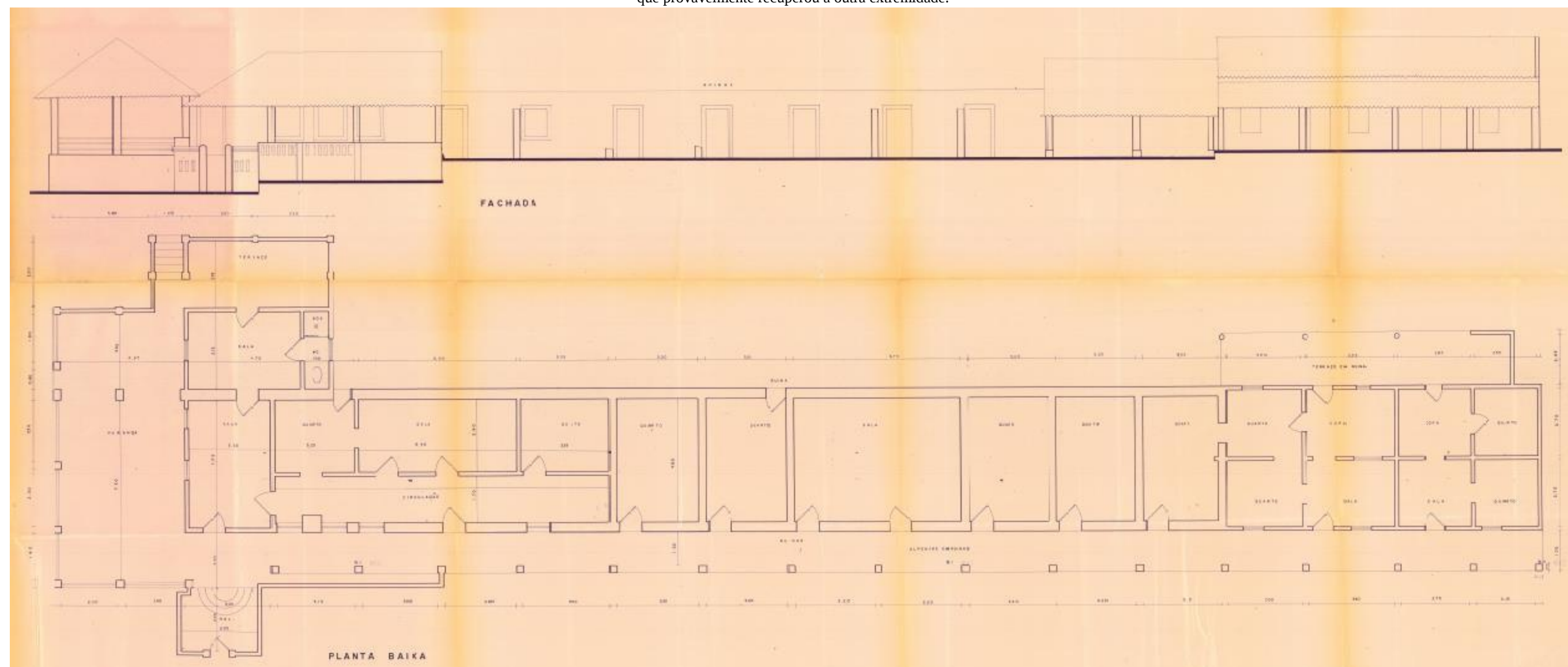
Assim, no intuito de se obter informações sobre as técnicas construtivas, realizou-se um levantamento acerca dos materiais encontrados nas estruturas, considerando que sua execução pode ter variado de acordo com a disponibilidade de materiais, a função (alvenaria estrutural ou de vedação) e pela finalidade e necessidade, refletida na durabilidade e estética final.

A importância de se conhecer as técnicas construtivas utilizadas está na possibilidade de relacionar contextos. Contudo, não se deve levar esse reconhecimento ao pé da letra, engessando os períodos de construção das estruturas, pois ao longo de toda a história há a reutilização e reaproveitamento de materiais construtivos, seja por escassez ou por falta de recursos na aquisição de novos.

O levantamento dos dados das técnicas construtivas dá continuidade ao já iniciado em 2013 (ROCHA, 2013), com o levantamento arquitetônico da atual edificação da senzala, registrando a espessura das paredes, seus materiais e técnicas construtivos, além de uma cronologia construtiva.

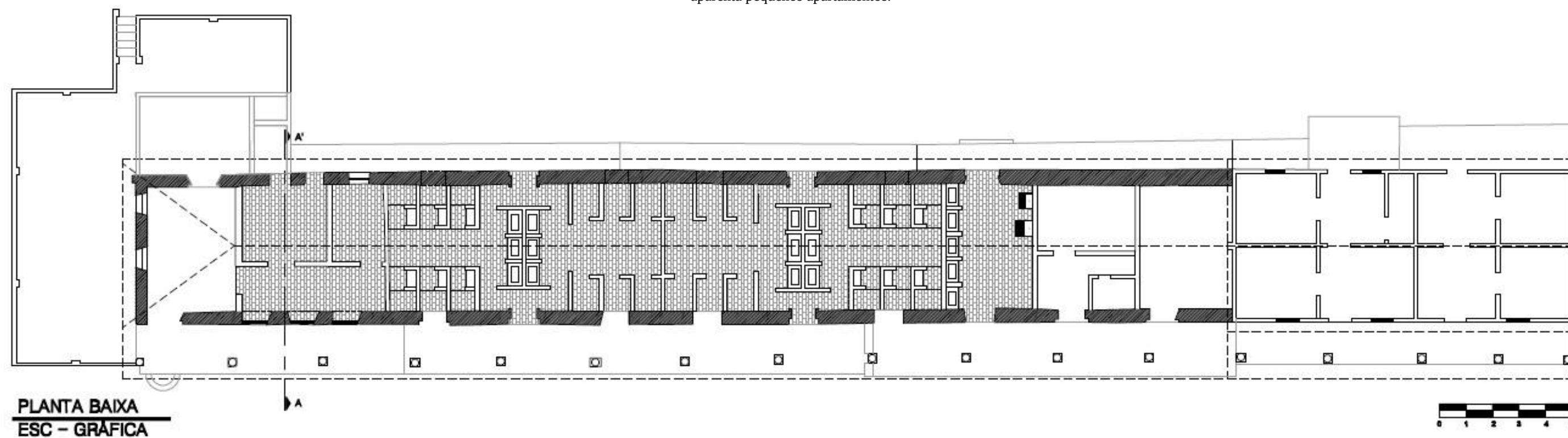
Observa-se, assim, a remodelação do espaço da edificação existente da senzala de acordo com as necessidades de organização e apresentação físicas do edifício relacionadas ao processo de ocupação e reocupação da propriedade. Inicialmente construída para os trabalhadores escravizados, posteriormente ocupada pelo filho de Vicente Novelino e seu irmão, e por fim pelos banheiros e lavanderias do Camping Club.

Figura 73: Imagem modificada do levantamento Arquitetônico realizado pela FUNDARPE em parceria com CCB em 1975. A edificação da antiga senzala apresentava, à época desse levantamento, partes em ruínas, divididos em cômodos únicos. Apresentava já em uma de suas extremidades (esquerda), modificações para moradia, provavelmente a época em que foi habitada pelo filho de Vicente Novelino e seu irmão, ainda na primeira metade do século XIX, entre 1905 e 1962, quando se instala o Camping Club, que provavelmente recuperou a outra extremidade.



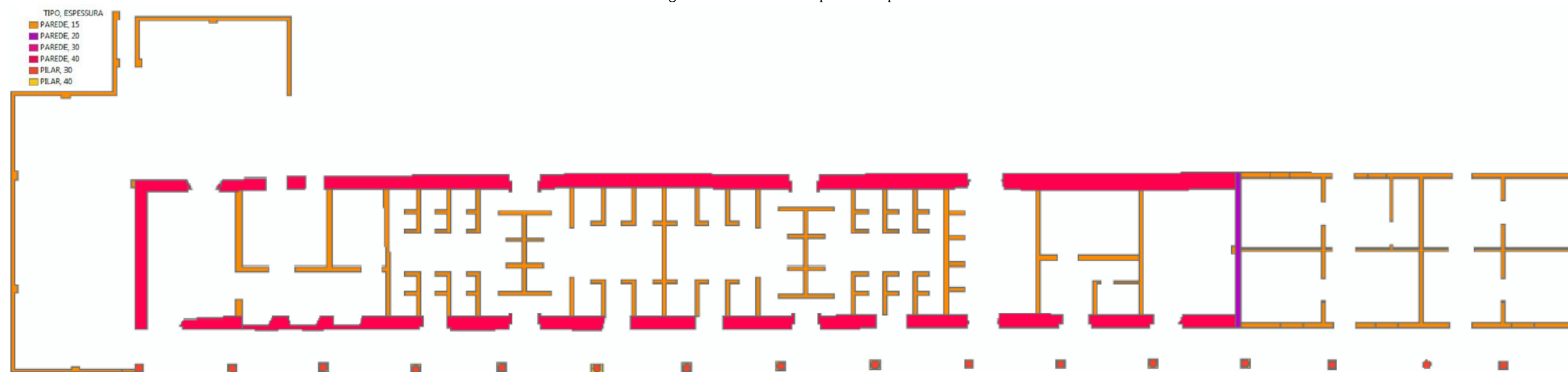
Fonte: Arquivo Camping Club Brasil.

Figura 74: Levantamento Arquitetônico para o Projeto Arqueológico Monjope. Percebe-se que a extremidade esquerda que servia de moradia ao filho de Vicente Novelino já estava com modificações, além de instalações de banheiros, lavanderia e o que aparenta pequenos apartamentos.



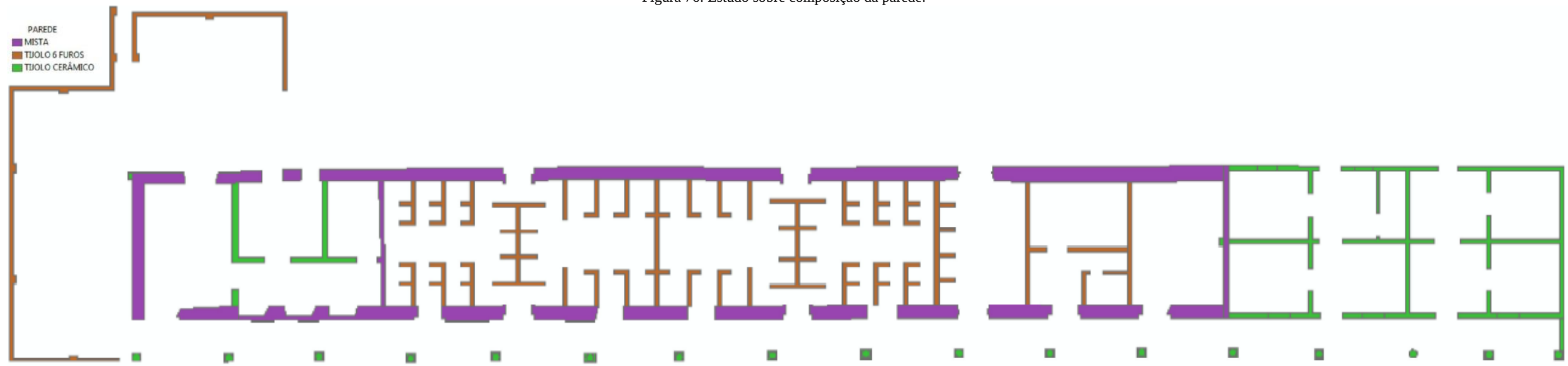
Fonte: ROCHA, 2013

Figura 75: Estudo sobre espessura da parede.



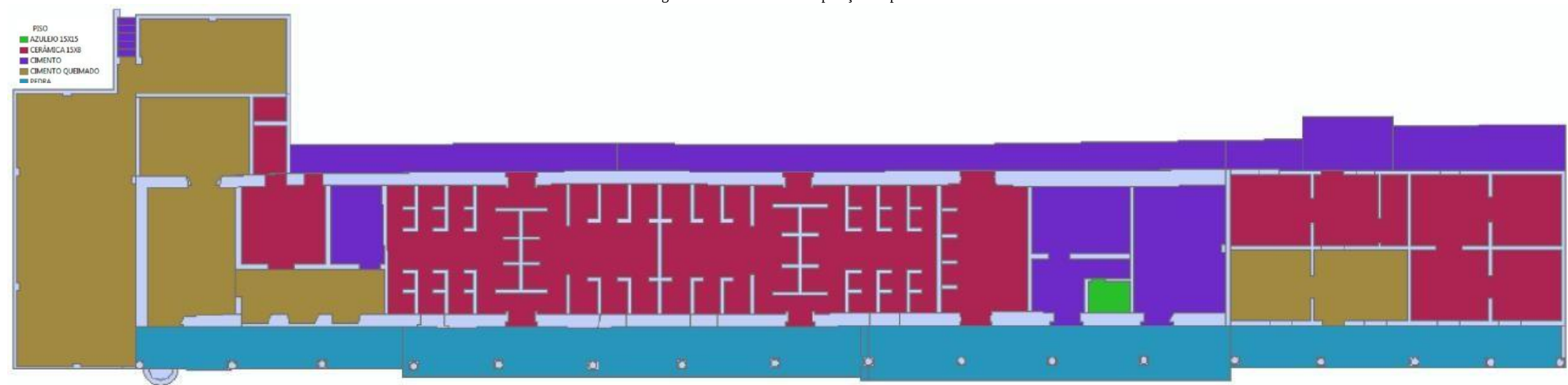
Fonte: ROCHA, 2013

Figura 76: Estudo sobre composição da parede.



Fonte: ROCHA, 2013

Figura 77: Estudo sobre composição do piso.

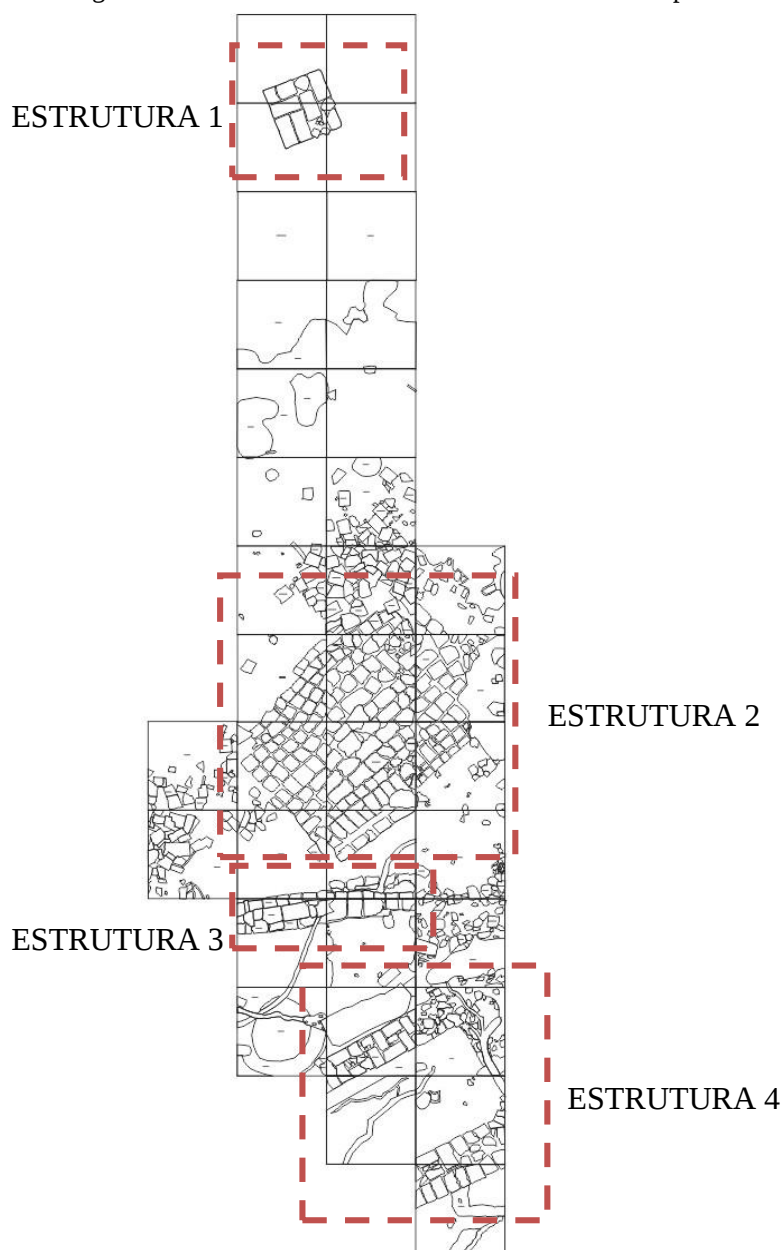


Fonte: ROCHA, 2013

Através das relações e interpretações das estruturas localizadas à oeste da edificação, é possível identificar também a remodelação do espaço externo da edificação atual da senzala, de acordo com processo de ocupação e reocupação da propriedade, podendo apresentar funções específicas e desuso de alguns espaços, além da reciclagem e reaproveitamento de materiais.

Para uma análise mais sistemática, inicialmente analisaram-se as estruturas separadamente:

Figura 78: Divisão de estruturas escavadas até a IV Campanha.



Fonte: A Autora.

5.1. Descrição das estruturas arquitetônicas e materiais construtivos

Os materiais construtivos presentes na área analisada são em sua maioria os tijolos cerâmicos (maciços), e em menor número, a cantaria (pedra) e reboco, e para análise foram observadas as seguintes características externas:

- Dimensão
- Cor
- Aparência (maciço, arestas, etc.)

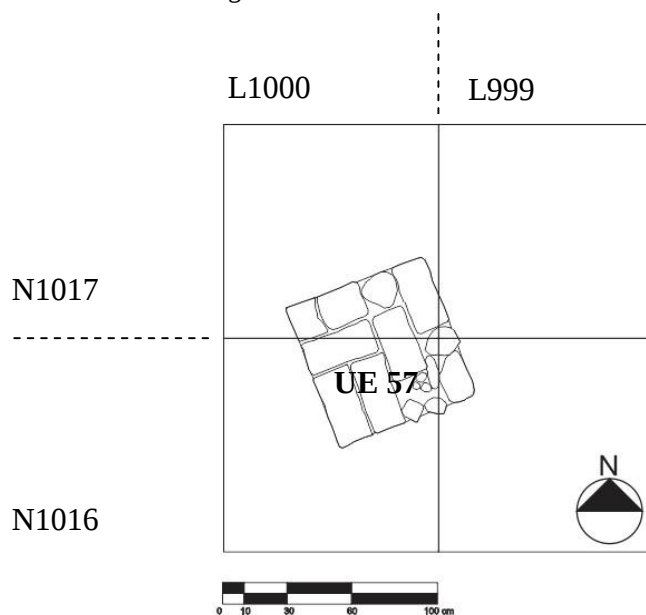
Observou-se também a função que o conjunto de tijolos ou rochas aparentam representar: estrutural (fundações, pilares, vigamentos, etc.), de vedação (paredes) ou de composição/acabamento (soleiras, molduras, rodapés, etc.). Para essa, análise são observados a organização horizontal dos elementos (em vista), o posicionamento/ disposição entre os materiais e seu estado/integridade (pedaços ou inteiros).

É importante frisar que a análise da cor do tijolo foi um dado complementar, não exigindo um grau de rigor maior na sua determinação, considerando que é um resultado da cocção da argila durante a sua produção, e não a cor da argila crua (além de que alguns tijolos apresentam coloração diferente em seu interior, impossibilitando uma definição firme, apenas observando o exterior). Dessa forma, a cor associada às dimensões e à aparência auxiliará na tentativa de correlações entre as estruturas, além da percepção de possível reutilização de materiais construtivos.

Na presença de rocha (cantaria), é importante observar a presença de talhamento, acabamento e até encaixes. Como visto anteriormente, a cantaria era utilizada em edificações designadas mais “duráveis”, além de ser uma matéria prima cara, escassa e de mão de obra de qualidade difícil.

5.1.1. ESTRUTURA 1

Figura 79: Estrutura 1.



Fonte: A Autora.

A ESTRUTURA 1 se localiza nas unidades de escavação N1016 L1000, N1016 L999, N1017 L1000 e N1017 L999. Apresenta 4 UEs de depósitos, sendo a UE 56 correspondente à UE 55¹⁷, e a UE 57 correspondente à estrutura de tijolos.

N1017 L999

UE	Descrição	Materiais
54	10YR 3/3, dark brown, areia lodosa	Ausente
55	10YR 5/6, yellowish brown, argila arenosa	Ausente
57	Estrutura, pilar/coluna	-

N1017 L1000

UE	Descrição	Materiais
54	10YR 3/3, dark brown, areia lodosa	Ausente
55	10YR 5/6, yellowish brown, argila arenosa	Ausente
57	Estrutura, pilar/coluna	-

N1016 L999

UE	Descrição	Materiais
54	10YR 3/3, dark brown, areia lodosa	Ausente
55	10YR 5/6, yellowish brown, argila arenosa	Ausente
57	Estrutura, pilar/coluna	-

N1016 L1000

UE	Descrição	Materiais
54	10YR 3/3, dark brown, areia lodosa	Ausente
55	10YR 5/6, yellowish brown, argila arenosa	Ausente
56 (=55)	10TR 5/4, yellowish brown, argila arenosa	Ausente
57	Estrutura, pilar/coluna	-

¹⁷ Para o “método Harris” é possível que sejam traçadas relações de anterioridade, posterioridade e contemporaneidade entre cada uma das unidades estratigráficas. Desse modo, cada UE (camada, estrutura ou vestígio) é ordenada de forma sistemática.

Nota-se a ausência de materiais arqueológicos misturados ao sedimento que, em caso de ser considerado aterro, corresponde ao tipo de “aterro limpo”, podendo ser trazido diretamente de alguma jazida. Os tijolos cerâmicos possuem dimensões de 30x15x4 cm (comprimento x largura x espessura), podendo variar um pouco a mais na espessura (notam-se alguns com até aproximadamente 5cm). A coloração é avermelhada. Apesar de alguns se apresentarem quebrados, em sua totalidade aparentavam estar inteiros, com arestas desgastadas.

A argamassa não aparentava componentes modernos (cimento ou concreto) e em seu arranjo se nota um padrão no agenciamento e posicionamento dos tijolos, semelhante ao tipo de fundação de pilar. Por não apresentar cimento em sua argamassa, poderá fornecer data relativa, apesar de, ainda na modernidade, existirem construções que utilizam argamassa de areia e cal. Como visto anteriormente, o surgimento e popularização do cimento no Brasil aconteceu apenas a partir do século XX, há presença de rochas, e sua altura é de aproximadamente 70cm até o solo de base.

Figura 80: Estrutura 1.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 81: Estrutura 1 com escala.



Figura 82: Estrutura 1 com escala.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 83: Tijolo com escala (comp. e larg.).



Figura 84: Tijolo com escala (comp. e larg.).



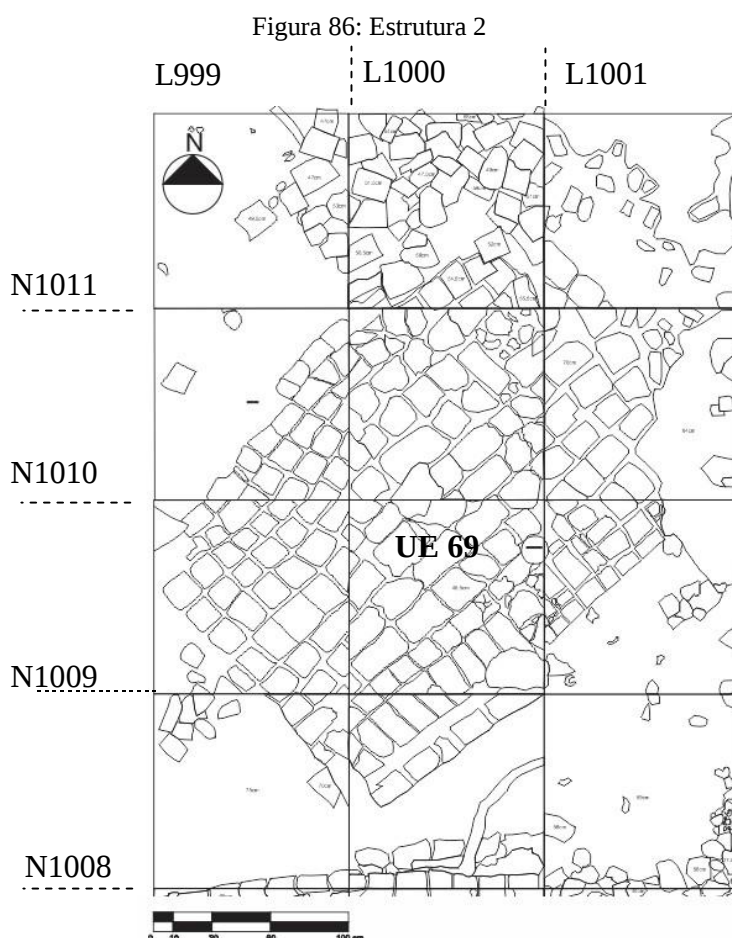
Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 85: Espessura tijolo da Estrutura 1.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

5.1.2. ESTRUTURA 2



Fonte: Autora.

A ESTRUTURA 2, representada pela UE 69, está localizada nas unidades de escavação N1008 L999, N1088 L1000, N 1009 L999, N1009 L1000, N1009 L1001, N1010 L999, N1010 L1000, N1010 L1001, N1011 L1000 E N1011 L1001. Apresentando 7 UEs de depósitos, sendo as UEs 67 (correspondente à EU 62), 68, 75, 76, 77 e 82 interpretadas como aterros.

N1011 L1000

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Cerâmico

N1011 L1001

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Cerâmico, Vítreo
76	10YR 4/3, brown,	Ferroso, construtivo

N1010 L999

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Cerâmico, Vítreo, Náilon
69	Estrutura de tijolos e pedras	-
76	10YR 4/3, brown,	Ferroso, construtivo

N1010 L1000

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Construtivo

N1010 L1001

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Construtivo, Cerâmico
69	Estrutura de tijolos e pedras	-
82	10YR 3/1, very dark grey	Construtivo, ferroso, vidro, cerâmico

N1009 L999

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Cerâmico, Ferroso, Plástico, Vítreo

N1009 L1000

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Construtivo, Plástico

N1009 L1001

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Construtivo
75	10 YR 5/4, yellowish brown	Construtivo, vítreo, ferroso, cerâmico

N1008 L999

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, Construtivo, Madeira, Metal, Plástico, Vítreo
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Construtivo
75	10YR 5/4, yellowish brown	Construtivo, vítreo, ferroso, cerâmico
76	10YR 4/3, brown	Ausente

N1008 L1000

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Construtivo
75	10YR 5/4, yellowish brown	Construtivo, vítreo, ferroso, cerâmico
77	10YR 3/4, dark yellowish brown	Ausente
76	10YR 4/3, brown	Ausente

Quanto ao material construtivo, há uma variedade de tijolos cerâmicos, tanto em relação às suas dimensões quanto à coloração. As dimensões variam entre 25 e 30 cm de comprimento, 10 e 15 cm de profundidade, e 4 e 7 cm de espessura. As cores variam entre o avermelhado (Munsell: 10R 4/6 dark reddish gray) e os mais claros num tom de bege

(Munsell: 5YR 6/4 light reddish Brown). Independentemente do tijolo utilizado, percebe-se a intenção do agenciamento alinhado, onde em um dos lados aparenta ser o fim, a contenção do piso que se assentou.

Figura 87: Vista geral da estrutura 2.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Há a presença de um fragmento de cantaria, posicionado de forma aleatória sobre a fiada de amarração. Está fora de contexto com a estrutura 2, podendo estar ligado a algum dos aterros realizados com finalidade de acobertar a estrutura. Há vestígios de material moderno acima dos tijolos, como se o espaço fosse reutilizado para preparação de argamassa.

Figura 88: Comprimento de tijolo da estrutura 2



Figura 89: Comprimento de tijolo da estrutura 2



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 90: Dimensões de tijolos da estrutura 2.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 91: Dimensões de tijolos da estrutura 2/ queima.



A partir da estratigrafia apresentada e UEs analisadas, os tijolos foram assentados acima de um sedimento (UE 73), sem escavação de vala, e até mesmo por apresentar apenas uma fiada de tijolos.

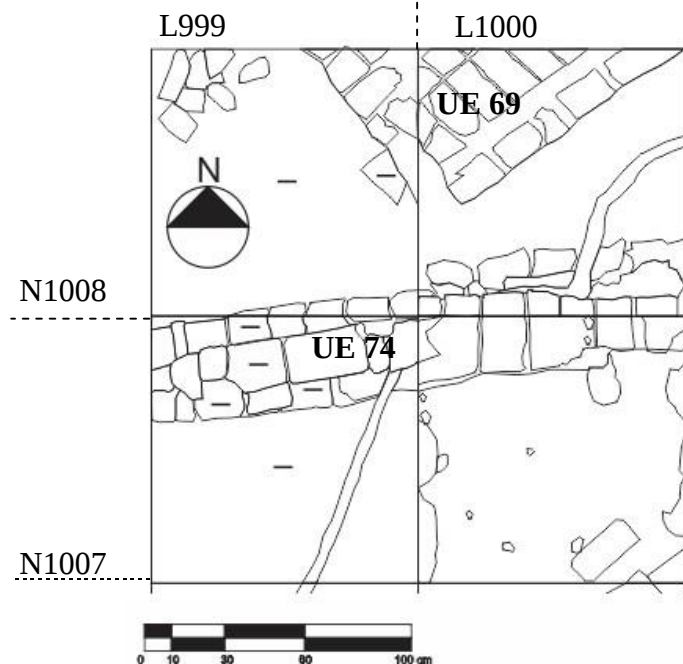
Figura 92: Vista geral da estrutura 2 e assentamento de tijolos cerâmicos em uma fiada sobre o sedimento, sem apresentar corte na estratigrafia, que poderia indicar escavação de vala, típico para fundação.



Fonte: Modificado de Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

5.1.3. ESTRUTURA 3

Figura 93: Estrutura 3.



Fonte: A Autora.

A ESTRUTURA 3, correspondente à UE 74, está localizada nas unidades de escavação N1008 L999, N1008 L1000, N 1007 L999 e N1007 L1000. Apresentando 7 UEs, sendo as UEs 67 (correspondente à UE62, vista mais adiante, na estrutura 4), 68, 73, 75, 76 e 77 interpretadas como aterros (UEs 76 e 77 não apresentaram materiais arqueológicos).

N1007 L999

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Alumínio, Cerâmico, Ferroso, Metal, Vítreo
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Construtivo, Ferroso
75	10YR 5/4, yellowish brown	Construtivo, vítreo, ferroso, cerâmico
73	10YR 3/2, very dark greyish brown	Construtivo, ferroso, cerâmico

N1007 L1000

UE	Descrição	Materiais
62	10YR 3/1, very dark grey,	Construtivo, vítreo, cerâmico, ferroso, plástico
75	10YR 5/4, yellowish brown	Construtivo, vítreo, ferroso, cerâmico
73	10YR 3/2, very dark greyish brown	Construtivo, ferroso, cerâmico

N1008 L999

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, Construtivo, Madeira, Metal, Plástico, Vítreo
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Construtivo
75	10YR 5/4, yellowish brown	Construtivo, vítreo, ferroso, cerâmico
76	10YR 4/3, brown	Ausente

N1008 L1000

UE	Descrição	Materiais
67	10YR 3/1, very dark grey,	Cerâmico, construtivo, ferroso, vidro
68	10YR 5/6, yellowish brown, areia argilosa	Construtivo
75	10YR 5/4, yellowish brown	Construtivo, vítreo, ferroso, cerâmico
77	10YR 3/4, dark yellowish brown	Ausente
76	10YR 4/3, brown	Ausente

A Estrutura 3 se apresenta desalinhada às estruturas vizinhas (3 e 1). É composta por tijolos cerâmicos maciços de aproximadamente 30x15x6~7 cm, apresentando algumas fragmentações (entre inteiros e fragmentados). As duas primeiras fiadas (que estão visíveis) apresentam os tijolos em uma direção/orientação, sendo a última sobreposta, posicionada de forma perpendicular ao agenciamento abaixo dela.

Figura 94: Vista da Estrutura 3.



Fonte: Modificado de Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 95: Dimensão básica de tijolo cerâmico que compõe a Estrutura 3.



Figura 96: Dimensão básica de tijolo cerâmico que compõe a Estrutura 3.



Fonte: Modificado de Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 97: Orientação de tijolos da Estrutura 3.

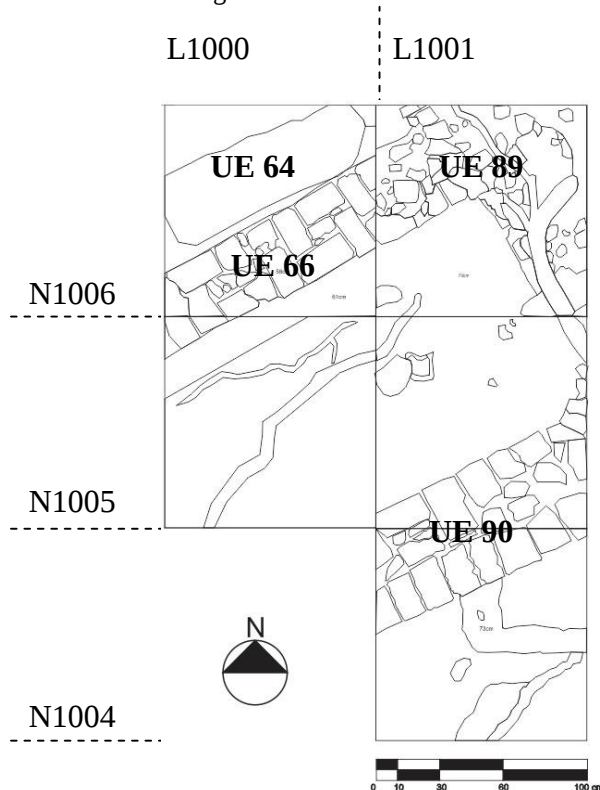


Fonte: Modificado de Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Inicialmente, se remete à estrutura como algum tipo de fundação, contudo, não se notou presença de argamassa, parecendo os tijolos terem sido apenas posicionados de forma a conter ou separar o espaço. Não foram evidenciados acúmulo de material construtivo acima da estrutura de forma conglomerada ou não, o que pudesse indicar continuação de alvenaria de vedação (paredes). Não foram identificados materiais do tipo rocha/cantaria.

5.1.2. ESTRUTURA 4

Figura 98: Estrutura 4.



Fonte: A Autora.

A ESTRUTURA 4, composta pelas UEs 64,66, 89, 90 e XX, está localizada nas unidades de escavação N1006 L1000, N1006 L1001, N 1005 L1000, N1005 L1001 e N1004 L1001. Apresentando 12 UEs, sendo elas: UE 62 (correspondente à UE67, vista anteriormente, nas estruturas 2 e 3); UE 84 um corte construtivo; UEs 63, 65, 73, 75, 78, 83 e 81 interpretadas como aterros; a UE 92 não foi finalizada, apresentando curiosos vestígios arqueológicos visto mais adiante.

N1006 L999

UE	Descrição	Materiais
62	10YR 3/1, very dark grey,	Construtivo, vítreo, cerâmico, ferroso, plástico
63	10YR 4/3, brown	
75	10YR 5/4, yellowish brown	Construtivo, vítreo, ferroso, cerâmico
73	10YR 3/2, very dark greyish brown	Construtivo, ferroso, cerâmico
81	10YR 6/6, brownish yellow	Ausente

N1006 L1001

UE	Descrição	Materiais
62	10YR 3/1, very dark grey,	Construtivo, vítreo, cerâmico, ferroso, plástico
63	10YR 4/3, brown	
65	10YR 4/3, brown	
78	10YR 2/1, black	Carvão, ferroso, cerâmico, vítreo,
83	10YR 5/4, yellowish brown	Vítreo
84	10YR 4/4, dark yellowish brown	Ausente

N1005 L1000

UE	Descrição	Materiais
62	10YR 3/1, very dark grey,	Construtivo, vítreo, cerâmico, ferroso, plástico
63	10YR 4/3, brown	
75	10YR 5/4, yellowish brown	Construtivo, vítreo, ferroso, cerâmico
73	10YR 3/2, very dark greyish brown	Construtivo, ferroso, cerâmico
83	10YR 5/4, yellowish brown	Vítreo

N1005 L1001

UE	Descrição	Materiais
62	10YR 3/1, very dark grey,	Construtivo, vítreo, cerâmico, ferroso, plástico

63	10YR 4/3, brown	
65	10YR 4/3, brown	
78	10YR 2/1, black	Carvão, ferroso, cerâmico, vítreo,
83	10YR 5/4, yellowish brown	Vítreo

N1004 L1001

UE	Descrição	Materiais
62	10YR 3/1, very dark grey,	Construtivo, vítreo, cerâmico, ferroso, plástico
63	10YR 4/3, brown	
92	10YR 4/3, brown	Vítreo, cerâmico, ferroso, lítico

Na evidência da Estrutura 4, foram identificadas duas UEs de alinhamentos de tijolos cerâmicos maciços, representando fundações rasas, indicando a presença de alvenaria de vedação acima (conglomerados de pedaços de tijolos, associados a argamassa). Paralela a um dos alicerces, encontra-se uma cantaria aparentemente alinhada, contudo fora de seu contexto original; apresenta detalhe para encaixe na face oposta à que se alinha com o alicerce.

Figura 99: UE 64 cantaria, UE 66 alicerce de tijolos cerâmicos; Percebe-se conglomerados de tijolos unidos com argamassa acima do alicerce de tijolos cerâmicos.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 100: UE 64 cantaria, UE 66 alicerce de tijolos cerâmicos.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 101: UE 64, cantaria, UE 66, alicerce de tijolos cerâmicos.



Figura 102: Detalhe da EU 64



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 103: Planta baixa unidades escavadas.



Fonte: Modificado de Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 104: Perfil estratigráfico, demonstrando que a UE 73, interpretada como aterro abaixo da Estrutura 2 e cobre a Estrutura 3, é interrompido ao encontrar a Estrutura 4, sem 'adentrar' além dela.



Fonte: Modificado de Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 105: UE 64 cantaria, UE 66 e UE 90 alicerce de tijolos cerâmicos.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Quanto aos materiais que compõem o alicerce, encontram-se: tijolos cerâmicos maciços que variam o comprimento de 25 a 30 cm, com coloração avermelhada ou bege. O material ligante/argamassa não apresenta cimento, logo o material de junta deveria ser derivado de areia e cal.

Figura 106: UE 64 cantaria e UE 66 alicerce de tijolos cerâmicos.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 107: Tijolo cerâmico maciço da estrutura 3, com 25 cm



Figura 108: Tijolo cerâmico maciço da estrutura 3, com 30 cm



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

As duas estruturas de tijolos que formam um tipo de fundação encontram-se paralelos um ao outro, com uma distância de 1,12m. Na unidade N1004 L1001, na retirada (não concluída) da UE 92, foram evidenciados materiais bastante interessantes como: pederneira, cerâmica utilitária (diferente da abundante cerâmica construtiva associada aos aterros), botão de cobre e garrafa de vidro (não coletada por estar demasiadamente enterrada e possivelmente inteira). Tal fato indicou que, diferente dos vários aterros associados às UEs evidenciadas, há possibilidade de se apresentar material arqueológico contextualizado, numa profundidade de 73cm.

Figura 109: UE 90 alicerce de tijolos cerâmicos e materiais arqueológicos associados à UE 92; detalhe de garrafa de vidro enterrada e botão de ferro; e cerâmica utilitária.



Fonte: Modificado de Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 110: Pederneira associada à UE92.



Figura 111: Louça associada à UE92.



Fonte: Modificado de Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

5.2. Análise estratigráfica

As escavações demonstraram que foram realizados aterramentos antrópicos, elevando o nível oeste externo da senzala atual. A área teve seu último aterro provavelmente para reforma do Camping Club e sua estratigrafia mostra diversas camadas de materiais

variados, inclusive aterros anteriores. Há um forte indicativo de que os aterros tenham sido programados pois existem camadas regulares na extensão de várias unidades escavadas.

Constatou-se que a área:

- Foi alvo de várias intervenções/ reformas;
- Apresenta diversidade de tijolos cerâmicos, inclusive nas Estruturas 2 e 4 nota-se a utilização de diversas dimensões de tijolos maciços;
- Os remanescentes de alvenaria (UE 89) de vedação acima do alicerce (UE 66) da Estrutura 4 apresenta fragmentos de tijolos associados a argamassa de areia e cal;
- O alinhamento entre as estruturas é irregular, a não ser por uma leve semelhança entre as Estruturas 1 e 4;
- A Estrutura 2, determinada como piso, é posterior à Estrutura 3, podendo-se observar no perfil estratigráfico o sedimento (UE73) que cobre a Estrutura 3 abaixo da Estrutura 4;
- O aterro denominado UE68 não ultrapassa para o interior da Estrutura 4;
- O aterro dentro da Estrutura 4 assemelha-se ao construtivo, onde se depositam restos construtivos em áreas de descarte; há presença de sedimento queimado, semelhante a queima de lixo;
- Há alinhamento dos alicerces da Estrutura 4 (UEs 66 e 90) com a edificação atual da senzala.

A análise das UEs e da estratigrafia mostra camadas regulares de grande extensão do mesmo aterro, cobrindo, em alguns casos, mais que uma estrutura. O material empregado variava em cada aterro, mostrando terem sido realizados em momentos diferentes.

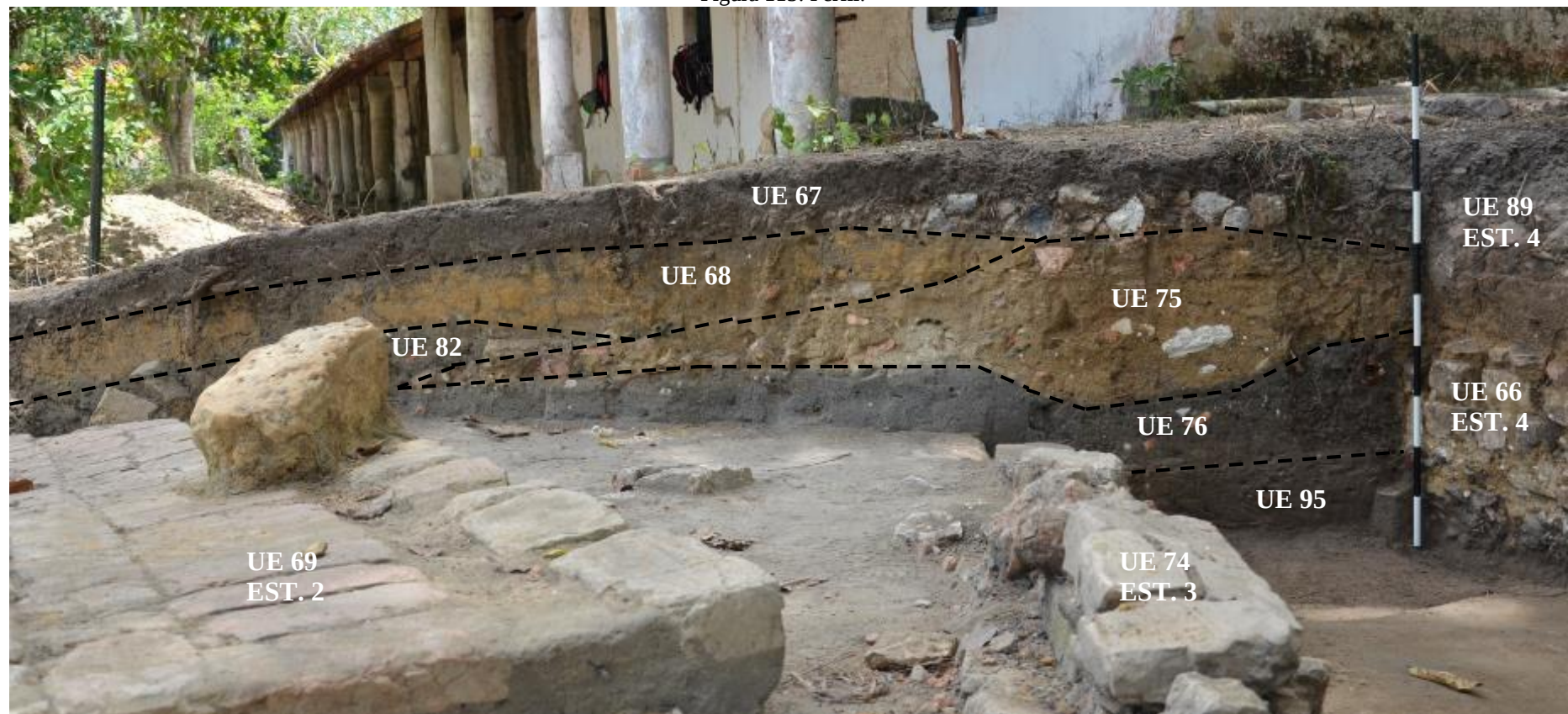
Figura 112: Exemplo de visualização de UE de sedimento indicando diferentes tipos/níveis de aterro.



Fonte: Modificado de Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Observou-se durante a escavação a quebra de aterro entre a cantaria e alicerce, sendo o sedimento a partir do alicerce diferente de onde se encontra a cantaria, em conjunto com a estrutura 3.

Figura 113: Perfil.



Fonte: Acervo Projeto Arqueológico Monjope.

5.3. Relações entre estruturas

A análise dos os materiais construtivos, tanto em sua aparência como em sua direção/posição, pode evidenciar possível relação entre si. O alinhamento, o nivelamento, a composição, a técnica utilizada, todos esses requisitos foram destrinchados a fim de traçar uma correlação entre as estruturas.

Essas estruturas se destacam pela proximidade da atual edificação da senzala, e não há evidências que as mesmas estariam consolidadas ao menos a partir da segunda metade do século XX (as plantas fornecidas pelo Camping Club, na data de 1972 não indicam a presença dessas estruturas). Desperta-se assim o interesse em se identificar quais as modificações sofridas na senzala e seus arredores, adaptando-se as diversas funções e necessidades de cada época, em que, a partir das escavações arqueológicas, foram evidenciados diversos momentos de aterro da área, até finalmente ficar totalmente coberta e despercebida, provavelmente para funcionamento do Camping Club.

A Estrutura que apresentou estar mais próxima da forma natural de solo (sem apresentar material arqueológico), foi a Estrutura 1 (alicerce de pilar), e posteriormente se iniciou a movimentação de terra (incluindo a de construção dos tanques de água para atender à moenda). A Estrutura 4 apresenta materiais construtivos (tijolos) semelhantes à Estrutura 1, além de aparente alinhamento/ orientação. As Estruturas 2 e 3 apresentam-se independentes entre si e entre as Estruturas 1 e 4, incluindo os aterros que os encobrem.

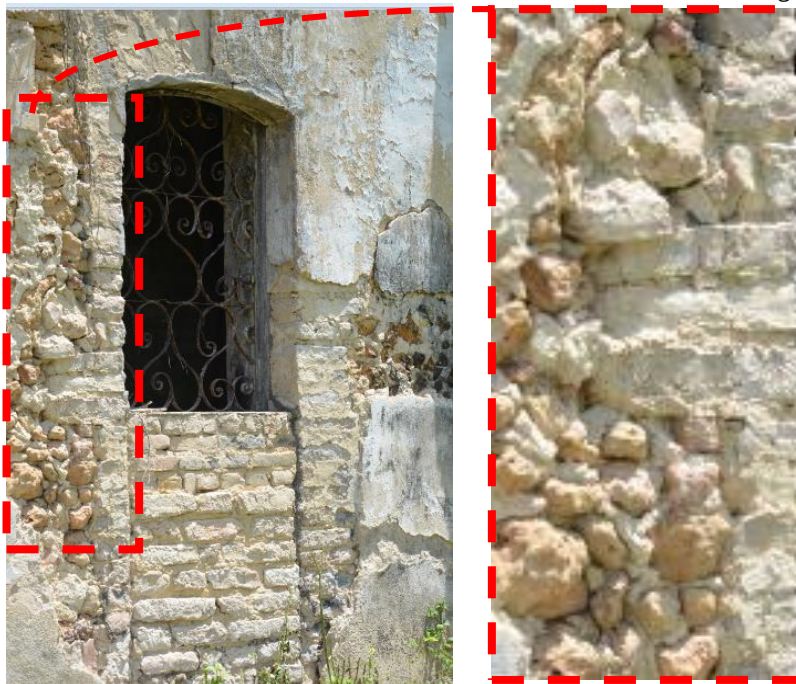
Na Estrutura 4, acima do alicerce (UE 66), encontrava-se conglomerado de fragmentos de tijolos, unidos por argamassa de areia e cal. O entulhamento de restos construtivos se repetiu em outras partes do Engenho, como por exemplo, em alvenaria da casa-grande, afirmando assim, a presença de alvenaria de vedação acima da fundação evidenciada na escavação. Na UE 90 aparentemente não foi evidenciada a presença de uma alvenaria de vedação.

Há também a reutilização e mistura de materiais construtivos em momentos de aterros e consolidação de contra pisos das edificações. De acordo com Lima:

O entulho por ventura gerado é reciclado no próprio ciclo da construção: na contramão da tendência de parte da pesquisa atual a apostar na reciclagem dos detritos da obra depois de retirados do canteiro. Sem prejuízo dos esforços de redução de entulhos na construção, ou de qualquer alternativa de manejo sustentável dos mesmos [...] O impacto do fator transporte [...] cujo custo é particularmente alto no caso dos materiais de construção, por causa do seu peso, se confirma como um dos mais fortes determinantes das estratégias e técnicas de

construção do passado. E por isso os sistemas construtivos tradicionais são profícuos em soluções criativas para reduzi-lo (LIMA, 2008).

Figura 114: Paredes com diferentes sistemas construtivos, sem reboco – Casa-grande.



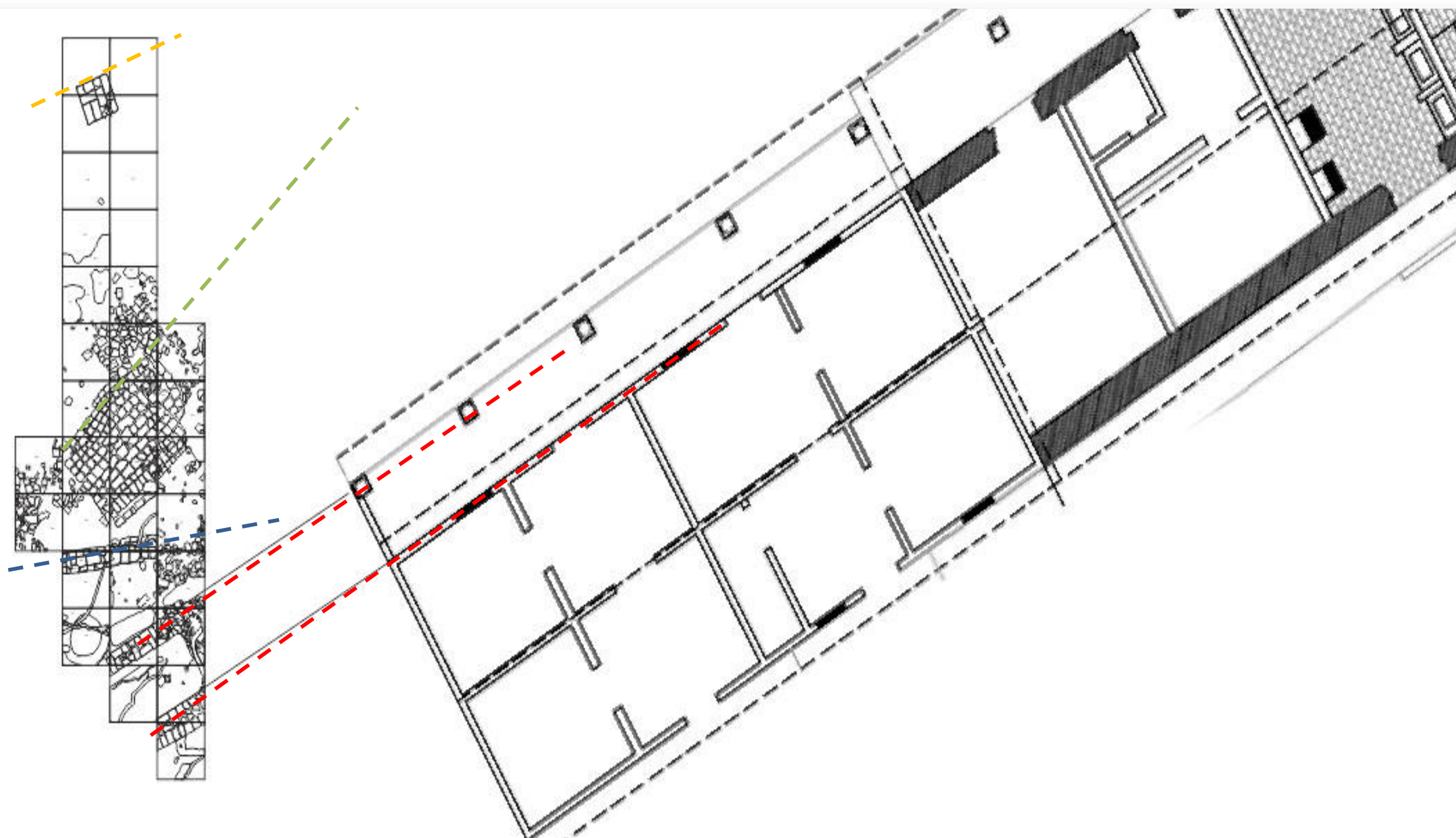
Fonte: Modificado de acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 115: Conglomerados de tijolos cerâmicos sobre alicerces nas unidades escavadas.



Fonte: Modificado de acervo Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 116: Área escavada IV Campanha associada à edificação da atual senzala.

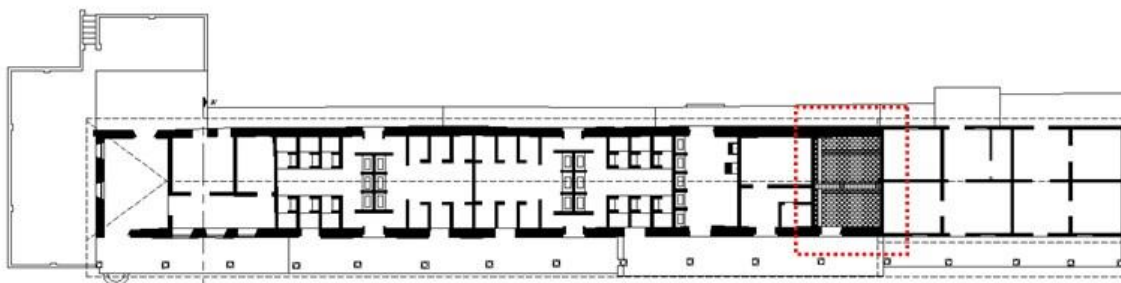


Fonte: A Autora

A Estrutura 4 ainda apresenta orientação dos alicerces igual às da edificação atual da senzala, levantando a hipótese de a mesma ter feito parte da antiga senzala. Na campanha III do Projeto Arqueológico Monjope, houve a abertura de unidades de escavação dentro de um dos cômodos que apresentava evidências de piso de tijolos cerâmicos, além de vestígio de fundação de parede. Na tentativa de se comparar materiais e técnicas, foi analisado junto à Estrutura 4, que apresenta alicerce de paredes.

A análise da estrutura 4 junto à evidenciação do piso de tijolos em um dos compartimentos da senzala procura comparar as técnicas construtivas.

Figura 117: Indicação de piso escavado.



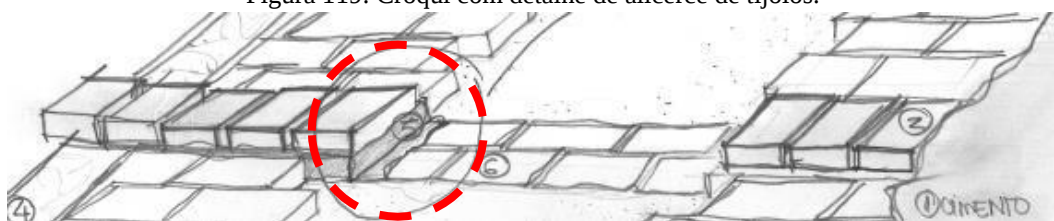
Fonte: A Autora.

Figura 118: Cômodo sem camada de cimento, revelando piso de tijolos cerâmicos e ao meio, tipo de alicerce, também de tijolos cerâmicos maciços.



Fonte: Modificado de acervo do Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 119: Croqui com detalhe de alicerce de tijolos.



Fonte: A Autora.

Figura 120: Detalhe de tijolos que compõe alicerce; presença de argamassa composta por cimento.



Fonte: Modificado de acervo do Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 121: Detalhe de tijolos que compõe alicerce; presença de argamassa composta por cimento.



Figura 122: Estrutura 4, que utiliza areia e cal como argamassa. A disposição dos tijolos também é divergente.



Fonte: Modificado de acervo do Projeto Arqueológico Monjope.

Dessa forma, percebe-se a falta de semelhança entre a Estrutura 4 e a encontrada no cômodo interno da senzala. As dimensões dos tijolos cerâmicos que compõem piso e alicerce do cômodo medem 25x10x5 cm, menores que os da Estrutura 4, além de apresentarem cimento como argamassa.

Como visto em capítulo anterior, o cimento, ou cimento *Portland*, é o principal insumo da construção civil moderna, e seu desenvolvimento começa antes do século XVIII, concretizando-se em meados de 1780. Porém, no Brasil, desenvolveu-se de forma tímida no

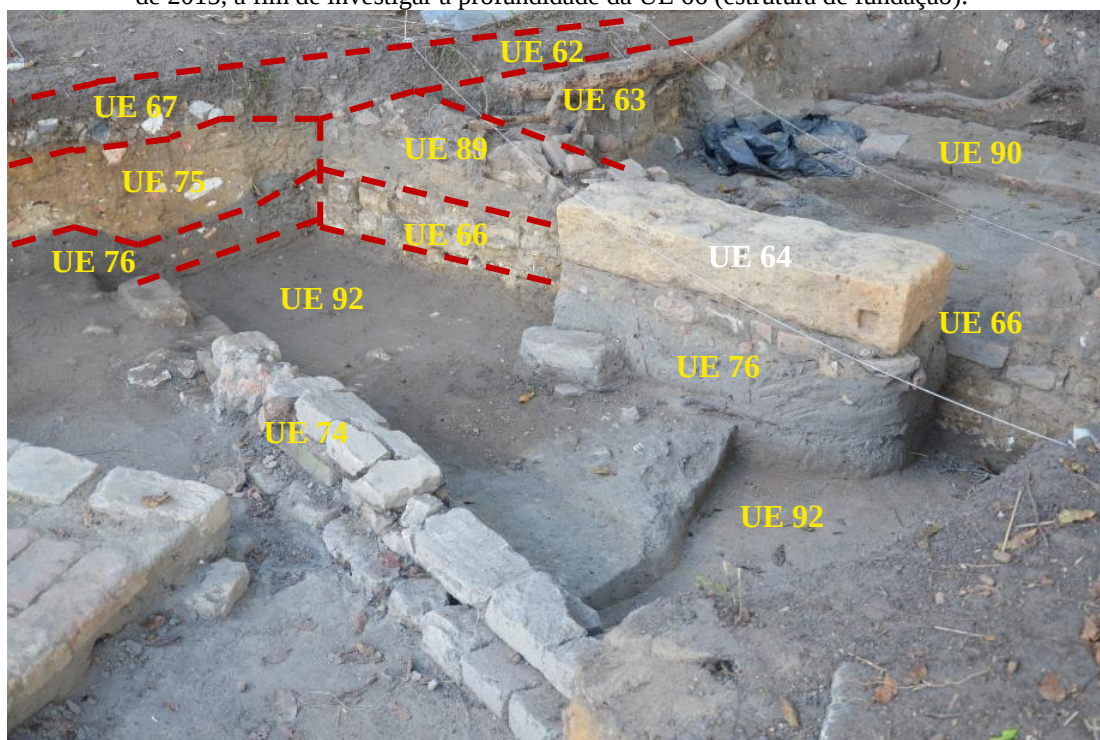
início do século XX. Apesar da popularização do cimento, deve ser levado em consideração que, mesmo em edificações modernas, não é raro encontrar ainda a utilização de argamassa de areia e cal.

5.4. Confirmações – Análise parcial de dados da Campanha V

Na Campanha V, ocorrida em novembro de 2015, no período de 03 (três) semanas, as novas unidades foram abertas de acordo com as projeções das estruturas elucidadas até a Campanha IV na área oeste da atual edificação da senzala. Foi aberto um total de 17 quadrados, além do aprofundamento de outros já escavadas, a fim de melhor investigar as Estruturas 3 e 4.

A análise das cotas altimétricas da Estrutura 3 apresentou novas fiadas de tijolos, assim como a Estrutura 4, esta última apresentando uma fundação de até 37cm de profundidade.

Figura 123: Panorâmica de aprofundamento de unidades escavadas em campanha anterior a novembro de 2015, a fim de investigar a profundidade da UE 66 (estrutura de fundação).



Fonte: Modificado de acervo do Projeto Arqueológico Monjope.

Figura 124: perfil de parte da estrutura 4. UE 66 em seu corte demonstra confirmação de estrutura de fundação (profundidade que varia de 35 a 37 cm).



Fonte: Modificado de acervo do Projeto Arqueológico Monjope.

A evidenciação da UE 66, identificada como estrutura de fundação, havia se mostrado incompleta na escavação anterior, aparecendo apenas a parte mais superficial. A continuação das escavações adjacentes à UE 66 confirmou a interpretação anterior como alicerce devido à sua profundidade, além de fornecer novos dados como a presença de sedimento amarelado mais solto em sua composição.

Apesar de não se ter terminado a escavação da UE 95, foram coletados pouquíssimos fragmentos de louça e alguns fragmentos de cerâmica possivelmente de tecnologia indígena.

Figura 125: Panorâmica de aprofundamento de unidades escavadas em campanha anterior a novembro, 2015, a fim de investigar a UE 74 (estrutura 3); Abertura de nova unidade de escavação (N1007 L998) que evidenciou continuação da extensão da estrutura 3; as primeiras decapagens da UE 95 evidenciaram mais duas fiadas de tijolos da estrutura 3, demonstrando uma provável função estrutural.



Fonte: Modificado de acervo do Projeto Arqueológico Monjope.

A partir das projeções traçadas através dos prolongamentos das estruturas evidenciadas até a campanha IV, foram abertas novas unidades na tentativa de evidenciar os baldrame e demais estruturas. Ao longo da escavação, nota-se que a construção histórica possuía cômodos ou divisórias em seus espaços, pois foram verificadas projeções perpendiculares ao alinhamento traçado até então. Nota-se também que o conglomerado de tijolos acima do baldrame passa em alguns pontos a apresentar tijolos consolidados e inteiros.

Figura 126: Panorâmica de abertura de novas unidades de escavação que evidenciaram o prolongamento das estruturas, além de aparecimento de novas, posicionadas perpendicularmente a elas, numa distância de aproximadamente 3 metros.



Fonte: Modificado de acervo do Projeto Arqueológico Monjope.

Em duas quadículas (N1001 L1005 e N1001 L1006) locadas de acordo com a projeção do alinhamento da senzala, foram evidenciadas estruturas denominadas UE 97, 97a e 97b, sendo a UE 97a relacionada ao baldrame da estrutura.

No intuito de comparar as estruturas de fundação, verificou-se que a UE 97b (baldrame) apresenta uma altura máxima de 19,663m, e a UE 66 (baldrame paralelo a cantaria) apresenta uma altura máxima de 19,699m, sendo apenas de 3cm a diferença, considerada aceitável para fundações em mesmo nível.

Figura 127: Abertura de novas unidades de escavação que evidenciaram a extensão das estruturas a partir do prolongamento do alinhamento da senzala.



Fonte: Modificado de acervo do Projeto Arqueológico Monjope.

Quanto ao material encontrado, observou-se: cerâmica, em sua maioria fragmentos de louça, faiança, porcelana e material construtivo; metal, representado em sua maioria por pregos oxidados, moedas, botões, argolas e outros não identificados em campo; osso de animal; vidro, na maior parte, fragmentado, sendo alguns poucos inteiros como pequenos frascos de perfume. Vale para este tipo de material, vidro, ressaltar que a garrafa evidenciada na campanha IV, na unidade N1004 L1001, foi retirada praticamente inteira, a não ser por uma fissura que a dividia em duas. O contexto, apesar de ser aterro, ainda permite uma interpretação de que a garrafa foi enterrada intencionalmente.

Figura 128: Detalhe da garrafa junto a UE 90/ baldrame.



Fonte: Modificado de acervo do Projeto Arqueológico Monjope.

De forma parcial, com as escavações da campanha V, nota-se a afirmação da existência de novas estruturas através do prolongamento/alinhamento de estruturas já conhecidas anteriormente, que, visto em discussão mais adiante, indica adaptação do espaço para reuso, reaproveitamento ou descarte de estruturas já edificadas.

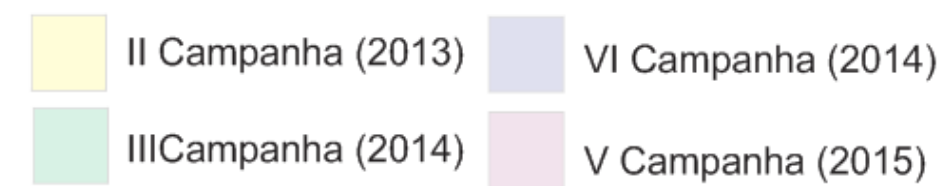
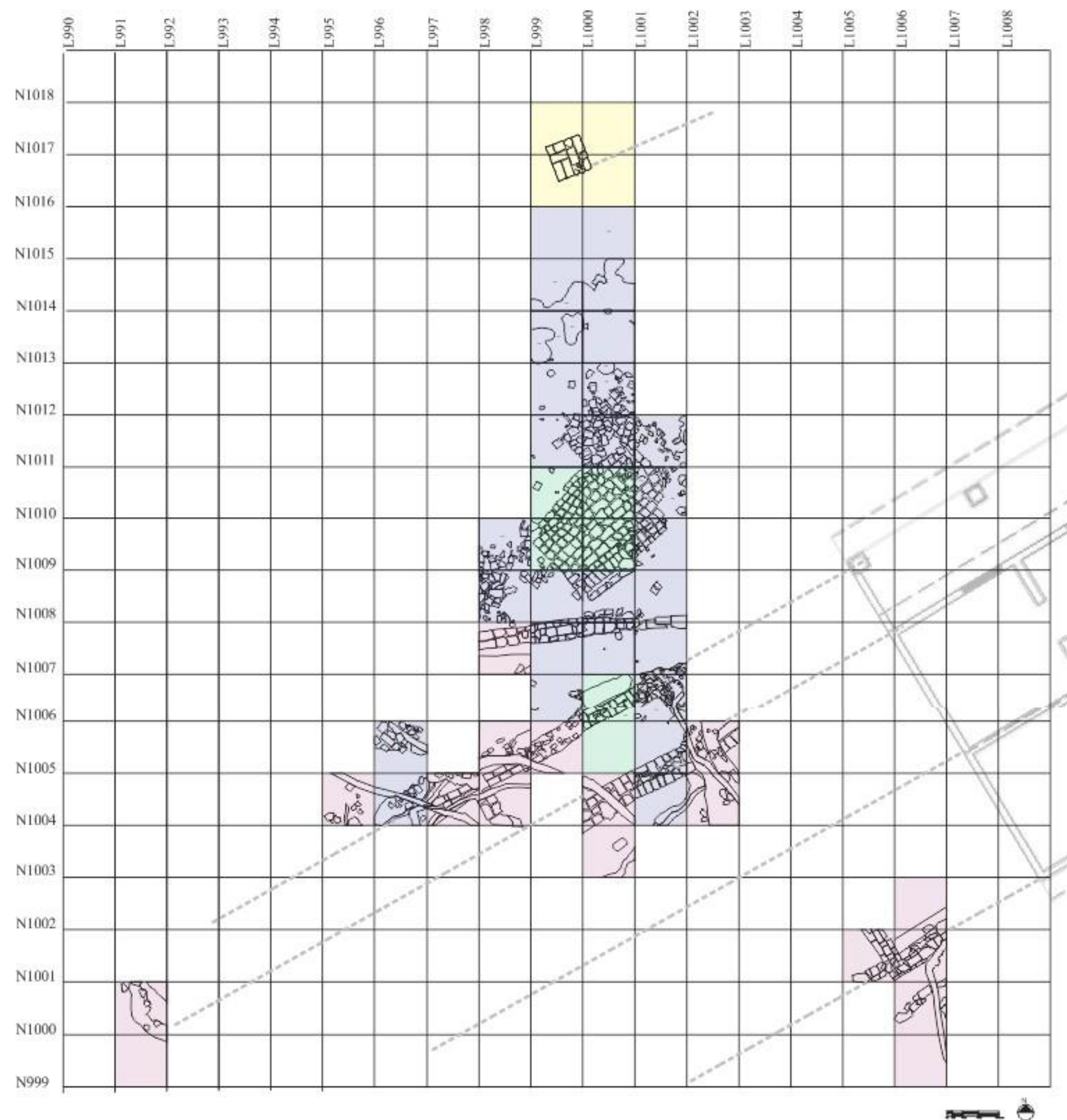


Figura 129: Mapa geral de unidades escavadas ao final da Campanha V.

Fonte: A Autora.

6. DISCUSSÃO: FORMA, FUNÇÃO E NECESSIDADE NO ENGENHO MONJOPE

Ao analisar a composição do material coletado nas escavações na área de estudo, percebe-se a dificuldade em chegar a uma equação precisa sobre o período em que as estruturas estariam inseridas. Diversos aterros foram realizados a fim de modificar o espaço para diversas necessidades e até o momento não foi encontrado nenhum registro documental pelos responsáveis das diversas obras.

Cabe então tentar encontrar aportes de análise e comparação com aqueles edifícios remanescentes das senzalas que ficaram preservadas dos engenhos. No caso do Monjope, deve-se pensar em duas opções: as do tipo cabana (sem remanescentes arquitetônicos) e as do tipo pavilhão. Deve-se ainda considerar as do tipo cabana, pois não se descarta a possibilidade de sua existência, já que há relatos dessa tipologia de senzalas mesmo antes do século XVIII, e muito provavelmente os escravos viveriam em casas isoladas ao redor da casa do proprietário do engenho. Mesmo assim, conforme a edificação atual, é a tipologia de Pavilhão a ser considerada na análise.

No decorrer deste estudo, foram identificadas as características que prestam referência às atuais estruturas definidas como senzala. Verificando a existência de semelhanças tecnológicas e espaciais entre a senzala moderna e os remanescentes arquitetônicos escavados até o momento, nota-se a possibilidade de que em algum contexto do passado, as estruturas poderiam ter feito parte da edificação definida como senzala.

Para construir uma senzala, seja de taipa, seja de alvenaria, há necessidade de realização de fundações/alicerces para suportar as cargas das paredes. Inicialmente de taipa, as construções foram com o tempo sendo substituídas por construções de alvenaria de tijolos cerâmicos, e até utilizando pedra em alguns casos. Para o engenho Monjope, não há relatos escritos sobre a edificação da senzala em suas primeiras menções (1600).

Quando era propriedade da Companhia de Jesus, já existia a presença de trabalhadores escravizados, o que leva à necessidade de habitações para os mesmos, porém a atual edificação sofreu significativas reformas, podendo apresentar dimensão e aberturas que não existiam à época, inclusive encobrindo as estruturas elucidadas nas escavações. É possível sim que as fundações e alinhamentos tenham sido parte da edificação da senzala, inclusive na atualidade, em que se alinha com a Estrutura 4, mesmo possuindo funções distintas do enclausuramento do trabalhador escravizado.

De 1759 em seguinte, o engenho passou por diversos proprietários e as mudanças estruturais e funcionais ocorreram frente a diferentes necessidades. A edificação da senzala no local atual tem sua tipologia representada nos engenhos, como visto anteriormente, desde o século XVIII. Apesar de não haver referências específicas sobre a morada dos trabalhadores escravizados, Manuel Cavalcanti de Albuquerque passa a compor suas cartas com o termo “Engenho Novo de Monjope” (no período de 1810 a 1831), indicando um processo de reforma que pode ter contemplado a senzala, inclusive doando materiais construtivos, provavelmente fruto de sobras das reformas. No inventário de Christovão de Holanda Cavalcanti Albuquerque, em 1829, já há referências de uma senzala de pedra e cal, ou seja, de aspecto mais salubre e sólido do que taipa.

Em uma das grandes reformas, como a instalação da moenda d’água¹⁸, houve a necessidade de construção de um canal em frente à casa-grande a fim de garantir o fornecimento de água para roda de engenho. Na dissertação de Mesquita (2005) é apontado que, para essa construção dos tanques, foi necessária a realização de um aterro para elevar o nível do canal em relação à roda, deixando a casa-grande abaixo do nível do canal.

Nota-se que a necessidade de realização de aterros é desde meados do século XVIII, a fim de atender a mudanças tecnológicas do engenho. A construção dos canais pode ter afetado diretamente as estruturas arquitetônicas descobertas a oeste da senzala, que poderiam ter perdido a função.

Observando-se essas estruturas (de forma parcial, já que a área não foi totalmente escavada), nota-se que duas apresentam características de fundações e outras funcionais (Estruturas 2 e 3). Verificou-se a ausência de reboco nos alicerces (contudo foi encontrado fragmentos de reboco durante a escavação), potencializando ainda mais a afirmativa de que serviam para algum tipo de fundação. Percebe-se que se tratam de estruturas independentes uma das outras, sem alinhamento entre si, a não ser pela leve semelhança de alinhamento das Estruturas 1 e 4, agenciadas ao alinhamento da atual edificação da senzala. A projeção dos alinhamentos da Estrutura 4 pode ser confirmada nas escavações da Campanha V, confirmando o prolongamento da construção, podendo ter sido parte da senzala ou algum edifício anexo a ela.

No período colonial, era comum se deparar com a escassez e o alto custo de materiais, além da dificuldade em mão de obra e de transporte. Contudo, para o engenho Monjope, tais

¹⁸ O inventário de 1829 pontua que o engenho já era movido a água, contudo, a reforma poderia ter sido feita antes da expulsão dos jesuítas, em 1759.

dificuldades não retraíram a quantidade de reformas que sofreu. O alto custo de materiais e mão de obra condicionava o senhor de engenho a buscar novas estratégias e a realizar suas mudanças, incluindo o reaproveitamento de materiais. A reutilização e mistura de materiais construtivos já foram evidenciados em pesquisas da casa-grande, moita e senzala. O que esperar das estruturas aterradas, descobertas em escavações arqueológicas?

A utilização de restos e entulhos construtivos pode ser uma ótima saída para ajudar em aterros intencionais, inclusive bastante realizado em preenchimento de fundações de construções atuais. Nada como uma nova gestão para reformas, uma segunda opção ao transporte de grandes quantidades de sedimentos para aterro.

Analisar e interpretar a função do construído é um fenômeno complexo independente do contexto em que se insere, de forma individualizada ou não. A reutilização, modificação e até o descarte funcional e/ou estético de um determinado edifício deve se apresentar de diversas formas e dimensões, podendo ser algo pontual em apenas alguns espaços ou em sua totalidade, mudando por completo sua disposição e fim iniciais.

A imposição das necessidades da produção de uma unidade rural sobre a planta arquitetônica modifica-se ao longo do tempo por variados motivos: aumento ou diminuição de produção, que afeta todo processo produtivo; adoção de novas tecnologias, desprezando a presença de alguns setores obsoletos; mudança ou fragmentação de uso, modificando todo gênero e finalidade, etc. Todos esses motivos podem levar à remodelação ou até à reconstrução de todo espaço.

O caso da senzala do engenho Monjope não seria diferente. São vários os motivos da mudança, passando pelos ideais e necessidades da época e até mesmo descarte de estruturas ‘irrecuperáveis’:

- Aumento do quantitativo de trabalhadores escravizados exigiria mais espaço, cubículos ou até um anexo à edificação da senzala;
- Novas concepções higienistas visaram ao melhoramento das condições das habitações, substituído pisos e paredes friáveis, a fim de evitar umidade e melhorar a ventilação, garantindo boa saúde aos escravos; isso significaria reforma, mesmo que de forma pontual;
- A abolição da escravidão acabou por deixar as edificações das senzalas obsoletas, a não ser aquelas mais resistentes que foram reabitadas por trabalhadores livres, sofrendo algumas adaptações;

- Novos usos para a propriedade como um todo, necessitando novos espaços (lúdicos talvez), novas funções, que levam a reformas e adaptações; inclusive a criação de espaços que nunca existiram, a fim de atender necessidades econômicas, físicas e/ou simbólicas;
- Simplesmente o descarte de estruturas que ruíram, ou que perderam a utilidade.

De caráter orgânico e se relacionando diretamente com o homem, as estruturas arquitetônicas, apresentando diferentes contextos ou não, deverão definir-se também na compreensão da existência ou não de relações entre si. Logo, o espaço deve ser compreendido como a organização tridimensional dos elementos, absorvendo significados que formam um lugar (DEZEN-KEMPTER, 2010). Assim, as adaptações feitas para abrigar novas funções, como a ocupação da senzala de dois filhos de um dos proprietários ao longo de sua história não chegaram a mudar a essência da construção, mesmo diante da adição de novos espaços. O espaço pôde ser modificado de acordo com a necessidade que surgiu, ou até mesmo como uma condição de uso futuro, propostas por ideais econômicos, sociais e culturais, utilizando dos diversos materiais disponíveis, incluindo o reaproveitamento de alguns, hábito comum no período colonial em que material construtivo de qualidade poderia ser escasso.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Paddayya:

[...] archaeologists need not feel ashamed of revising or giving up their interpretations. With the proper and sensible proviso that conclusions are based on the 'facts at hand and are subject to revision in the light of fuller and better data, it is a premise of the conjunctive approach that interpretations are both justified and required, when once the empirical grounds have been made explicit (PADDAYYA, 1988-89, p.246).

A partir desse trabalho, acredita-se que foi dado um passo significativo para a definição das estruturas descobertas nas escavações do Projeto Arqueológico Monjope auxiliando nos processos de delimitação da senzala original do engenho, além de interpretar as novas estruturas. As interpretações estão sujeitas a serem complementadas e até corrigidas com as futuras campanhas que acontecerão, pois, afinal de contas, o Monjope apresenta um enorme potencial de exploração dos seus contextos variados, mesmo que em um espaço de tempo curto (400 anos). A síntese interpretativa unida aos dados levantados e analisados sobre aportes teóricos sugerem um processo que pode ser mudado no surgimento de novos dados e surpresas no sítio arqueológico, fatos ansiados por qualquer pesquisador, que não deve ter receio em interpretar e reinterpretar o conjunto.

Dentre os engenhos localizados em Pernambuco, o Monjope ostentou grande importância desde que foi propriedade dos Jesuítas, no início da colonização. Até o presente momento, não haviam sido identificadas estruturas arqueológicas nos limites da senzala (fundações, alvenaria, pisos, etc.) e através dessa interpretação primária poderão ser conhecidas e mensurados novos limites das construções, além de identificação de espaços remodelados, recuperados ou apagados do conjunto arquitetônico formador do engenho.

A análise das estruturas de forma sistematizada pode permitir identificar peculiaridades das mesmas, como matérias e técnicas construtivas, além de possíveis relações entre si. Paralelamente, podem ser obtidos dados cronológicos, junto à análise de materiais encontrados nas unidades estratigráficas, bem como a partir de documentos históricos, que se mostraram insuficientes para o caso.

Acontece que a análise vai além de identificar a quantidade ou ordem de aterros realizados acima das estruturas, ou até mesmo de suas correlações. As estruturas revelam e afirmam o fato de ir além de uma estratégia de reaproveitamento de materiais construtivos, pois ao descartar uma parte edificada, inconscientemente as relações ocorridas no local estão

sujeitas a desaparecer da paisagem e da memória. A nova paisagem é idealizada e edificada acima da que já existiu, podendo-se optar por substituir, mesclar ou apagar completamente formas pré-existentes.

Não apenas o tijolo, a cantaria e o lixo são reaproveitados no ciclo construtivo, mas as ideias, modelos e costumes espelhados no edificado, remodelados de acordo com as diversas necessidades e pessoas que habitam e utilizam o espaço, dando o nome de lugar. Assim se reconhece o homem, no abrir ou fechar uma porta, construir ou demolir um compartimento, aterrar estruturas indesejáveis, tudo possui uma intenção, uma idealização de como o espaço deve se apresentar.

Analisar a arquitetura é considerar o alcance que podem ter as investidas sobre o significado das edificações ou seus remanescentes. É ir além de uma análise de técnicas, sistemas e materiais que compõem o edificado. Arquitetura é significado, é função e forma, idealizados pelo homem e materializados em forma física. Através dessa linguagem formal entre homem e arquitetura, o passado pode ser reconstruído da mesma maneira da leitura de artefatos, partindo da possibilidade de articulação de elementos construtivos à ideia e relações humanas.

Sabe-se que as áreas compreendidas pelas escavações sofreram consideráveis modificações, contudo chama-se atenção para o contraste do que seriam os reais limites da edificação conhecida como senzala e as estruturas arqueológicas que acompanham os alinhamentos da edificação moderna, e tal evidência fica ainda mais clara quando comparadas às modulações propostas por Gomes (1998) e Vauthier (1975).

As pesquisas arqueológicas na área da senzala trouxeram um importantíssimo aporte à compreensão da sua trajetória arquitetônica, espacial e morfológica. Agrega e apresenta subsídios para continuação da investigação das estruturas elucidadas, já que o sítio não foi esgotado com as escavações.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José; GONÇALVES, Rita. Paisagem Cultural: um conceito em (re)evolução. COLÓQUIO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS. 2007. **Património paisagístico: os caminhos da transversalidade**. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/eventos/apap2007.pdf>.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; CAZZETTA, Míriam. **Programa de Arqueologia Urbana para a cidade do Recife**. Programa de Arqueologia Urbana para a cidade do Recife. Projeto 01 – Bairro do Recife. Ano: 2000/2005

ALLEN, Scott J.; MOURA, Hebert. **Projeto Arqueológico Monjope: escavações 2011**. CLIO Arqueológica, V26N2, 2011.

ALLEN, Scott J (coord.); ROCHA, Andreia C. de V. (pesq.). **Projeto Monjope: relatório de Escavações 2013-2014 - relatório parcial apresentado ao IPHAN**. Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, 2015. (no prelo).

ALMOEDO, Virgínia. **Relatório final do projeto de recuperação e restauração do engenho Monjope**. Recife: Fundação Seridó, 2005.

ANDRADE, Ana Paula G. de. **A Casa de Vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe: Uma reconstituição arqueológica**. 2006. 165 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, Recife, 2006.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil por suas drogas, e minas**. Lisboa: Officina Real Deslenderina, 1711.

AZEVEDO, Esterzilda B. de. **Açúcar Amargo: a construção de engenhos na Bahia oitocentista**. 1994. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Arquitetura do açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

AZEREDO, Hélio Alves de. **O Edifício Até sua Cobertura**. São Paulo: Edgar Blucher, 1977.

BARRÊTO, Jorge Paes. Engenho Monjope. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 62, pp. 13-32, jan.-jul. 2009.

BAZIN, Germain. **Arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas: arquitetura e o cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830-1930**. São Paulo: EdUFSCar, 2003.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. 2007. 651 fls. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), 2007.

BEAUDRY, Mary C. (ed.) **Documentary Archaeology in the New World**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1993. 228 p.

BUENO, Alexei; TELLES, Augusto da Silva; CAVALCANTI, Lauro. **Patrimônio Construído: as 100 mais belas edificações do Brasil**. São Paulo: Capivara, 2002.

CASTRO, A. B. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil**. 1976. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

CARRILHO, Marcos José. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, São Paulo, v.14, n.1, jan./jun. 2006. ISSN 1982-0267.

CLELAND, Charles E. Historical Archaeology Adrift? **Historical Archaeology**, Rockville (EUA), v. 35, n. 2, 2001, pp. 1-8.

COLIN, Sílvio. **Uma Introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

_____. Tipos e padrões da arquitetura civil colonial – I. In:_____. **Coisas da Arquitetura**. Disponível em: <
<https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2011/02/28/tipos-e-padroes-da-arquitetura-civil-colonial-i/>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

DEZEN-KEMPTER, Eloísa. O Sujeito, o verbo e o predicado: notas da disciplina de desenho urbano. **Revista Complexus**, Salto (SP), v. 1, mar. 2010, pp. 45-58.

DEETZ, James F. **In small things forgotten: the archaeology of early American life**. New York: Anchor Books, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. Casas de Residência no Brasil: introdução. **Revista do IPHAN**, Rio de Janeiro, n. 7, 1943.

FUNARI, Pedro P. A. **Teoria Arqueológica na América do Sul**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998, 51p. (Coleção “Primeira Versão” 76)

_____. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Mneme Revista de Humanidades**, Dossiê Arqueologias Brasileiras, v. 6, n. 13, dez. 2004/jan. 2005.

GAMA, R. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

GASCO, Janine; SMITH, Greg Charles; GARCÍA, Patricia Fournier (eds.) **Approaches to the Historical Archaeology of Mexico, Central, and South America**. Los Angeles (EUA): Institute of Archaeology, University of California, 1997.

GASPAR, Maria Dulce; KLOKLER, Daniela; BIANCHINI, Gina Faraco. Arqueologia estratégica: abordagens para o estudo da totalidade e construção de sítios monticulares. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v. 8, n. 3, pp. 517-533, set.-dez. 2013.

GASPAR, Lúcia. Quilombolas. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 2015. Disponível em: <
http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=857:quilombolas&catid=51:letra-q>. Acesso em: 02 ago. 2015.

GOMES, Geraldo. **Engenho & Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

GOULART, Nestor. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

GUERRA, Fernando. A Arqueologia Histórica: em busca da nossa memória. **Revista CLIO**, Recife, n. 24, v. 2, pp. 126-135, 2009.

HARRIS, Edward. C. The Laws of Archaeological Stratigraphy. **World Archaeology**, v. 11, n. 1, pp. 111-117, jun. 1979.

_____. **Principios de Estratigrafía Arqueológica**. Barcelona: Crítica, 1991.

HODDER, Ian. **Theory and Practice in Archaeology**. London: Routledge, 1992.

HODDER, Ian. Conclusion: archaeology as archaeology. In: HODDER, Ian; HUDSON, Scott (eds.). **Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 236-247.

KIHARA, Yushiro; VISEDO, Gonzalo. **A Indústria do cimento e o desenvolvimento do Brasil**. Associação Brasileira de Cimento Portland, 23 maio 2014. Disponível em
<http://www.abcp.org.br/conteudo/imprensa/a-industria-do-cimento-e-o-desenvolvimento-do-brasil>. Acesso em: 02 ago. 2015.

KOSSO, Peter. Method in Archaeology: middle-range theory as hermeneutics. **American Antiquity**, v. 56, n. 4, pp. 621-627, out. 1991.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2. ed. Tradução: Luís da Câmara Cascudo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Cultura, 1978. 480 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 17). Inclui cromolitografias e mapas da 1. ed. Londres, 1816.

LABORIE, Pierre-Joseph. Cultura do café: plantador de café de São Domingos. In: VELLOSO, José Mariano da Conceição, Frei (Ed.). **O Fazendeiro do Brasil melhorado na economia dos generos já cultivados e de outros...** T. 3, pt. 2. Lisboa: Oficina de Simão Thadeu Ferreira, 1800.

_____. **The Coffee planter of Saint Domingo**. London: T. Cadell and W. Davies. 1798

LIMA, Hélio. **A Exemplaridade dos Sistemas Construtivos Tradicionais para a Inovação em Sustentabilidade na Arquitetura**. NUTAU, 2008.

LIMA, Tania A. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960- 1991). **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 1, n. 1. São Paulo, 1993, pp.225-262. ISSN 0101-4714.

LITTLE, B. J. People with history: an update on historical archaeology in the United States. In: ORSER, C. E. (ed.). **Images of the Recent Past**. Londres (Inglaterra): Altamira, 1996, pp. 42-78.

_____. Craft and culture change in the eighteenth century Chesapeake. In: LEONE, M. P.; POTTER, P. B. (eds.). **The Recovery of meaning**. Washington (EUA): Smithsonian Institution, 1988, pp. 263-292.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba no c.1830-1860. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, São Paulo, v.13, n. 2, jul.-dez. 2005, pp. 165-188.

_____. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, São Paulo, v.14, n.1, jan.- jun. 2006, pp. 11-57.

MATOS, Manuela Xavier de Gomes. **Análise de estruturas em alvenaria: modelo para análise e identificação dos processos construtivos e das etapas de execução de uma edificação de valor histórico/cultural**. 2009. 241 f. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE. Recife, 2009.

MEDEIROS, Mércia C. de. **Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso – fazenda de São Bento de Jaguaribe**. 2005. 125 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, Recife, 2005.

MESQUITA, Vera L. M. **Do açúcar à “divina” cachaça no Engenho Monjope em Pernambuco**. 2005. 176 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, Recife, 2005.

MILITO, José Antonio de. **Técnicas de construção civil e construção de edifícios**. 2009. 296 p.

MUKAROVSKY, Jan. **Escritos Sobre a Estética e Semiótica da Arte**. Traduzido por Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Uma Ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-potense**. Goiânia, 2001

ORSER, Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1992.

PADDAYYA, K. The Role of hypothesis and traditional archaeology. **Bulletin of the Deccan College Research Institute**, v. 47/48, 1988-89, pp. 239-247.

PANEK Jr., Carlos Alberto. **Sistemas de Assentamento**: uma abordagem para o estudo da cultura material e grupos étnicos. 2006. 131 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS), 2006.

PULS, Mauricio. **Arquitetura e filosofia**. São Paulo: Annablume, 2006. 596p.

QUIRÓS CASTILLO, Juan A. Arqueología de la Arquitectura en España. **Revista de Arqueología de la Arquitectura**, Leioa (Espanha), n.1, 2002, pp. 27-38. Grupo de Investigación en Patrimonio Construido de la Universidad del País Vasco. Disponível em: <<http://www.vc.ehu.es>>. Acesso em: 12 abril 2015.

RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães. Os primeiros passos da Arqueologia da Arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico. **Revista de Arqueología de la Arquitectura**, Leioa (Espanha), n. 3, 2004, pp. 145-153.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archaeology**: theories, methods and practice. 2. ed. London: Thames e Hudson, 1996.

ROCHA, Andréia Cavalcanti de Vasconcelos. **Arqueologia da Arquitetura**: uma contribuição para interpretação da senzala do Engenho Monjope. 2013. Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

SALDANHA, João Darcy de M. **Paisagem, lugares e cultura material**: Uma Arqueologia Espacial nas Terras Altas do Sul do Brasil. 2005. 177f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Arranjos escravos de moradia sob o olhar dos viajantes: um estudo sob a moradia escrava na cidade do Rio de Janeiro do século XIX. In: Encontro Regional de História, 17. O lugar da História. Campinas, 6-10 set. 2004. **Anais...** Campinas: ANPUHSP/UNICAMP. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20IV/Ynae%20Lopes%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2015.

SANTOS, Paulo F. **Arquitetura religiosa em Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SANTOS, Raquel. Arqueologia da Arquitectura: conceito e metodologia. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, v. 4, n. 1, Campinas/SP, abr. 2013, pp.1-10.

SERAFIM LEITE, S.J. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Lisboa: Livraria Portuguesa; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

SERAFIM LEITE. S. J. **Artes e Ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953. 214 p.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? o mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: DEL NERO, I. (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, pp.103-155.

SILVA, Fabíola Amaral Jansen da. **O cativo rural colonial: reconstituição arqueológica da senzala da fazenda de São Bento de Jaguaribe, Município de Abreu e Lima, Pernambuco**. 2006. 132 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, Recife, 2006.

SINGLENTON, Thereza. Cultural interaction and African American identity in plantation archaeology. In: CUSICK, James (ed.). **Studies in Culture Contact: interaction, culture change, and archaeology**. Center for Archaeological Investigations, 1998, Occasional Paper, n. 25, pp. 172-188.

SOUSA, Élvio D. M. **Ilhas de Arqueologia: o cotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)**. V. 1. 2011. 607 f. Tese (doutorado) - Departamento de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5377>. Acesso em: 02 ago. 2015.

SYMANSKI, Luís C. P. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W. F.; MOI, F. P. (Org.). **Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural**. V.1. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 279-310.

SYMANSKI, Luís; SOUZA, Marcos A. A Arqueologia histórica: relações sociais e construção de identidades na região do rio Manso, séculos XVIII e XIX. In: MACHADO, Laís A.; FRAGA, Leila (Orgs.). **História e antropologia no vale do rio Manso**. Goiania: EdUCG, 2006, pp. 241-264.

SOUTH, Stanley (ed.). **The Conference on Historic Site Archaeology Papers 1967**. V. 2, parte 2. Columbia (EUA): South Carolina Institute of Archaeology and Anthropology, University of South Carolina, 1968. Conference on Historic Site Archaeology Papers. Book 2. Disponível em: http://scholarcommons.sc.edu/archanth_historic_site_arch_conf_papers/2. Acesso em: 02 ago. 2015.

TAUNAY, Affonso. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: DNC, 1939.

VASCONCELOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Escolas de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1979.

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de Residência no Brasil. **Revista do IPHAN**, Rio de Janeiro, n. 7, 1943.

_____. **Casas de residência no Brasil**. São Paulo: FAU-USP, 1975

WEIMER, Gunter. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 328 p.: il.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão do Pati do Alferes). **Memórias sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Ruy Barbosa / Senado Federal, 1985. (1. Ed.: Laemmert, 1847)

ZORRAQUINO, Luiz D. **A Evolução da casa no Brasil**. 2006. 67 f. Trabalho apresentado ao Programa para Análise de Revalidação de Diplomas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, jul. 2006.